

**Universidade de São Paulo  
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”  
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Dilemas e desafios da juventude rural: um olhar sobre o Alto da Serra de  
São Pedro-SP**

**Patricia Fracarolli Canholi**

Vgug"cr tguqpxfc"r ctc"qdvq± q"fq"¶wrrq"f g"F qwqtc"go "  
Ek pelcu0f tgc"f g"eqpegpvc± q<Geqrqi le"Cr rkecf c""

"  
"  
"  
"  
"  
"  
"  
"  
"  
"  
"

"  
"  
"  
"

**Piracicaba  
2014**

"

Rcvlkk'Htcectqm'Ecpj qnk'  
 \ qqvgepkvc"

"

"

"

## Dilemas e desafios da juventude rural: um olhar sobre o Alto da Serra de São Pedro-SP

'xgtu q'tgxkuc'f'g"ceqtf q"eqo "c'tguqmw± q'EqrI t'823: 'f'g'4233

"

"

....."Qtlgpvcf qtc<  
....."Rtqhc0F tc0ODALÉIA TELLES MARCONDES  
MACHADO QUEIROZ"

"

"

"

Vgug"cr tguqpvfc'r ctc"qdvq± q'f q"vwwq'f'g'F qwqtc"go "  
EK pekcu0f tgc'f'g'eqpegpvc± q<Geqmi kc'Cr nkefc'"

"

"

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Canholi, Patricia Fracarolli

Dilemas e Desafios da Juventude Rural: um olhar sobre o Alto da Serra de São Pedro-SP / Patricia Fracarolli Canholi. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2014.  
189 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2014.

1. Agricultura familiar 2. Juventude rural 3. Serra de São Pedro I. Título

CDD 301.35  
C222d

**"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"**

**DEDICATÓRIA**

*Ao meu grande amor  
Ewald Frèrejean.*

6"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

"

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora Profa. Dra. Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, pela forma respeitosa que me acolheu e conduziu este trabalho, motivando-me a não me desviar de minha tarefa.

À Universidade de Wageningen pela oportunidade de estágio e visita às propriedades agrícolas no interior da Holanda, assim como pela possibilidade de discussão deste estudo com a equipe do *Climate Change Governance 2012*.

Ao professor Marcos di Aquino e à pós-graduanda Tatiana Aquino Pereira, pela contribuição fundamental na coleta de dados e pela gentileza em efetivar o acesso aos alunos e à Direção da Escola Estadual José Abílio de Paula em São Pedro-SP. À Coordenadora Marlene Bia Bomporim da Escola Municipal Iracy Bertochi do Alto da Serra de São Pedro, pela mediação do processo de entrevista com os jovens do Bairro Santo Antônio.

Aos meus amigos pesquisadores, parceiros profissionais e camaradas que me acompanham sempre, às Engenheiras Agrônomas: Janaína de Aguiar (UFAM-AM), Camila Fiorato, Giselle Lépre, Alessandra Gameiro, aos Zootecnistas: José Guilherme Gonçalves, Guilherme Zangerolimo e Luciana Marcolino da UNESP-BTU; ao Engenheiro Agrônomo Fernando Rabello Paes de Andrade (UNICAMP); e aos amigos da pós-graduação da ESALQ; Luciane de Gaspari, Marcos Le Moal e Gabriela Narezi pelas discussões e enriquecimento deste trabalho.

Especialmente à minha família, ao meu pai Aluisio Pardo Canholi, a minha mãe Maria Angélica, meu irmão Julio, pela paciência infinita e a minha filhinha Lina, que iluminou de maneira muito especial os meus pensamentos.

Ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada pela oportunidade de consolidar minha formação como pesquisadora, sobretudo me proporcionando por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma bolsa estudos.



## **EPIGRAFE**

“Aquele que à inatividade se entregar deixará de si sobre a terra memória igual ao traço que o fumo risca no ar e a espuma traça na onda” (A Divina Comédia de Dante Alighieri, 1321).





## SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	13
LISTA DE FIGURAS.....	15
LISTA DE QUADROS.....	17
LISTA DE GRÁFICOS.....	19
1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Apresentação.....	21
1.2 Objetivos gerais.....	28
1.3 Objetivos específicos.....	28
1.4 Hipóteses.....	29
1.5 Metodologia.....	29
1.5.1 Coleta de dados em campo.....	30
1.6 Contribuições científicas do estágio no exterior.....	32
2 DO CAMPESINATO ÀS NOVAS RURALIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO..	35
2.1 Modernização da agricultura paulista.....	38
2.2 Fatores de influência na ocorrência do êxodo rural no Brasil.....	47
2.3 As emigrações e imigrações no contexto do desenvolvimento econômico	
do interior paulista.....	49
2.4 As demandas fundiárias e o complexo agroindustrial.....	60
2.5 O impacto da descentralização das indústrias sobre a agricultura familiar.....	63
2.6 As transformações nas dinâmicas regionais.....	65
2.7 Aplicação do conceito de território.....	68
2.8 As interfaces da globalização nas pequenas agriculturas.....	71
2.9 Disputas rurais frente ao processo de globalização.....	74
2.9.1 A reagrarização dos espaços rurais.....	75
2.9.2 A noção de multifuncionalidade da agricultura.....	89
2.9.3 O agricultor familiar no atual cenário das políticas publicas.....	92
2.10 Juventude rural no debate corrente.....	94
3 ESTUDO DE CASO DA JUVENTUDE RURAL DO ALTO DA SERRA DE	
SÃO PEDRO-SP.....	81
3.1. Localização.....	81
3.2 Aspectos físicos.....	86
3.3 Aspectos bióticos.....	92
3.4 Histórico de ocupação e uso do solo.....	95
3.5 Resultados.....	111
3.5.1 As trajetórias migratórias e êxodo rural.....	118
3.5.2 Perfil migracional.....	120
3.5.3 Estimativas de migração juvenil.....	122
3.5.4 Principais fatores intervenientes nas migrações juvenis.....	133
4 JUVENTUDE RURAL COMO FRENTE DE RESISTÊNCIA DAS AGRICULTURAS	
FAMILIARES ?.....	141
4.1 Os dilemas sobre os planos de futuro: sucessão e educação.....	141
4.2 Os efeitos da globalização na juventude da pós-modernidade.....	145
4.3 Juventude rural, periférica ou urbana?.....	147
4.4 As perspectivas de continuidade do território agroalimentar do Alto da Serra.....	149
4.5 A Juventude como frente de resistência das agriculturas familiares?.....	151
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153

REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICES.....	179
ANEXOS .....	187

## RESUMO

Dilemas e Desafios da Juventude Rural: um olhar sobre o Alto da Serra de São Pedro/SP, Brasil

No intuito de compreender os impactos da economia global sobre a agricultura familiar, particularmente sobre a juventude rural do interior do Estado de São Paulo, foi concebida esta tese de doutorado no município de São Pedro-SP. O Alto da Serra de São Pedro, como território analítico, historicamente há mais de duas décadas é apoiado por iniciativas de extensão rural. Nas últimas décadas esta comunidade rural foi densamente analisada pelo Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) da ESALQ em suas múltiplas atribuições agrárias e sócioprodutivas. Porém, um fenômeno, que pontua as discussões sobre o esvaziamento dos espaços rurais, chamou a atenção para estes agricultores familiares: o freqüente êxodo-rural, especialmente da população jovem para os centros urbanos, em ordem crescente e significativa. A partir desta constatação, foi lançado um olhar crítico às motivações da juventude local acerca do destino das migrações. Buscou-se então, à luz de pressupostos interdisciplinares, entender porque é ínfima a parcela de jovens que se destinam às atividades agroalimentares familiares nas propriedades da região. Logo, o objetivo aqui foi analisar os dilemas e desafios da juventude rural atual, e validar os principais fatores intervenientes nos processos migratórios identificados. Neste escopo trabalhou-se com as hipóteses: (I) a juventude do Alto da Serra encontra-se em pleno processo de êxodo rural; (II) o território agroalimentar evidencia certa resiliência na contravertente do êxodo-rural juvenil, se definindo como um espaço agrário multifuncional e pluriativo na diversificação de produtos, atividades e ocupações primárias; (III) a perspectiva de inclusão de políticas públicas voltadas às reivindicações da juventude permite refletir sobre novas oportunidades rurais para esta categoria, assim como sobre a legitimação de demandas sociais específicas das quais dependem, em grande parte, o futuro dos territórios rurais. A metodologia utilizada baseou-se em um estudo de caso com 26 jovens rurais residentes do Alto da Serra de São Pedro, adotando-se a observação investigativa, complementada por entrevistas estruturadas com os jovens entre 14 e 29 anos encontrados no local e com aqueles que já realizaram algum tipo de migração. Como resultado observou-se que o esvaziamento dos espaços rurais não é recente e as migrações ocorrem cada vez mais precocemente âmbito juvenil quando comparadas as faixas etárias dos fluxos migratórios das décadas de 1950 à 1990. Conclui-se, dentre outros fatores que comprometem o desenvolvimento regional, que a carência de oportunidades educacionais e de geração de renda, como a alocação de novas alternativas de trabalho no campo, vem limitando as possibilidades das populações jovens.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Juventude rural; Serra de São Pedro



## ABSTRACT

Dilemmas and Challenges of Rural Youth: an overview on Alto da Serra de São Pedro agrifood-territory, São Paulo, Brazil

In order to understand the impacts of the global economy on family farming areas, particularly on the rural youth of São Paulo State, this thesis was designed in São Pedro- SP. The subject of this study, the region of Alto da Serra de São Pedro-SP, surrounded by neighboring cities of Piracicaba and Águas de São Pedro. As analytical territory historically it has been studied by ESALQ university students. In this trajectory, current outcomes on rural development provided evidences that this agrotterritory has been defined around the pluriativity, among others functions, not strictly agricultural. It is observed in this area, the cohesive dairy cattle production drives the processing of other regional products, as well the agritourism. In fact, this spot was heavily examined by the Department of Humanities ESALQ in those multiple functions. But a fairly frequent phenomenon, which scores the discussions about the emptying of rural areas, drew attention to these farmers: the frequent rural migration, especially of young people to urban centers, in significantly amount. Also according to IBGE data, in the last two decades, the number of youngsters until 29 years old who left the countryside is about three million. Most due to lack of access to educational and way of live in home town in accordance with the data for the period 1996 to 2006. From this finding, it was released a critical look around the motivations of rural youth about the fate of migrations. Was sought by the interdisciplinary approach to understand why it is so tiny portion of young people who intended activities agrifood family properties in the region. Therefore, the aim here was to analyze the dilemmas and challenges of rural youth nowadays, and validate the main factors involved in the migration processes identified. This scope has been worked out with the hypotheses: (I) the youth is in the full process of rural exodus, (II) this agrifood territory shows resilience against the rural youth exodus, defining this space as multifunctional, with huge diversification of activities and primary occupations; (III) the prospect of inclusion of public policies geared to the demands of youth allow to reflect on a new rural opportunities for this category, as well as on the legitimacy of social demands which depend, in large part, the future of rural areas. The methodology was based on a case about 26 young people from Alto da Serra de São Pedro, where we adopted the rural investigative observation, complemented by semi-structured interviews with young people between 14 and 29, residents and those that have had some type of migration. Overlooking all aspects discussed in this thesis, the emptying of rural areas is not new and is still growing in the youth context. We conclude, among other factors, that the lack of rural educational opportunities, essential to understanding the modernization directions, including the agricultural innovations, as well the allocation of new types of jobs in the field, has limiting the possibilities to young people. An important aspect highlighted in the case focuses on the decisions of public power, which still moves students from rural schools for completion of studies in urban centers, which increase the early youth exodus, and consequently the fast extinction of a variety of São Paulo state rural areas, which also proves certain negligence in recognizing the demands of rural youth as a social category.

Keywords: Family farmers; Rural youth; Serra de São Pedro



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pequena estação na Serra do Mar - Estrada de Ferro Santos-Jundiaí .....	50
Figura 2 – Café sendo embarcado no Porto de Santos em 1880.....	50
Figura 3 - Imigrantes italianos no Porto de Santos em 1907.....	51
Figura 4 – Imigrantes espanhóis em 1912 – imigração galega.....	51
Figura 5 – Registro do desembarque do Kasato Maru .....	52
Figura 6 – Hospedaria do Imigrante-SP em 1885 .....	53
Figura 7 – Nota sobre a queima do café em São Paulo .....	54
Figura 8 – Imagem satélite do Alto da Serra de São Pedro.....	82
Figura 9 – Vista da Serra de São Pedro .....	82
Figura 10 – Mapa de localização da Estância Turística de São Pedro .....	83
Figura 11 – Vias de acesso ao Município de São Pedro.....	84
Figura 12 – Delimitação da região de estudo no Alto da Serra de São Pedro.....	85
Figura 13 – Localização da Área de Proteção Ambiental Corumbataí .....	87
Figura 14 – Classificação da formação geológica do local de estudo.....	88
Figura 15 – Pontos turísticos associados aos recursos hídricos .....	88
Figura 16 - Localização da área de estudo e do Rio Jacaré Pepira na UGRHI – 13 .....	89
Figura 17 – Divisão geomorfológica do Relevo Paulista.....	90
Figura 18 – Esquema de drenagem e topografia da Serra de São Pedro-SP.....	91
Figura 19 – Classificação da vegetação da Bacia do Jacaré Pepira e da área de estudo .....	93
Figura 20 – Localização das Áreas de Proteção Permanentes.....	94
Figura 21 - Distribuição da produção de cafeeira no estado de São Paulo em 1854.....	96
Figura 22 – Mapa da produção cafeeira no Estado de São Paulo em 1920.....	97
Figura 23– Localização da rota cafeeira.....	98
Figura 24 – Mapa da cobertura vegetal natural do Estado de São Paulo .....	99
Figura 25– Sistema de integração de frango de corte no Alto da Serra de São Pedro .....	106
Figura 26 – Esquema gráfico da organização do território agroalimentar .....	107
Figura 27 – Gado de leite/ milho/pastagens .....	109
Figura 28 – Suinocultura/horticultura/eucalipto.....	109
Figura 29 – Avicultura/cultivo de grãos/gado de corte .....	110
Figura 30 – Indicação dos pontos turísticos relacionados ao patrimônio histórico.....	114
Figura 31 – Indicação das atividades vinculadas ao patrimônio cultural .....	114
Figura 32– Vista da paisagem no Alto da Serra de São Pedro.....	115



Figura 38 – Pontos turísticos associados à geomorfologia .....	115
Figura 39 – Vista da Escola de Ensino Fundamental .....	119
Figura 40 – Jovens da Escola de São Pedro .....	119
Figura 41 – Preparo de solo para cultivo da cana-de-açúcar .....	135
Figura 42 – Perda de conectividade ecossistêmica das áreas de APP .....	135
Figura 43 – Plantio de cana-de-açúcar no território agroalimentar .....	135
Figura 44 – Arrendamento das propriedades do Alto da Serra de São Pedro .....	136
Figura 45 – Cultivo do eucalipto no Alto da Serra de São Pedro.....	137
Figura 46 – Pólos industriais e agrícolas nas cercanias do município.....	138
Figura 47 – Novas configurações territoriais.....	139

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Habitat e habitação humana por continente e no Brasil .....	69
Quadro 2 – Comparativo da produção agropecuária .....	105
Quadro 3 – Relação das atrações turísticas .....	113
Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) .....	121
Quadro 5 – Número jovens estudantes que residem no Alto da Serra de São Pedro .....	122



**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Transição demográfica dos espaços rurais para os urbanos .....	59
Gráfico 2 – Uso do solo no Alto da Serra de São Pedro (2012/2013) .....	136
Gráfico 3 – Perspectivas de diversificação das atividades agrícolas.....	111
Gráfico 4 – Percepção do potencial agroturístico.....	116
Gráfico 5 – Principais atividades turísticas reconhecidas .....	116
Gráfico 6 – Percepção das atividades territoriais e oportunidades profissionais .....	117
Gráfico 7 – Ocupações da juventude rural em 2013 .....	121
Gráfico 8 – Origem dos jovens rurais do Alto da Serra de São Pedro .....	123
Gráfico 9 –Tipo de trajetória migracional realizada pelas famílias rurais .....	123
Gráfico 10 – Frequência das profissões mencionadas pelos jovens rurais.....	124
Gráfico 11 – Destino das possíveis migrações relacionadas aos planos de futuro .....	124
Gráfico 12 – Indicador da satisfação dos alunos em relação à escola.....	128



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação

Esta pesquisa analisou os dilemas e desafios da juventude rural do interior do Estado de São Paulo, validando-se em duas vertentes investigativas. A princípio em uma revisão histórica e conceitual da modernização da agricultura familiar, buscando nesta, os processos de espacialização em terrenos que abrigaram fenômenos de êxodo rural juvenil; e em um segundo momento, na apresentação do caso da juventude rural do Alto da Serra de São Pedro-SP.

A juventude rural simbolicamente é idealizada na forma de uma série de comportamentos e atitudes, como distintivos próprios desta transição. A esta categoria se atribui nas diferentes sociedades transitoriedades singulares, critérios etários, socioculturais, dentre outras variantes (SPOSITO, 2006).

Em meio a uma ampla multiplicidade, a juventude também se instituiu nas expectativas de futuro, ou seja, do que se espera dos jovens ou dos mitos a eles atribuídos. Na base destas expectativas, nota-se a orientação do termo juventude como “capital simbólico das nações”<sup>1</sup>, demonstrada nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Segundo Durston (1994), nestes termos, quando se trata da juventude rural existe menor investimento em pesquisas sobre essas populações, principalmente quando comparado às bases de dados sobre a população urbana. Para Durston (1997) este fato se deve, dentre outras questões, a uma lacuna de entendimento sobre o universo “rural”.

Isto posto, esta pesquisa procurou examinar um grupo de jovens, proveniente do interior do Estado de São Paulo, representante de uma parcela específica da população rural. Assim, foi lançado um olhar crítico à região de São Pedro-SP, partindo do pressuposto de que a população jovem brasileira possui uma marcante clivagem social.

Ou seja, na contemporaneidade constata-se uma clara diferenciação das “juventudes” por razões ideológicas, religiosas, culturais, econômicas e étnicas, principalmente. Portanto,

---

<sup>1</sup> Entende-se que tal expressão pode ser aplicada para analisar também as transformações de classe na sociedade. De certa forma, o capital cultural serve para caracterizar subculturas de classe ou de setores de classe. À descrição minuciosa da cultura num sentido amplo de gostos, estilos, valores, estruturas psicológicas, etc. que decorre das condições de vida específicas das diferentes classes. Entretanto, o capital cultural é mais do que uma subcultura de classe; é tido como um recurso de poder que equivale e se destaca no duplo sentido de se separar e de ter uma relevância especial – ou seja, de outros recursos, especialmente, e tendo como referência básica, os recursos econômicos. Daí o termo capital associado ao termo cultura; como uma analogia ao poder e ao aspecto utilitário relacionado à posse de determinadas informações, aos gostos e atividades culturais. Além do capital cultural existem outras formas básicas associadas: o capital econômico, o capital social (os contatos) e o capital simbólico (o prestígio) que juntos formam as classes sociais ou o espaço multidimensional das formas de poder (BOURDIEU, 2008, p.4).

pretendeu-se trazer aqui informações sobre um grupo de jovens rurais paulistas, por meio de diversos questionamentos. Em âmbito mais amplo, a pesquisa se assentou na análise dos jovens na evolução da agricultura familiar paulista; e em termos mais específicos, voltou-se aos fatores intervenientes dos processos migratórios juvenis do Alto da Serra de São Pedro-SP e seus desdobramentos.

A abordagem das questões da juventude rural como objeto de pesquisa partiu do resgate de questões levantadas em experiências profissionais anteriores, em áreas de agricultura familiar no Estado de São Paulo.

Tal resgate remeteu a memória de narrativas frequentes dos agricultores paulistas sobre a falta oportunidade ou de engajamento dos jovens (no caso os filhos) na sucessão das propriedades rurais na ocasião da elaboração da dissertação: *Pecuária Leiteira: Estudo de Caso de Transição Agroecológica na Agrovila V do Assentamento Pirituba II, Itapeva, SP* (CANHOLI, 2010).

Outras vivências da autora em assentamentos rurais do Oeste paulista, região de Andradina, Castilho e Ilha Solteira, mostraram uma grande diversidade de grupos de jovens agricultores bastante organizados, com discursos coerentes sobre ideais que defendem, manejando sistemas produtivos que sobrevivem com pouquíssimos recursos externos. Tais grupos dificilmente são encontrados em áreas de agricultura familiar isoladas ou não diretamente apoiadas por movimentos sociais ou políticos, como é o caso de parte dos agricultores do Alto da Serra de São Pedro.

Neste campo analítico, buscou-se aproximar a temática juvenil aos processos recentes de reagrarização e valorização do espaço rural, no intuito de levantar as razões que permeiam o esvaziamento destas áreas. Neste escopo, a juventude residente no Alto da Serra de São Pedro mostrou-se bastante intrigante por descenderem diretamente de agricultores familiares e residirem em local de grande proximidade à área urbana, o que poderia fornecer indícios sobre como se dá o fluxo migratório juvenil campo-cidade.

Ainda, a escolha do grupo de estudo no Alto da Serra de São Pedro-SP foi definida além da presença de jovens rurais (filhos de agricultores), a partir do acesso à frequência migracional desta categoria registrada nas entrevistas realizadas para o projeto **“Dinâmicas da Agricultura Familiar em Piracicaba e Região: Estudo dos processos de intervenção e seus impactos nas escolhas e modo de funcionamento das unidades de produção”** de Moruzzi Marques et al. (2011), o qual gerou as pesquisas: *Estratégias dos agricultores familiares de São Pedro/SP: perspectivas de consolidação de um sistema agroalimentar localizado (SIAL)?* (MORUZZI MARQUES; LUCAS; SARMENTO, 2010) e *Trajetórias*

da Agricultura Familiar e o Papel da Extensão Rural: Estudo do Caso do Alto da Serra de São Pedro (DE LUCAS; MORUZZI MARQUES; SARMENTO, 2010).

Para realização das pesquisas, Moruzzi Marques et al. (2010) e De Lucas et al. (2010) adotaram um recorte de 49 propriedades familiares no Alto da Serra de São Pedro, as quais foram entrevistadas em 2009 quanto sua trajetória na agricultura familiar, os avanços obtidos com a extensão rural, incluindo a descrição de aspectos socioeconômicos, produtivos, associados percepção ambiental, dentre outras análises (MORUZZI MARQUES; LUCAS; SARMENTO, 2010).

Em Estratégias dos agricultores familiares de São Pedro/SP: perspectivas de consolidação de um sistema agroalimentar localizado (SIAL)? (MORUZZI MARQUES; LUCAS; SARMENTO, 2010) a definição da área de estudo (Alto da Serra de São Pedro-SP) como “território agroalimentar” partiu do conceito de Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) de Muchnik et al. (2007), que corroboraram na união das ciências agrárias e sociais para compreender as transformações que ocorreram nos espaços rurais<sup>2</sup> nas últimas décadas (MUCHNIK et al., 2007).

Assim, tais pesquisas descreveram a inserção de pequenas agroindústrias na evolução da agricultura, particularmente em países em desenvolvimento. O enfoque na concentração geográfica, a organização em redes de pequenas indústrias especializadas e as questões ligadas à qualidade dos produtos compõem a base destes estudos (MUCHNIK et al., 2007).

A definição do Alto da Serra de São Pedro como SIAL pode ser atribuída pela cooperativa e laticínio do Bairro Santo Antônio, que é abastecido diariamente por pequenas propriedades leiteiras, nas quais nota-se uma territorialidade associada a paisagem rural e aos produtos regionais, como os queijos artesanais, iogurtes e a horticultura, destinados às feiras e mercados locais (MORUZZI MARQUES et al., 2010; DE LUCAS et al., 2010).

Um vez reunidas estas informações, surgiu a indagação sobre as perspectivas de sucessão das propriedades familiares do Alto da Serra de São Pedro, além da oportunidade de compreender fatores associados à resiliência<sup>3</sup> (FOLKE, 2006), de tal população, não só sob o aspecto das transformações que atravessaram a agricultura familiar, mas também pela possibilidade de analisar nesses jovens, os efeitos do passado, os conhecimentos e as perspectivas de futuro da agricultura familiar paulista.

---

<sup>2</sup> Neste segmento entende-se como todo espaço não-urbano.

<sup>3</sup> Descreve as raízes do conceito de resiliência "na gestão da capacidade dos sistemas socio-ecológicos lidarem com a mudança, se adaptarem às alterações e moldarem as modificações" (FOLKE, 2006, p. 256).



No intuito de buscar pressupostos complementares ao tema, recorreu-se aos dados estatísticos sobre os jovens rurais em debates públicos correntes, começando pela análise das iniciativas governamentais como a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude em versões originais e comentadas.

Recorreu-se também à programas como o “Pronaf Jovem”<sup>4</sup> (2010) e a recente Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), que reuniu em 2011 uma gama de Ministérios para assistência social desta categoria<sup>5</sup>, com metas bastante ambiciosas até 2015.

Nesta pesquisa prévia, foram consultados também os registros estatísticos da condição juvenil no Brasil e na América Latina. Abrindo este arcabouço, dados do Censo 2006 do IBGE registraram que a população jovem nunca foi tão grande no país, na ordem de 50 milhões, pouco mais de 25% da população brasileira que é de aproximadamente 198 milhões de habitantes.

O IBGE em 2006 também constatou o êxodo-rural de três milhões de jovens rurais, de todo território nacional. As estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) analisadas por Abdala (2002) apontam o registro de 50 milhões de jovens fora do mercado de trabalho em toda América Latina; cujo desemprego da faixa etária entre 15 e 24 anos nas últimas décadas é 2,5 vezes mais elevado que o desemprego da população geral latino americana. Tomando-se somente o grupo de jovens ainda abaixo da maioria civil (menores de 18 anos) esta estimativa quadruplica.

Segundo os dados da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) em 2004, o desemprego entre os jovens latinos é cinco vezes maior do que o verificado entre os adultos maiores de 45 anos. A cada 100 novos contratos de trabalho que aparecem na América Latina, 93 são para adultos (maiores de 29 anos) e apenas 7 para jovens (15 a 29 anos). Estes últimos geralmente são em tempo parcial.

Ainda no cenário latino-americano, segundo Abdala (2002), 60% a 80% dos jovens não chegam à escolaridade formal mínima necessária para ter acesso aos requisitos atuais do mercado de trabalho. No Brasil, mesmo com a fiscalização da escolaridade fundamental

---

<sup>4</sup> Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar, modalidade “Jovem”. Trata-se de uma linha de crédito destinada a jovens agricultores, entre 16 e 29 anos. Para obtenção de tal recurso governamental o jovem deve estar cursando o último ano em Centros Familiares Rurais de Formação por Alternância ou Escola Técnica Agrícola de nível médio (Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/guia/outrosprogramas/pronaf-jovem>. Acessado em 24 jan 2015).

<sup>5</sup> “Um conjunto de indivíduos que, embora tenham diferentes origens, são capazes de atuar politicamente como uma unidade e de maneira relativamente autônoma com respeito aos interesses das classes de que se originam. Não interessa, portanto, se os sujeitos em questão têm relações entre si, importa que a característica que os une seja, neste caso, os ideais que defendem” (DEMARTIS, 2006, p. 78).

obrigatória pelos conselhos tutelares de todo território nacional, dentre outras secretarias e instituições afins, 4 milhões de jovens não estudam e são provenientes de famílias que possuem renda per capita de até meio salário mínimo (ABDALA, 2002).

Pesquisas recentes realizadas por Silva e Kassouf (2002) embasadas em métodos estatísticos que cruzaram as variáveis: escolaridade e desemprego demonstraram que a situação de desemprego entre os jovens compromete ainda mais o desempenho socioeconômico do país, tornando necessária a compreensão do fenômeno da exclusão juvenil como um fato nacional crônico, com vistas às necessidades emergenciais de viabilizar novas formas de integração social e econômica desta categoria.

Aproximando tais estatísticas às áreas rurais, num contexto de modernização agrícola, especialmente a partir da década de 1970, a exigência de incorporação de tecnologias também pelas pequenas agriculturas, implicou numa maior exigência de qualificação profissional da mão de obra. Ao mesmo tempo na descapitalização de muitas famílias rurais. O que gerou desemprego e diminuição das alternativas de continuidade de muitos jovens agricultores no campo, comprometendo desta forma, importantes componentes da reprodução social da agricultura familiar (POLI, 2002), como a manutenção de tradições, festas, técnicas de cultivo, o patrimônio cultural associado a paisagem rural, a soberania alimentar, dentre outros.

Desta forma, observou-se que as externalidades causadas pelo processo de modernização na agricultura brasileira ou da chamada “modernização excludente”, se manifestaram em todas as regiões na Era da globalização (BALSAN, 2006). Assim como colocado por Milton Santos (2000), a tal “globalização perversa” nada mais é do que um padrão de desenvolvimento econômico que demonstra a exclusão do homem do campo da geração de emprego e das possibilidades de qualificação técnica. Como consequência deste cenário, observou-se a diminuição da renda nos setores primários, ocasionando migrações no espaço rural (MILTON SANTOS, 2000).

Neste debate, cabe ressaltar a opinião de Rufatto (2013) sobre a massa de trabalhadores rurais migrante, acuada pelos baixos salários e destituída das prerrogativas primárias da cidadania – moradia, transporte, lazer, educação e saúde de qualidade. Segundo este autor, de fato, fala-se em globalização, mas “as fronteiras caíram para as mercadorias, não para o trânsito das pessoas”, quando se trata da inserção desses trabalhadores nos centros urbanos (RUFATTO, 2013, p.1).

Caporal (1996) também diagnosticou que, ao longo das décadas da Revolução Verde<sup>6</sup> houve um crescimento significativo da fome no mundo e esvaziamento das áreas rurais. No mesmo período cresceu o êxodo rural e aumentou a pobreza tanto rural como urbana. No Brasil, estima-se que pelo menos 44 milhões de habitantes se encontram sem segurança alimentar (CAPORAL & COSTABEBER, 2006).

Com isso, o Brasil, mesmo ocupando razoáveis posições nos quadros de crescimento econômico, sofre com variações altíssimas nos preços de alimentos de primeira ordem (carnes e horti-fruti principalmente), o que faz com que a população enfrente grandes dificuldades em busca de uma alimentação de qualidade e nutricionalmente adequada (MALUF et al., 1996).

Por outro lado, nota-se que agricultura familiar por meio da incorporação de outras funções (como o turismo, a preservação da biodiversidade e dos agroecossistemas que compõe a paisagem rural), responde com eficiência aos períodos de valorização/desvalorização transitória de certos produtos agrícolas, mostrando-se bastante resiliente<sup>7</sup> na geração de rendas alternativas.

Não apenas na produção diversificada de gêneros alimentícios, visando driblar variações da procura por meio de itens mais onerosos, mas também vem se destacando em atividades como os serviços ambientais. Por exemplo, o pagamento ao produtor rural pela visitação e manutenção de belezas cênicas, associadas muitas vezes aos recursos hídricos ou mesmo a degustação da gastronomia regional.

Sobre o debate atual, o engajamento dos agricultores em novas ocupações rurais geradoras de rendas não propriamente agrícolas é crescente, como registrado nos trabalhos de Graziano (2001), cuja pluriatividade é o que ainda mantém os agricultores familiares no campo (GRAZIANO, 2001).

Nota-se ainda, que o Alto da Serra de São Pedro está situado em região de grande potencial turístico associado à geomorfologia regional em meio às propriedades rurais, nas quais se encontram famílias agricultoras descendentes de imigrantes europeus, que vieram

---

<sup>6</sup> Revolução verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970 (ALBERGONI e PELAEZ, 2007, p.1)

<sup>7</sup> Resiliência é um conceito herdado da física. Os estudos sobre o tema datam de menos de trinta anos e as definições não são tão precisas, mas em geral salientam os processos de enfrentamento e de superação de crises e adversidades. Inicialmente, as pesquisas utilizavam equivocadamente o conceito de invulnerabilidade para definir resiliência. Neste sentido, a resiliência é entendida, portanto, não somente como uma característica do indivíduo, como uma capacidade inata, herdada por alguns “privilegiados”, mas a partir da interação dinâmica existente entre as características individuais e a complexidade do contexto ecológico (YUNES, 2001, PINHEIRO, 2004, p. 68).

trabalhar como colonos na lavoura do café (MONBEIG, 1984; DEAN, 1996; GARCIA et al., 1981; MORUZZI MARQUES et al., 2010; DE LUCAS et al., 2010; SCHELSTRAETE, 2011) na região paulista de Torrinha, Piracicaba, Rio Claro, Santa Maria da Serra, Botucatu, dentre outras, no início do século passado.

Logo, foi lançado um olhar crítico, de maneira especial às ocupações da juventude, no sentido de compreender quais são os principais fatores intervenientes nos processos migratórios da atualidade, e se já se esboça, mesmo que ínfima, a perspectiva de reagrarização em detrimento ao abandono permanente do campo.

No momento de desenho da pesquisa, surgiram dúvidas no sentido da complexidade de fatores históricos que impulsionaram a recente pluriatividade da agricultura familiar e ao mesmo tempo a diminuição das oportunidades de emprego nas metrópoles. Tais reflexões consideraram um fluxo dinâmico de jovens entre campo-cidade em busca de oportunidades. Assim sendo, no sentido global, em que nível a juventude pode ser considerada rural, quando analisadas as ocupações urbano-agrícolas ou valores que defendem, por exemplo?

A supressão ou o desenvolvimento de outras funções da agricultura afeta a predisposição migratória juvenil? As atividades tipicamente rurais, incluindo os modelos de agricultura praticados na atualidade, reforçam tal fenômeno? O aumento da possibilidade de mobilidade reforçou o êxodo rural juvenil? O reconhecimento de cenários de valorização dos produtos da agricultura familiar pode mitigar os efeitos deste processo? Quais efeitos seriam estes?

Neste ínterim, levantou-se que no Alto da Serra de São Pedro, assim como em pequenos bairros rurais e periféricos de São Paulo, existe apenas uma única escola, municipal, a qual se destina somente ao ensino fundamental. Portanto, cabe a pergunta, com que frequência a juventude rural migra para os centros urbanos em razão dos estudos? Quando constatada a migração, há alguma perspectiva de retorno à área rural ou à localidade das propriedades familiares de procedência?

Como o êxodo rural juvenil permanece crescente, como demonstrado nas bases do IBGE (1996-2006), uma das prerrogativas desta pesquisa funda-se também, em elucidar os motivos pelos quais os territórios agroalimentares da atualidade, e não obstante, as cidades, continuam não absorvendo as demandas da juventude.

Elencado o volume de informações necessárias ao desenvolvimento do tema “juventude rural”, esta tese tentou esmiuçar respostas às questões aqui levantadas em cinco capítulos. O primeiro capítulo, que contempla esta introdução, sintetiza os objetivos, as hipóteses elaboradas e os referenciais metodológicos utilizados nesta pesquisa.

O segundo capítulo trata de uma revisão bibliográfica acerca dos elementos histórico-geográficos da colonização do interior paulista, do processo de modernização e descentralização das indústrias, assim como as conseqüências correlatas nas áreas rurais, situando historicamente tais eventos ao processo de êxodo-rural na região de estudo. A relevância de temas como legitimação da juventude rural como categoria social, especialmente frente às novas ruralidades do Estado de São Paulo, assim como suas particularidades, incluindo notas correntes os conceitos de negação do território e de reagrarização, também são discutidos.

O terceiro capítulo contém o estudo de caso dos jovens rurais do Alto da Serra de São Pedro-SP, no qual são apresentados os dados referentes à caracterização dos meios físico e biótico relacionados ao potencial agroturístico regional; do histórico de ocupação e uso do solo; e o levantamento dos fatores intervenientes nos processos de êxodo rural juvenil que embasaram a discussão dos resultados deste estudo.

O quarto capítulo discute as novas identidades, prioridades e preocupações da juventude rural, sobretudo aquela que transita entre as áreas periféricas limítrofes entre o “rural” e o “urbano”. Sobre estas, se avalia os efeitos da globalização e as conseqüências do atual cenário político nos planos de futuro, em torno das sucessões familiares e a busca de oportunidades educacionais baseando-se nos resultados obtidos no estudo de caso.

Em suma, a trajetória dos jovens rurais aqui apresentada, pretende trazer novos elementos reflexivos sobre as perspectivas de engajamento territorial dos jovens rurais; frente às suas necessidades e aspirações econômicas, dentro das possibilidades no mundo globalizado, como categoria heterogênea nas formas de viver, dentro dos processos recentes das transformações sociais.

## **1.2 Objetivos**

Analisar os dilemas e desafios da juventude rural do Alto da Serra de São Pedro, interior paulista.

### **1.3 Objetivos específicos**

- Descrever as transformações que contribuiram para o êxodo rural e para o conseqüente esvaziamento dos territórios rurais paulistas;
- Detectar, sob o ponto de vista da juventude, os fatores intervenientes e motivadores do êxodo rural nesta categoria;

- Discutir em que medida o discurso, os valores e as concepções dos jovens rurais se aproximam das pautas em torno da valorização da agricultura local e da apropriação do potencial turístico como novas oportunidades de trabalho e renda.

#### **1.4 Hipóteses**

Trabalhou-se com as seguintes hipóteses:

- A juventude do Alto da Serra de São Pedro encontra-se em pleno processo de êxodo rural, impulsionado, dentre outros aspectos, pelo processo globalizador recente;
- Jovens de áreas rurais isoladas encontram grandes dificuldades no atendimento às necessidades básicas e no exercício da cidadania; e
- Na contemporaneidade, a perspectiva de volta ao campo da categoria jovem está mais condicionada à falta de oportunidades não-agrícolas e urbanas do que à apropriação da ideia de valorização dos territórios rurais.

#### **1.5 Metodologia**

Esta pesquisa validou-se de estudo de caso descritivo (YIN, 2001), representativo do universo da juventude rural, baseado na observação investigativa e nos princípios do interacionismo simbólico de Mead (1934). No intuito de realizar uma pesquisa social, balizada por estudos que adotam métodos qualitativos para descrever e explicar os fenômenos da atualidade, inspirou-se aqui em instrumentos da Antropologia, Ecologia, Geografia e da Sociologia Rural.

A teoria do Interacionismo Simbólico idealiza a vida social como interações mediadas subjetivamente. Nestas, os símbolos são construídos das interações com o meio e dão sentido a ação individual, assim como orientam as ações coletivas (MEAD, 1934).

Desta forma, a “juventude rural” no tempo-espço desta pesquisa, serviu para delimitar um campo de significados e de sentidos comuns, ou seja, sua fenomenologia contemporânea. Neste tipo de análise, aconselha Rey (2002), que o pesquisador para dar sentido à pesquisa, deve utilizar sistemas simultâneos de informação, que se dão tanto na diversidade de instrumentos adotados, quanto na diversidade de situações espontâneas ou informais (REY, 2002).

Nesses moldes, delimitou-se a área estudada por meio da identificação de jovens rurais residentes no Alto da Serra de São Pedro-SP.

No caso da observação de uma situação social (grupo jovem e suas interações sociais), a compreensão dos laços entre os indivíduos analisados e seu lócus (homem-natureza), mostra-se imprescindível. Segundo Palma (2004), os indivíduos transformam e são transformados pelo meio em que vivem ao longo das gerações, no qual existe uma interação simbólica em todos os comportamentos e expressões (PALMA, 2004).

Na investigação dos comportamentos migratórios da juventude em pesquisas descritivas como esta, os indivíduos comumente acessam no momento da aplicação dos questionários, lembranças, memórias e recordações de sua trajetória de vida. Por mais complexa que seja esta captação, é indispensável a análise aprofundada dos discursos e a compreensão da posição dos indivíduos frente aos acontecimentos no local em que vivem (PALMA, 2004).

### **1.5.1 Coleta de dados**

A coleta de dados baseou-se em fontes primárias e secundárias. Iniciou-se com uma revisão da bibliografia sobre o local, validada por boletins agrícolas, livros, teses, dissertações e artigos científicos sobre o histórico de modernização da agricultura familiar paulista e a condição juvenil, como consulta às bases estatísticas do IBGE, CEPAL e das Nações Unidas.

Foi também realizada uma consulta aos arquivos da Prefeitura de São Pedro-SP, levantados os índices de desenvolvimento social no município, às bases de informações hidrográficas (Agencia Nacional de Águas – ANA) e às bases geográficas, incluindo a pesquisa de mapas de zoneamento agrícola da região de estudo.

Como já referenciado, na busca de dados secundários também foram levantadas informações pré-existentes sobre os aspectos ecológicos, socioeconômicos e produtivos do Alto da Serra de São Pedro por meio da leitura de 49 entrevistas elaboradas para o projeto “Dinâmicas da agricultura familiar em Piracicaba e região: estudo dos processos de intervenção e seus impactos nas escolhas e modo de funcionamento das unidades de produção” de Moruzzi Marques et al. (2010) apresentados no estudo “Trajetórias da agricultura familiar e o papel da extensão rural: o caso do Alto da Serra de São Pedro” de De Lucas et al.,(2010).

Além das entrevistas, o trabalho de conclusão do curso de Agronomia de Schelstraete (2011) foi adotado como referência do processo de evolução geomorfológica e histórico da ocupação agrícola do Alto da Serra de São Pedro. Na “análise-diagnóstico” de Schelstraete

(2011) também foram relatados indícios de êxodo rural na região (SCHELSTRAETE, 2011), compondo o objeto desta pesquisa.

Para a coleta de dados primários foi elaborado um roteiro de entrevista estruturado, aplicado aos jovens entre 14 e 29 em duas escolas públicas da localidade, sendo uma delas no Alto da Serra de São Pedro e a outra na área urbana de São Pedro.

Como não existe uma definição universal para caracterizar o que é juventude, a definição de uma faixa etária para clivagem do grupo jovem, baseou-se em critérios e delimitações desta categoria em pesquisas semelhantes. Em países como Quênia os jovens rurais são considerados a partir de 8 anos, em Botswana é considerado o período de 10 a 22 anos, na Colômbia entre 16 e 28 anos, segundo a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ, 2010).

Segundo o IBGE, no Brasil o intervalo está entre 15 e 29 anos. Nos dados da CEPAL (1996) a juventude rural pode prolongar-se além dos 30 anos - se não constatada a “transição dos papéis e direitos dos adultos”. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a juventude compreende o período entre 15 e 24 anos.

Como fundamentalmente os jovens residentes no local de estudo mantêm relação de dependência com o lar dos pais, considerou-se a faixa etária entre 14 e 29 anos. Os jovens que já realizaram a sucessão da unidade familiar e atualmente são responsáveis pelas propriedades não foram considerados. Buscou-se aqui identificar os planos de futuro dos jovens em processo de migração e sucessão familiar.

O limite inferior (de 14 anos) foi ponderado devido a esses cursarem, normalmente, o 9º ano, o seja, o último ano na escola de ensino fundamental do Alto da Serra de São Pedro. Supostamente, estão em busca de outras escolas nos centros urbanos para realização do ensino médio, o que poderia ser um possível indício de êxodo rural. Neste momento da pesquisa o essencial foi investigar as motivações migratórias.

Uma vez identificados os jovens e cumpridos os procedimentos legais do Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos<sup>8</sup> (ANEXO A), as análises foram realizadas por meio

---

<sup>8</sup> Para realização da etapa com os jovens, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da ESALQ/USP. De acordo as normas do Conselho Nacional de Saúde, em sua Resolução 196/1996, “toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética na Pesquisa” (CNS, VII). A Resolução CNS196/96, além de basear-se nas declarações e convenções sobre os direitos humanos e na Constituição Federal de 1988 e legislação correlata, atende as Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos. Atendendo ao que determina a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, as pesquisas que envolvem seres humanos devem contemplar do ponto de vista ético e científico, quatro princípios referenciais básicos: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Assim sendo, os participantes, menores de 18 anos pertencem a um dos grupos especiais: crianças e adolescentes submetidos ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Com isso foram realizados todos os procedimentos



de um roteiro de perguntas que permitissem a discussão das questões dos jovens rurais do Alto da Serra de São Pedro (APÊNDICE A).

Foram também utilizadas caderneta de campo e fotografias, mediante autorização do Termo de Compromisso Livre Esclarecido (TCLE) (ANEXO) para publicação deste material.

As entrevistas foram realizadas nas escolas locais, de forma que o jovem também pode optar em realizá-las no lar com a família, de modo a obter informações antecedentes a memória dos entrevistados e também sobre outros membros familiares, acerca das experiências migracionais já realizadas.

A partir destas fontes de informação, foram observados os padrões migratórios no grupo jovem estudado, buscando evidências sobre como este agroecossistema afeta os planos de futuro da juventude e, conseqüentemente é afetado pelo êxodo rural juvenil nas seguintes vertentes investigativas: percepção ambiental, escolarização, projetos profissionais, identidade e pertencimento, inserção social e resposta aos efeitos globalizadores.

## **1.6 Contribuições científicas do estágio no exterior**

Durante o curso de doutorado foi possível realizar, em meados de 2012, um estágio acadêmico no exterior, que foi concluído em duas etapas: a primeira na *Wageningen University Research Centre for Development Innovation*, em Wageningen, Holanda, por meio do curso *Climate Change Governance: Adaptation and Mitigation as Institutional Change Processes*. Em um segundo momento, foram realizadas visitas às propriedades agrícolas no interior da Holanda, nas quais se procurou observar o manejo gerencial das produções agrícolas por jovens agricultores e profissionais das ciências agrárias.

Durante o período de estudos na Universidade de Wageningen buscou-se pesquisar referências bibliográficas relacionadas à soberania alimentar e ao futuro de territórios agroalimentares de todo mundo, frente às mudanças climáticas globais e as transformações econômicas nas últimas décadas.

Igualmente, as perspectivas de continuidade destes territórios rurais foram discutidas em um evento especial sobre governança, o *Governance Outcomes 2012* (Wageningen University, Holanda). Dentre os estudos discutidos foram apresentados casos de diversos países em desenvolvimento: Índia, Congo, Eritréia, Etiópia, Guiné-Bissau, Moçambique,

---

específicos do capítulo sobre Consentimento Livre e Esclarecido da citada Resolução, como requerida a autorização dos país ou representantes legais desses indivíduos, como critério condicionante da participação.

Nigéria, Somália, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Fiji, Filipinas e Indonésia. Cabe ressaltar, que o caso do Alto da Serra de São Pedro muito se aproximou das experiências internacionais observadas no âmbito das discussões de instrumentos de ações intersetoriais, como também na mitigação dos processos de degradação ambiental, especificamente nos espaços agrícolas dependentes em grande parte de políticas públicas e reivindicações municipais para sua continuidade.

Neste viés, notou-se que o debate incluiu a necessidade de criação de novas plataformas institucionais de colaboração entre os setores públicos e privados em territórios rurais desta natureza. Sob o ponto de vista dos estudos holandeses, essas parcerias são muitas vezes consideradas como mecanismos inovadores mesmo no contexto da globalização (BITZER, 2012; SCHOUTEN & GLASBERGEN, 2011).

No acesso aos projetos da *International Food and Agribusiness Management Association* (1999) sobre governança, percebe-se atualmente, o debate sobre a necessidade de diversificar os tipos de parcerias em cadeias agroalimentares globais, a partir de diferentes perspectivas. O termo parcerias intersetoriais, pode também ser encontrado na literatura como alianças *multi-stakeholders*, até mesmo parcerias público-privadas, as redes globais de políticas públicas ou redes de ação global. Indubitavelmente, o termo trata da necessidade de novas redes de relacionamentos horizontais. Ou seja, da capacidade de parcerias como instrumentos de governança ou a partir do acesso a ferramentas de desenvolvimento.

No contexto das parcerias público-privadas como oportunidade de emprego e renda dos jovens rurais foram visitadas propriedades de Groningen e Hoogeveen, além da visita a indústrias lácteas e empresas agrícolas de Wageningen e nos arredores de Marken, nas quais há majoritariamente a participação da juventude nos processos de beneficiamento de produtos derivados do leite e produção de tubérculos.

Nestes territórios rurais, grande parte dos processos de beneficiamento é apoiada por políticas sócio-culturais, que apararam um novo zoneamento agrícola no país, como também a certificação de origem de produtos lácteos vinculados aos serviços ambientais e ecológicos.

Em suma, notou-se que as dinâmicas atuais das propriedades rurais holandesas combinam cadeias clássicas de produção com a distribuição orientada para os mercados internacionais, reforçando iniciativas que se desenvolvem mais particularmente na qualidade dos produtos. Essas formas de produção, ao mesmo tempo, reaproximam os jovens aprendizes aos agricultores. Mesmo aqueles jovens que não possuem familiaridade com a

produção agrícola em si, atuam nos sistemas administrativos e nas estratégias de marketing dos produtos agrícolas vinculados ao turismo.

## 2 DO CAMPESINATO ÀS NOVAS RURALIDADES PAULISTAS

“Aqui, periferia, miséria de sobra. Um salário por dia garante a mão-de-obra. Um lugar onde só tinha como atração: o bar, e o candomblé pra se tomar a benção. Esse é o palco da história que por mim será contada. Um homem na estrada. Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou. Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou. Um homem na estrada”  
(Um Homem na Estrada, Racionais MC's, 1993)

Este capítulo traz uma revisão bibliográfica sobre a evolução da agricultura familiar paulista e seus componentes colonizadores (histórico-geográficos), assim como do processo de modernização e descentralização das indústrias e suas conseqüências nas áreas rurais.

Para tanto, buscou-se averiguar a utilização do termo agricultura familiar, destacando importantes componentes de sua formação e modernização em especial no âmbito do desenvolvimento econômico global. Desta forma, torna-se necessário colocar que “agricultura familiar” não é uma categoria recente, nem corresponde a uma categoria analítica “nova”. Na realidade, esta expressão é um conceito genérico (WANDERLEY, 1999, LAMARCHE, 1998), que incorporou uma diversidade de situações, sobretudo quando o poder público implantou Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a política federal voltada para este segmento, e a Lei 11.326/2006, que fixa diretrizes para o setor (DE FRANÇA e DEL GROSSI, 2009).

Na tese de Weisheimer (2009), dentre outras análises, foi destacada a utilização dos preceitos de Chayanov (1974) como referencial analítico da família camponesa na compreensão da agricultura familiar no capitalismo. Dentre as variadas delimitações técnicas e conceituais, entende-se como agricultura camponesa aquela que reúne a força de trabalho e de consumo centrada em um casal e seus filhos, com capacidade de balanço em grau ótimo de exploração. Nesta lógica o aumento da produtividade do trabalho equilibra os fatores econômicos internos da produção, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho, o agricultor satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de energia (CHAYANOV, 1981).

Chayanov (1974) ainda destaca que a família camponesa tem o controle sobre o próprio trabalho e sobre o processo produtivo que realiza, sendo capaz de definir as melhores estratégias visando à satisfação de suas necessidades com menor grau de auto-exploração do trabalho. Uma das importantes questões sobre a sobrevivência do

campesinato no capitalismo se refere à capacidade de permanência do agricultor no campo. Neste viés também é considerado um tipo de incapacidade estrutural das unidades camponesas no sistema capitalista. Por outro lado, existem economistas que acreditam que os camponeses têm um modo próprio de investir, daí a “teoria do investimento camponês”<sup>9</sup>. Lênin e Kautsky no final do século XIX, assim como Marx, prognosticaram que os camponeses estavam fadados ao desaparecimento no desenvolvimento desigual do capitalismo.

Para Wanderley (1996) o termo campesinato corresponde a uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo singular de produzir e de viver em sociedade. Logo, a agricultura familiar estaria relacionada diretamente ao tipo de organização adotado na produção. Mesmo que na atualidade claramente se constate que a agricultura familiar está mais voltada para a reprodução do sistema capitalista, ou pelo menos tenta perseguir esta estratégia, do que para o campesinato nestes moldes.

Na visão de Prado Junior (1966) a definição do termo “camponês” deve ser dada a qualquer indivíduo que é efetivamente o ocupante e explorador da terra. Até mesmo o empresário da produção, mesmo quando não é proprietário. O camponês seria então o detentor dos meios de produção, como os instrumentos e os animais de trabalho. Altafin (2007) discute esta visão, de forma que esta definição direciona uma transposição mecânica do conceito de camponês para o caso brasileiro, o qual possui uma gama de especificidades analíticas. Desde os primeiros tempos implantou-se aqui a grande propriedade rural de exploração comercial em larga escala e realizada com trabalho escravo.

Souza (2009) neste debate aponta que no campesinato não é possível ater-se apenas a formas de uso e ou posse da terra, mas fundamentalmente como se integram os sujeitos sociais na lógica de produção e circulação de mercadorias e de realização do capital. Levando em consideração que o capitalismo não se ocupa das formas sociais de produção, e sim, em primeira instância, volta-se para a mercadoria, nela está a síntese de sua realização. Nesta etapa é que se consagra a mais-valia<sup>10</sup>, o padrão de acumulação capitalista. Em segunda instância do que a produz, o trabalho.

---

<sup>9</sup> No sentido de não ser centrada nos investimentos visando apenas o lucro, mas nas necessidades diretas ou de sobrevivência e reprodução social da família (DE MELO FARIA, 2011).

<sup>10</sup> Para Karl Marx o sistema capitalista representa a própria exploração do trabalhador por parte do dono dos meios de produção, na disputa desigual entre capital e proletário. Desse modo, o ordenado pago representa um pequeno percentual do resultado final do trabalho (mercadoria ou produto), então a disparidade configura concretamente a chamada mais-valia, dando origem a uma lucratividade maior para o capitalista (MARX, 1867).

Seguindo a lógica mercadológica brasileira analisada por Romeiro (1998), na qual a grande propriedade privada se configurou como estrutura básica de produção, principalmente no fornecimento de matérias-primas para a indústria, caracterizando desta forma a organização da agricultura baseada no monocultivo; a monocultura sempre configurou um sistema econômico complexo, principalmente após a abolição da escravidão, no sentido de depender de mão-de-obra qualificada e especializada para a realização dos plantios e colheitas. Inclusive na dificuldade em avaliar a qualidade da mão-de-obra contratada. Era freqüente entre os grandes proprietários a disputa por empregados em um âmbito mais tecnificado, diferentemente das relações estabelecidas nas unidades familiares, onde parentes e agregados de confiança participavam de todo o processo produtivo.

Segundo Brumer et.al. (1993) pode-se afirmar que de maneira geral, a agricultura camponesa nasceu no Brasil também sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção, notadamente de terra. De forma que a população rural vivia historicamente no interior das grandes propriedades ou em pequenas aglomerações mais ou menos concentradas. Na análise desses autores, nos dois casos, a vida social estava longe de corresponder ao enredamento característico das aldeias camponesas dos velhos países europeus ou do Novo Mundo. Para Brumer et al. 1993, a população rural não se constitui em “comunidade rural” no sentido antropológico do termo. Trata-se somente de uma associação do “rural” com o núcleo urbano que a integra, já que os pequenos núcleos urbanos se multiplicaram em todo o país e nesta época não se distinguem claramente de seu próprio meio rural (BRUMER, et al.,1993).

Além disso, o Brasil apresenta desde sua origem uma narrativa de campesinato com caráter regional bastante acentuado. Desde 1700 os “pobres livres dos campos”, assim denominados, foram considerados grupos diferenciados que se caracterizaram por seu isolamento, pela pobreza e pelos meios de subsistência. Em determinadas ocasiões, esta população livre do Nordeste integrava-se na economia de mercado, contribuía de modo significativo para as revitalizações das populações locais e até mesmo participava das atividades da colônia (produção de tabaco, cana-de-açúcar, algodão etc.).

Entretanto, após a abolição dos escravos em 1888, foram eles os mais absorvidos como trabalhadores “assujeitados”<sup>11</sup> das grandes propriedades. Assim como em São Paulo, a agricultura dos caboclos era igualmente itinerante e rudimentar. A associação entre a

---

<sup>11</sup> O conceito de assujeitamento surge de forma organizada na Análise do Discurso de linha francesa, definido como um processo que consiste em fazer com que o indivíduo, sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade, seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social (PÉCHEUX, 1997).

policultura e a criação de gado era típica das economias camponesas tradicionais, embora extremamente precárias, sobretudo anteriormente a chegada dos imigrantes (BRUMER et.al., 1993).

Nessas vias, a disputa por terras entre a pequena e a grande agricultura sempre ocorreu, como o caráter capitalista da sociedade brasileira, desde suas origens. Na visão de alguns historiadores essas relações são bastante contraditórias.

Para Wanderley (1996) o campesinato brasileiro pode ser distinguido em duas características fundamentais: na especificidade do sistema de produção e na centralidade da constituição do patrimônio familiar. Assim, a autora chama a atenção para o sistema de policultura-pecuária que prioriza a diversidade produtiva e para o que ela chama de “horizonte das gerações”, visto que o camponês traça planos e estratégias para garantir não só a sobrevivência imediata do grupo familiar, como a das gerações subseqüentes.

Wanderley (1993) pondera que seja impossível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos economistas “clássicos”, pois está em curso um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria configuração da lógica familiar.

Para Abramovay (1992) não há significado em buscar as origens históricas do conceito, pois uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. Ainda ratifica que, apesar do caráter familiar, a própria racionalidade de organização familiar não depende somente da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.

Em Wanderley (1994) também se encontra esta posição quando denomina agricultura individual moderna como uma instituição gestada a partir dos interesses e das iniciativas do Estado, embora, responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil e tendo que se adaptar às exigências da agricultura moderna, esta forma de agricultura possui traços camponeses, no sentido de não gerar salários, ou seja, na maioria dos casos, continua a contar com suas próprias forças.

## **2.1 Modernização da agricultura familiar paulista**

Mediante o exposto, o objetivo aqui não é utilizar tais referenciais para classificar estritamente o território agroalimentar do Alto da Serra de São Pedro ou em grande parte, os

espaços rurais paulistas em torno de único conceito; como a prevalência de uma agricultura camponesa, familiar, moderna ou de uma “pequena empresa agrícola”, visto que tais modos de produção e reprodução familiar podem facilmente se sobrepor em mais de uma definição e se transformarem no tempo-espaço.

Em síntese, tornou-se pertinente aqui a aplicação de referenciais analíticos menos ortodoxos:

[...] agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade; a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais; estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade; o campesinato brasileiro tem características particulares - em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do País e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sócio-cultural”, com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna [...] (WANDERLEY, 1996, p.2).

Altafin (2007) em sua exploração sobre a origem da agricultura familiar do mesmo modo aponta alguns conceitos importantes para a compreensão da sucessão hereditária da agricultura familiar paulista, fornecendo um melhor entendimento deste processo também na região de estudo.

A propósito da transmissão do patrimônio, o modo predominante consiste no reconhecimento do direito de todos os herdeiros e na realização de uma partilha igualitária de bens. Todavia, no Brasil não existe um mecanismo legal que permita a transferência progressiva de propriedade do pai, enquanto vivo, aos filhos ou que facilite aos filhos assumir a responsabilidade da exploração familiar, como no Canadá e na França. Nessas condições, o princípio de igualdade declarado pelos produtores traduz-se, na prática, por uma série de arranjos que visam contornar os problemas concretos resultantes da dimensão da família e com vistas à reprodução da exploração (BRUMER et.al., 1993).

Segundo investigação de Altafin (2007) sobre a sucessão hereditária de terras, até meados de 1835, perdurou no Brasil o regime denominado morgadio, o qual tornava apenas o primogênito o herdeiro legal dos bens do fazendeiro, transformando os outros filhos legítimos numa espécie de agregados. Com isso, já se fixava certo impedimento à dispersão



da riqueza pela herança, pois na morte do fazendeiro, seu filho mais velho herdava todos os bens. Os outros filhos legítimos, mas não herdeiros, ficavam à mercê do irmão mais velho e com ele viviam nos casos de bom relacionamento.

Ainda, em casos de desavenças na família na partilha (fenômeno muito comum), restava aos demais filhos a alternativa de abertura de novas áreas e a formação de propriedades pela ocupação e uso da terra. Essas eram áreas abandonadas, onde o solo “cansado” já não apresentava condições ideais de fertilidade, e eram ocupadas pelos filhos não herdeiros (MARTINS, 1986). Em outros casos, parte dos familiares desfavorecidos lutava por nova concessão da sesmária<sup>12</sup> nas áreas das fazendas por eles constituídas. Mas, devido à falta de capital para compra de escravos necessários à implantação de uma agricultura de exportação, muitas dessas novas fazendas eram destinadas à produção de alimentos para o mercado interno (ALTAFIN, 2007).

Ainda, remetendo-se ao período colonial, cinco “grupos” que originaram a agricultura familiar freqüentemente disputavam as terras: os índios, os escravos africanos, os mestiços, os brancos não herdeiros, e os imigrantes europeus; no caso da alocação de terras para os migrantes europeus, os colonos recebiam lotes doados pelo governo, que também custeava a viagem deles ao Brasil e pagava pelos primeiros implementos agrícolas. Segundo Furtado (1999) a criação de colônias não tinha apenas fundamento econômico, pois quando as colônias deixaram de receber o suporte do Estado, não conseguiram manter atividades comerciais e a estratégia de imigração subsidiada foi abandonada. A elite agrária brasileira, com forte influência no governo, bloqueava qualquer iniciativa de subsidiar uma imigração que se voltasse a produtos de valor comercial, pois, além de não resolver o problema da falta de mão-de-obra na grande lavoura, ainda resultaria em concorrência aos latifundiários (FURTADO, 1999; ALTAFIN, 2007).

Nesta vertente, Prado Junior (1966) traz a informação que no primeiro ano, o fazendeiro não pagava salários aos imigrantes, mas cobria os gastos e disponibilizava a ele

---

<sup>12</sup> “Mesmo com as divisões propostas pelo sistema de capitânicas, o Brasil era ainda uma terra de dimensões continentais na visão da coroa. Então, surge mais um artifício para a exploração da terra: as sesmarias. Iniciadas e incluídas a partir do capitão-donatário de uma capitania, as sesmarias eram lotes de terra menor, que eram doadas a um sesmeiro com o intuito de principalmente tornar a terra produtiva. O sesmeiro tinha então a partir do recebimento do lote, a obrigação de cultivar a terra por um prazo de cinco anos, tornando-a produtiva e pagando os devidos impostos à Coroa. É no contexto das sesmarias que surgiu a *Plantation*, sistema vastamente utilizado na exploração européia da América consistindo na utilização de mão-de-obra escrava em plantações. O sistema de distribuição de terras por sesmarias perdurou até 1822, quando a resolução de 76 pôs fim a esta modalidade de apropriação de terras. O sistema sesmária poucas vezes satisfiz as expectativas iniciais de produção. Isto porque, ou pelas grandes dimensões territoriais ou pela má administração e fiscalização, raramente as terras tornavam-se produtivas. Ainda hoje se pode dizer os latifúndios são reflexos da apropriação sesmária” (FAUSTO, 1975, p.155-190).

terra onde seriam cultivados os alimentos necessários à manutenção da família. Nos anos seguintes, de acordo com Altafin (2007), a ampliação do trabalho livre, com a expansão da imigração européia, deu início à transformação da produção de alimentos para o mercado interno no Brasil (ALTAFIN, 2007).

Cabe ressaltar que os produtores de alimentos foram também unificados sob o conceito de “camponês” no contexto do processo de transformação econômica no Brasil iniciado em 1920, quando o país passou de uma base primário-exportadora para uma base urbano-industrial (ALTAFIN, 2007). Lembrando que em 1919 a chamada extensão rural era denominada “assistência técnica”. Em uma breve explanação histórica, no ano de 1919 o governo brasileiro já havia implantado diretamente na propriedade do agricultor, campos de demonstração baseados em experiências norte-americanas, como também financiou os postos zootécnicos, as fazendas modelo e as inspetorias agrícolas, principalmente no intuito de demonstrar o manejo de instrumentos e máquinas agrícolas cedidos pelo Estado (MENDONÇA, 1997).

Em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), com a finalidade de ordenar o sistema nacional e buscar recursos federais, de modo que as políticas agrícolas se voltaram intensamente a modernização tecnológica em produtos agrícolas de exportação (PIMENTEL, 2007) e os agricultores passaram a ser classificados quanto ao tamanho de suas áreas: divididos em pequenos, médios e grandes. Segundo Wanderley (2003) esta classificação visava e visa até hoje à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural. A modernização conservadora, portanto, teve seu auge na época da ditadura militar, nos anos 1960 e 1970, com as mesmas características do restante do mundo, uma vez que o modelo sustenta a premissa de que a agricultura deve ser industrializada.

Um dos impactos mais marcantes dessa modernização foi a incidência de monoculturas com plantas híbridas. O maior exemplo deste empenho foi o desenvolvimento das variedades *HYV-high yield varieties*, sementes improdutivas de uma safra para outra, altamente dependentes da absorção de fertilizantes, especificamente os nitrogenados. Segundo VEIGA (2003) ao longo deste processo, os métodos da agricultura moderna impactaram em alto grau os países de periferia, sendo generalizado o uso dos fertilizantes, pesticidas e herbicidas, principalmente. Tais avanços científicos e produtivos também foram reforçados com a queda de preços pagos ao produtor pelos produtos agrícolas (VEIGA, 2003).

Veiga (2003) analisou que em países periféricos como o Brasil, a utilização de técnicas intensivas na aplicação de agroquímicos e revolvimento mecânico dos solos provocaram passivos ambientais severos e irreversíveis, como exemplo, o adensamento e a compactação da superfície do solo, privando as plantas de expandir seu sistema radicular, afetando as camadas mais ricas em microrganismos. Isto em parte devido ao padrão tecnológico inadequado à realidade tropical.

De acordo com Romeiro (1998) a manutenção da fertilidade dos solos que antes era alcançada ao longo das gerações, por meio da transição de práticas acumuladas na unidade familiar, utilizando-se principalmente da rotação das culturas, foi decisivamente suprimida pelas vantagens econômicas do sistema de monocultivo. Uma delas, sobre o enfoque dos grandes proprietários de terra, seria que a monocultura beneficiaria os grupos bem situados, na medida em que, no processo de especialização regional, estes reservariam para si as culturas mais rentáveis. Rentabilidades essas que seriam garantidas também pelas desigualdades da estrutura fundiária e pelas diferenças de fertilidade dos solos. Ambos os fatores eram considerados como altamente relevantes, justamente por tais características serem acentuadas pela prática contínua deste tipo de cultivo (ROMEIRO, 1998).

Logo, foram criadas políticas públicas para adoção do novo modelo também por pequenos agricultores. Entre elas, pode-se citar o crédito subsidiado à compra de insumos como agrotóxicos e adubos. A criação de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais para dar suporte ao modelo produtivista também foi considerado como um incentivo, junto ao treinamento, no exterior, dos professores das faculdades de agronomia e a criação de um serviço de extensão rural para levar a tecnologia até o agricultor (PNUD, 1997).

Com a interferência de especialistas norte-americanos e com o patrocínio da AIA (Associação Internacional Americana) e ICA (Internacional Cooperation Administration), a ABCAR em 1960 procedeu à primeira avaliação de desempenho do então Sistema Brasileiro de Extensão Rural – (SIBER). Ao final da década de 60, o SIBER (Sistema Brasileiro de Extensão Rural) contava com a ABCAR e mais 21 associações de crédito e assistência rural, filiadas à entidade nacional (PIMENTEL, 2007).

Em 1961 foi criada a Assessoria de Revisão Agrária (ARA), vinculada à Secretaria da Agricultura, para coordenar os trabalhos referentes à execução da Lei de Revisão Agrária. A ARA em 1978 passou a ser denominada Assessoria Técnica de Revisão Agrária (ATRA), com a mesma finalidade do ARA. No Estado de São Paulo, a extensão rural foi implementada por meio da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Estado em 1967, a qual optou pela criação de uma Coordenadoria de Assistência Técnica Integral,

que atuava na assistência técnica ao produtor rural. Vale ressaltar que as empresas privadas (bancos, principalmente) e a própria Secretaria, através do Instituto Agrônomo de Campinas - IAC, por exemplo, anteriormente a essa data já prestavam serviços de fomento e assistência técnica no Estado (PIMENTEL, 2007).

No início de 1980, no auge do processo de modernização da agricultura, houve também a polarização do conceito de agricultura familiar em: pequena produção integrada e pequena produção excluída da integração. Na integrada estavam todos aqueles agricultores de características familiares que acompanhavam a agroindústria, com os insumos químicos e maquinários agrícolas. No segundo caso todos os outros que não aderiram às novas formas de manejo dos solos e das culturas, permaneciam marginalizados (ALTAFIN, 2007).

No âmbito global, apesar da maioria dos agricultores da África, e cerca de metade dos agricultores da Ásia e da América Latina, ainda manterem as práticas tradicionais e manuais de produção, a outra parte, passou a produzir para os mercados externos, na aspiração de obter maior renda monetária exigida por novos padrões de consumo, configurando-se como agroindústria. À luz das teorias deste período, o destino de ambos os grupos estaria inexoravelmente traçado. De um modo ou de outro, estavam a caminho de sua total proletarianização<sup>13</sup> (ALTAFIN, 2007).

Uma outra característica da produção para mercados externos é a especialização da produção. Para Wanderley (1985), o trabalho familiar tende a somar esforços naqueles produtos que oferecem mais vantagens de preços no mercado, até mesmo interferindo nas práticas de autoconsumo, mas sem anulá-las. A integração à agroindústria, portanto, foi analisada como uma forma disfarçada de assalariamento (ALTAFIN, 2007).

Segundo as análises de Alves et al. (2011), o êxodo rural no Brasil seguiu o mesmo caminho da industrialização e respondeu à demanda das cidades. Analisando a tabela 1 observa-se que 1970/80, 30% da população rural migrou para as cidades. O êxodo também permaneceu elevado nos dois períodos seguintes 1980/91 e 1991/00, ainda na vigência das políticas de industrialização das metrópoles.

Nestes termos, explorando um pouco mais as premissas de Alves et al. (2011), no período entre 1950 a 1970 as migrações se destinaram à ocupação do território nacional.

---

<sup>13</sup> Ato de reduzir uma categoria de produtores independentes (cultivadores agrícolas, artesãos, comerciantes) à necessidade de colocarem a sua força de trabalho ao dispor dos proprietários dos meios de produção ou de troca (ALTAFIN, 2007).

Segundo o autor, ainda havia muita terra “ociosa” no Brasil. Desta forma, o desenvolvimento da agricultura se deu também em razão desta ocupação.

Com as migrações dos trabalhadores para as cidades houve também um desabastecimento alimentar dos mercados, em meados de 1970. Neste quadro, surgiram algumas iniciativas exógenas, como a de Nelson Rockefeller, na implantação do modelo de extensão rural no Brasil, baseando-se na hipótese de que havia um estoque de tecnologias e pesquisas disponíveis para aplicação no serviço de extensão agrônômica. Esta hipótese fundamentou, primeiramente, o desenvolvimento da extensão rural inspirado no modelo americano, ou seja o investimento em estradas, a ampliação do crédito rural para a compra de insumos modernos e à compra de bens de capital (ALVES et al., 2011).

Na tabela 1 é possível visualizar uma quantificação do número de migrantes das respectivas regiões brasileiras nos últimos 60 anos, segundo os dados do IBGE (2010).

Tabela 1 - Número de migrantes de seis períodos, Brasil e regiões, e relação (em %) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Migrações por região	PERÍODO					
	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-2000	2000-2010
BRASIL						
Migrantes	5.419.055	8.008.081	12.489.278	10.340.087	9.070.981	5.604.627
% População rural ano base	16.34	22.85	30.02	26.42	25.17	17.61
NORTE						
Migrantes	69.791	95.978	254.205	219.343	1.024.137	163.278
% População rural ano base	4.84	5.08	10.57	6.51	23.68	4.20
NORDESTE						
Migrantes	2.845.062	2.546.393	3.474.871	4.037.359	4.209.048	2.207.535
% População rural ano base	21.51	17.27	20.81	23.12	25.18	14.95
CENTRO-OESTE						
Migrantes	112.763	26.663	754.664	657.128	458.758	153.867
% População rural ano base	21.51	1.58	33.22	32.00	26.01	9.98
SUDESTE						
Migrantes	2.495.498	5.715.661	4.432.268	3.108.978	1.685.673	1.898.952
% População rural ano base	21.10	43.16	40.35	34.43	22.44	27.78
SUL						
Migrantes	113.276	549.214	4.058.668	2.744.885	1.693.061	1.178.764
% População rural ano base	18.97	7.40	43.88	37.99	29.58	24.64

Fonte: Alves et al., (2011, p. 80).

Mais tarde, com o processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980 e início da década de 1990, observou-se a reinserção da reforma agrária na agenda política, ainda que de forma bastante incipiente, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos. Com isso, houve uma maior organização dos agricultores em movimentos sociais, o que em parte permitiu a eles importantes conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais foram considerados mais uma frente de resistência dos trabalhadores rurais (FABRINI, 2002).

De fato, a partir da década de 1990, a disseminação dessas tecnologias em todo o território nacional permitiu que o Brasil aumentasse as fronteiras de produção e disseminação de culturas, como a soja, o milho e o algodão, entre outros. Há quem denomine esse período como a “Era do Agronegócio”, como alega Ferraz (2003). Com o advento dos fertilizantes químicos, as terras de baixa fertilidade do Norte e Centro-Oeste foram incorporadas ao processo produtivo; pela utilização de equipamentos de reestruturação dos solos, como também para o plantio e colheita, o que resultou na ampliação das áreas de cultivo (FERRAZ, 2003).

Neste contexto, foi garantido também o lucro das indústrias sem prejuízo dos grandes agricultores, pois foram estruturados diversos instrumentos de política agrícola, como crédito com juros especiais e subsídios, transferindo para outros setores da sociedade o ônus da remuneração do capital industrial. Com a expansão da fronteira agrícola, o Estado instalou assentamentos rurais nas regiões Centro-Oeste e Norte, numa tentativa de desviar o intenso êxodo-rural de nordestinos para o Estado de São Paulo (ALTAFIN, 2007).

Ainda no viés institucional, Fabrini (2002) destaca que embora diversas de instituições tenham surgido para dar assistência aos trabalhadores rurais, a resistência dos agricultores a esquemas de dominação e subordinação sempre foi considerada relevante quando realizada no interior dos movimentos sociais. Embora seja imprescindível reconhecer também, a capacidade de resistência de uma grande diversidade de trabalhadores rurais não exclusivamente pelos movimentos sociais. O território, neste âmbito, vai além de um local de inserção de novas mercadorias no processo de globalização das relações socioeconômicas de produção e trabalho (FABRINI, 2002).

Neste sentido, o agricultor, organizado nos movimentos sociais ou fora deles, numa prática de relações sociais “geografada” localmente, desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social. Portanto a luta camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais, ou seja, existe um “movimento agricultor” que não se realiza exclusivamente nos movimentos sociais (FABRINI, 2002).

De acordo com Canuto (2003), infelizmente apesar de todos os esforços na esfera política aqui mencionados, a realidade da maioria dos pequenos agricultores ou camponeses, continua precária.

## 2.2 Fatores de influência na ocorrência do êxodo rural no Brasil

Desde o século XVIII documenta-se que a máquina substituiu o homem, gerando milhares de desempregados em todo mundo. Neste contexto, este item apresenta o processo de exclusão dos trabalhadores rurais nos últimos três séculos e como essa questão se inscreve no debate atual sobre a globalização. Em especial sobre a reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo e as conseqüências no espaço rural.

Os métodos de produção tornaram-se mais eficientes e os produtos passaram a ser produzidos mais rapidamente, barateando o preço e estimulando o consumo. As máquinas foram substituindo, drasticamente a mão-de-obra humana, tanto nas cidades e como no campo (CRUZ, 2009). Brumer (1993) ao discorrer sobre o contexto fundiário brasileiro no final do século XVIII, afirma que os proprietários de terras, mantinham, em larga escala, o controle sobre os elementos tradicionais de sua dominação social, ou seja, a terra e a força de trabalho rural a baixíssimos custos. A propriedade fundiária nesta época permaneceu como elemento organizador indispensável à atividade agrícola por séculos, e apresentou muitas vezes independentemente de seu uso produtivo, uma alta reserva de valor, em caráter especulativo (terras improdutivas), somente na forma de exploração extensiva, mesmo com baixíssimos índices de produtividade (BRUMER et.al.1993).

Neste cenário, a modernização da agricultura brasileira foi realizada de forma parcial. A dominação das grandes propriedades sobre a força de trabalho dos agricultores, resultou em uma condição de miséria para muitos agricultores (BRUMER et.al.1993).

Deste modo, o êxodo rural é um processo social complexo, historicamente condicionado às mudanças econômicas. O conceito de êxodo rural aqui explorado se refere à população rural economicamente dependente do setor agrícola, que migra para fora deste setor em um determinado período de tempo ou permanentemente. Já a origem dos fluxos migratórios está relacionada com a dependência econômica dos indivíduos em relação ao seu destino (pontos de atração), em última análise, com outros setores da economia, que se tornarão dependentes (ABRAMOVAY, 1999).

A compreensão dos conceitos de origem e destino dos fluxos migratórios se torna essencial, no sentido que grande parte das pesquisas que envolvem o tema êxodo rural trata da transferência da população dependente do setor agrícola (mão-de-obra), e o cálculo da diferença entre a população esperada (no destino) menos a população existente no fim do período (ABRAMOVAY, 1999). Outro ponto importante a ser considerado é a definição de população rural como aquela que reside na zona rural, o que define êxodo rural como a transferência da população que desloca seu local de residência das zonas rurais para as zonas



urbanas. Como já mencionado, que o êxodo rural parte de um processo de mudanças estruturais do sistema, e pode se apresentar tanto como causa como consequência deste processo (ABRAMOVAY, 1999).

Historicamente, no final do século XIX e começo do século XX, houve uma grande necessidade de mercado consumidor para os produtos industrializados, e uma nova corrida por matérias primas. Neste período a concepção de imperialismo foi abalizada por economistas ingleses e franceses. Este conceito constituiu-se em duas características fundamentais: o investimento de capital externo e a propriedade econômica monopolista (ALMEIDA, 2009).

Assim, no começo do século XX, os países imperialistas se lançaram numa corrida por produtos primários, mercados consumidores em países com uma notável fragilidade política, no intuito de colonização. O que desencadeou rivalidade entre os mesmos e concretizou o principal motivo da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), dando princípio à "nova era imperialista" (FURTADO, 1999).

Para Prado Junior (2006) o imperialismo não se desenvolveu naturalmente no Brasil, mas foi imposto pela associação das classes dirigentes nacionais e pelo capitalismo internacional. As classes dirigentes brasileiras neste período sequer formavam uma burguesia nacional coesa, eram na verdade os representantes de grandes oligarquias rurais, que defendiam somente seus próprios interesses.

Ou seja, tratava-se da associação da oligarquia brasileira com o capital industrial e o capital financeiro europeus. O país ficou imerso às regras deste novo modelo, que previa que o país passasse pelos mesmos estágios que os países de capitalismo adiantado já haviam passado (PRADO JUNIOR, 2006). Para alguns historiadores como Freitas et. al. 1976, estas etapas incluem um pré-capitalismo, marcado principalmente pela expansão ultramarina, ou seja, a colonização e exploração do novo mundo (continente africano, asiático e americano), a fase das políticas mercantilistas (a acumulação primitiva de capital, metalismo, sobretudo mantendo uma balança comercial favorável), a configuração desses países como potências mundiais, e o capitalismo industrial, primordial à ocorrência da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra, no século XVIII.

Na impossibilidade de se desenvolver autonomamente, coube ao Brasil queimar etapas, dando saltos para acompanhar seus parceiros mais desenvolvidos. A partir desses acontecimentos o país iniciou um oneroso processo de modernização e industrialização (PRADO JUNIOR, 2006).

Foram então instaladas indústrias, construíram-se estradas de ferro, modernizaram-se os portos (Figura 1) e fundaram-se bancos, porém, à custa de grande dívida contraída aos financistas europeus. A reestruturação tratou de apressar o processo de transformação, realizando a reforma estrutural necessária à economia brasileira, mudança inserida na nova realidade internacional, o país tornou-se definitivamente capitalista. Ainda para Prado Junior (2006) o capitalismo representou, no Brasil, uma ruptura das antigas estruturas colônias, pois o capital industrial não possui a mesma lógica do capital comercial. Foram necessárias várias alterações na estrutura econômica nacional. Em primeiro lugar a reestruturação teve que partir da alteração da mão-de-obra, como a viabilização e criação de um proletariado, o que inviabilizava a existência do trabalho servil.

Este problema foi parcialmente resolvido com a abolição da escravatura e, posteriormente, com as imigrações européias. Arias Neto (2003) afirma que em sua maioria a população de ex-escravos não se viu na necessidade de transformar-se em força de trabalho, a solução foi buscada na imigração européia (ARIAS NETO, 2003). Em segundo lugar, existia a necessidade de mercados consumidores. Problema que foi resolvido, em parte, com a quebra dos monopólios comerciais e com a restrição das importações, que foi possível com a implantação de uma indústria nacional de bens de consumo (CATANI, 1984).

Estas alterações atingiram diretamente as antigas aristocracias, principalmente do norte e nordeste, que viram seu poder econômico reduzido, por isso tornaram-se, em grande parte, os opositores do novo sistema (PRADO JUNIOR, 2006). Segundo Catani (1984), apesar das transformações ocorridas, a economia nacional manteve-se refém do mercado externo, tanto na necessidade de exportação, principalmente de bens primários como o café, como das importações de produtos sofisticados e da indústria pesada.

### **2.3 As emigrações e imigrações no contexto do desenvolvimento econômico do interior paulista**

A partir da inclusão de novos capitais comerciais e industriais no Estado de São Paulo, como já mencionado foram necessárias várias alterações na estrutura econômica nacional. Em primeiro lugar a reestruturação teve que partir da alteração da mão-de-obra, como a viabilização e criação de um proletariado, o que inviabilizava a existência do trabalho servil.

Em meados de 1880, a cidade de São Paulo, uma pequena elevação entre o Rio Tamandateí e o Ribeirão Anhangabaú passou por um crescimento vertiginoso da *urbs* que

foi iniciado com a instalação da ferrovia Santos-Jundiaí (Figura 1), na segunda metade do século XIX e o porto de Santos (Figura 2). A posição estratégica da cidade, como passagem obrigatória entre o porto e as rotas de escoamento do café (então plantado em quase todo o interior paulista), levou à modernização radical de sua estrutura econômica e urbana (BAENINGER, 1996).



Figura 1 – Pequena estação na Serra do Mar - Estrada de Ferro Santos-Jundiaí

Fontes: Foto 1 - Haenen, Coleção Joaquim Müller Carioba, de São Paulo (1910)

Foto 2 - Acervo de Wellington Ribeiro Borges de Cubatão/SP (2006)



Figura 2 – Café sendo embarcado no Porto de Santos em 1880

Fonte: Foto extraída da obra - O Brasil na fotografia oitocentista (2003)

Na passagem do século XIX ao XX, a cidade já estava totalmente transformada. O comércio se diversificou, atraindo todo tipo de atividade, como casas de câmbio e hotéis. E a

área urbanizada se espalhou para atender ao rápido aumento de população, principalmente com a vinda de imigrantes estrangeiros, em sua maioria italianos (Figura 3), portugueses, espanhóis (Figura 4) e japoneses (Figura 5).

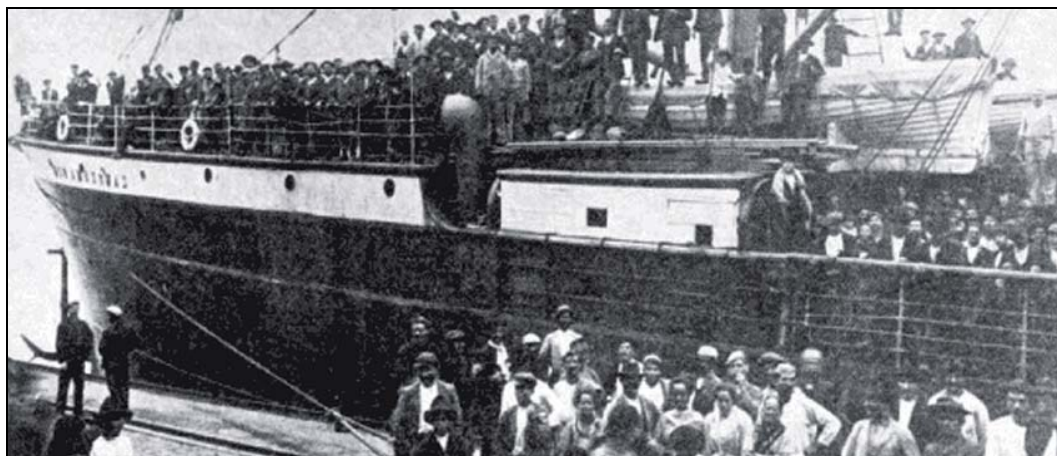


Figura 3 – Imigrantes italianos no Porto de Santos em 1907  
Fonte: Círculo Italiano (2000)



Figura 4 – Imigrantes espanhóis em 1912 – imigração galega  
Fonte: Acervo fotográfico: Memórias de Imigrantes Galegos (2013)

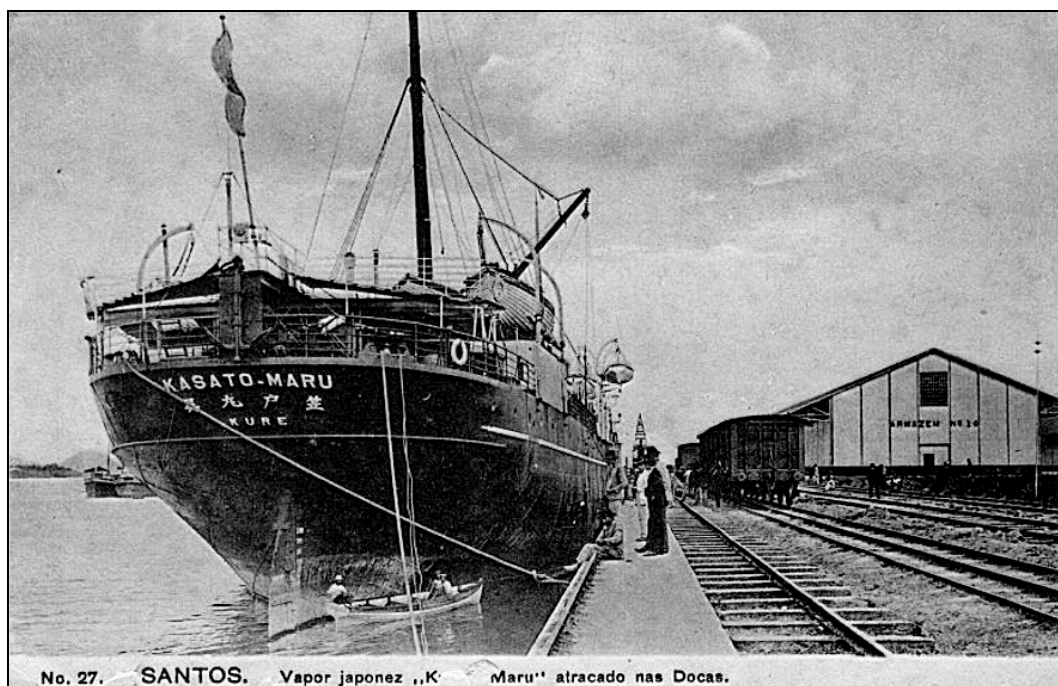


Figura 5 – Registro do desembarque do Kasato Maru - imigração japonesa no Porto de Santos em 1908

Fonte: Nogueira, 1976

A população imigrante, a partir de 1887, passou pelo complexo da Hospedaria do Imigrante (Figura 6), em São Paulo, perto de 3 milhões de pessoas. O conjunto abrigava a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, responsável pelo encaminhamento das famílias para as lavouras no interior. A partir de 1930 a Hospedaria passou a atender também ao movimento migratório interno, trabalhadores vindos de outros Estados do Brasil (BAENINGER, 1996).

Atualmente, a Hospedaria do Imigrante abriga o Museu da Imigração, que reconstitui a saga dos imigrantes anônimos que ajudaram a construir o Estado paulista. Em 1901 o Estado contava com cerca de 50 mil industriários, menos de 10% eram brasileiros. A maioria era de italianos, seguidos de portugueses, espanhóis, alemães e poloneses, entre outros (BAENINGER, 1996).

A cultura do café impulsionada pela mão de obra imigrante mudou de situação no final da década de 1920. Reconstruídas da primeira guerra mundial, as nações europeias diminuiram drasticamente a importação de produtos industrializados e agrícolas dos Estados Unidos. Com a diminuição das exportações para a Europa, as indústrias norte-americanas começaram a aumentar os estoques de produtos, pois já não conseguiam mais vender como

antes. Grande parte destas empresas possuía ações na Bolsa de Valores de Nova York e milhões de norte-americanos tinham investimentos nestas ações (BRENER, 1996).



Figura 6 - Hospedaria do Imigrante-SP em 1885

Fonte: Acervo fotográfico do Museu da Imigração (2013)

Em outubro de 1929, percebendo a desvalorizando das ações de muitas empresas, houve uma correria de investidores que pretendiam vender suas ações. O efeito foi devastador, pois as ações se desvalorizaram fortemente em poucos dias, o número de falências de empresas foi enorme e o desemprego atingiu quase 30% dos trabalhadores (BRENER, 1996).

A crise, também conhecida como “A Grande Depressão”, foi a maior de toda a história dos Estados Unidos. Como nesta época, diversos países do mundo mantinham relações comerciais com os EUA, a crise acabou se espalhando por quase todos os continentes e afetou também o Brasil, pois eram o maior comprador do café brasileiro. A importação deste produto diminuiu e os preços do café brasileiro caíram. Para que não houvesse uma desvalorização avassaladora, o governo brasileiro comprou e queimou toneladas de café e para manter o preço estabilizado como ilustrado na figura 7 (BRENER, 1996).



Figura 7 – Nota sobre a queima do café em São Paulo

Fonte: Foto – Acervo Folha da Manhã (1929)

Segundo os dados organizados pela Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo (2013), a partir dos anos 1930, ao atingir um milhão de habitantes, a cidade de São Paulo assumiu um perfil de metrópole industrial pós-Revolução. Deste modo, começou a verticalização da área central e a construção de vários bairros industriais e operários.

A Revolução de 1930<sup>14</sup> foi o movimento armado, liderado pelos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou no Golpe de 1930 (Golpe de Estado), que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930 e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, pondo fim à República Velha (MARTINS, 1980).

Segundo Martins (1980) as lideranças políticas de São Paulo romperam a aliança com os mineiros, conhecida como política do “café-com-leite” em 1930, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. A arrancada do processo revolucionário gravitou, portanto, em torno da sucessão presidencial de 1930. Em reação, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas (MARTINS, 1980).

A disputa pela liderança nesta época não foi apenas uma expressão do descontentamento de três estados (Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba) contra a hegemonia paulista, mas também o reflexo de dissensões que atingiram as mais antigas lideranças da

<sup>14</sup> Segundo as pesquisas que compuseram o Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e a obra “A Revolução de 30: Seminário Internacional” de Martins et. al. (1980).

República Velha. Na verdade, houve no fracasso setor das negociações político-econômicas em 1929, anunciando importantes mudanças no equilíbrio de forças dos estados hegemônicos como:

- I. [...] a ofensiva paulista, no sentido de consolidar a almejada hegemonia política no quadro federal e de garantir a continuidade de sua política econômica e administrativa. Para isto, previamente reforça sua aliança com o Rio Grande do Sul, que será beneficiado pelos favores do governo federal e com o mais importante ministério público: o Ministério da Fazenda, concedido a Getúlio Vargas [...]
- II. [...] o fortalecimento dos laços entre o Rio Grande do Sul e São Paulo prenunciam, sem dúvida, a necessidade de neutralizar as esperadas resistências mineiras ao candidato paulista, decorrentes da reorientação do antigo pacto São Paulo-Minas [...]
- III. [...] a resistência gaúcha, açodada por Minas, e pela crise internacional que atinge diretamente o café, enfraquecendo a liderança oficial diante das forças de oposição paulistas. Tais mudanças quebram, em favor das últimas, a antiga coesão paulista [...]
- IV. [...] a ascensão gaúcha, que se confirma desde 1910 e que é bloqueada pela aliança São Paulo-Minas. Após a derrota de 1922, o Rio Grande encontra, em 1929, condições surpreendentemente favoráveis, graças ao êxito da política de frente única empreendida por Vargas no âmbito estadual. De fato, o declínio e a retirada de Borges de Medeiros (chefe regional e eterno governador do estado) abre caminho para os entendimentos entre republicanos e liberadores, e permite a ascensão de um novo líder, Vargas, que além do indispensável respaldo interno, tem livre trânsito na política federal [...] (CAMARGO, 1980, p. 17-22)

Deste modo, Getúlio Vargas assumiu o do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marcou o fim da República Velha. Nesta ocasião muitos cafeicultores também começaram a investir no setor industrial, embora em crise de preços. A “solução” para a crise surgiu apenas no ano de 1933 quando foi colocado em prática o plano conhecido como *New Deal*<sup>15</sup>. De acordo com o plano econômico, o governo norte-americano passou a controlar os preços e a produção das indústrias e das fazendas. Com isto, o governo conseguiu controlar a inflação e evitar a formação de estoques. Fez parte do plano também o grande investimento em obras públicas (estradas, aeroportos, ferrovias, energia elétrica etc), conseguindo diminuir significativamente o desemprego (LIMONCIC, 2009).

Patarra (2003) também relatou o marco emigratório nacional mais expressivo a partir de 1930. No primeiro período, sobressaíram os fluxos de longa distância, especialmente os de nordestinos em direção a metrópoles do Sudeste, do campo para a cidade, com destaque para São Paulo, e também de sulistas em direção as fronteiras econômicas do Centro-Oeste e

---



sul da Amazônia - motivados, no primeiro caso, pela expulsão de pequenos agricultores de suas terras ou pela busca de empregos formais em grandes cidades. Em um segundo momento, pelos projetos de colonização e ocupação das áreas de fronteiras econômicas. No segundo período, os fluxos foram predominantemente multidirecionais e de curta distância, muitas vezes envolvendo estados de uma mesma região (PATARRA, 2003).

Segundo os dados históricos do IBGE a partir de 1950, um em cada três brasileiros que viviam no meio rural optaram pela emigração. Pacífico (2009) ressalta que o êxodo rural foi significativo nas décadas de 1960 e 1970 cuja “Revolução Verde”, acelerou a chegada das máquinas dispensando um grande contingente de mão de obra no campo. Concomitante a isso as indústrias dos grandes centros urbanos demandavam mão de obra para trabalhar. Na década de 60, cerca de 70% da população global da América Latina vivia no meio rural. Já na década de 90, somente 30% viviam no campo.

Pode-se dizer que o Estado teve grande participação nas mudanças ocorridas a partir de 1960, notadamente na elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra em 1964. O Estatuto da Terra priorizou a modernização dos latifúndios, em detrimento as expectativas das propriedades familiares, que no princípio também eram contempladas nas leis e prerrogativas governamentais. Desta maneira, na década 1970 foram também criados órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que receberam milhões de dólares em projetos de pouquíssimo impacto nacional, com objetivos um tanto obtusos. Neste campo foram implantados os projetos agropecuários na região Nordeste, para onde foram destinados milhões às propriedades que chegavam a possuir 4.500 hectares, sendo que o tamanho médio dos estabelecimentos rurais do Nordeste era de 37 hectares (PALMEIRA, 1989).

Leilões ocasionais eram realizados nesta época disponibilizando as terras da União em diversas regiões, com a justificativa de povoamento, as áreas entre 500 a 3000 hectares eram leiloadas com exclusividade aos grandes investidores. Como as parcelas de terras eram bastante extensas, a grande maioria dos agricultores não as acessavam por falta de recursos, o que acabou beneficiando também grupos estrangeiros, que compravam as fazendas em âmbito de reserva de valor (SABOURIN, 2013).

#### **2.4 As demandas fundiárias e o complexo agroindustrial**

Segundo Stédile (2005) o ano de 1930 também foi bastante expressivo na economia brasileira, com influências na questão agrária. Nesta época surgiu, então, o modelo de

industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes.

Alguns estudiosos chamaram esse período de projeto nacional desenvolvimentista; outros, de Era Vargas. Do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria. As oligarquias rurais continuaram proprietárias das terras, latifundiárias e produzindo para a exportação, mas sem a totalidade do poder político. Nesta lógica, surge, então, um setor da indústria vinculado à agricultura, as indústrias produtoras de insumos para as culturas agrícolas, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, etc. E outro, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas. Com esse modelo, começa a surgir também uma burguesia agrária (STÉDILE, 1997).

Cabe citar que a Segunda Guerra Mundial também trouxe ao país um período de acúmulo de capital bastante significativo e que possibilitou os investimentos estatais do período imediatamente posterior ao conflito, investimento este que ocorreu principalmente em infra-estrutura, porém percebemos que os setores industriais nacionais não participaram dos investimentos da indústria pesada que se intensificaram no Brasil na década de 1950. Em suma até a década de 1950, 60% da população brasileira vivia no campo e o proletário nacional era insignificante do ponto de vista das indústrias de grande porte estrangeiras (STÉDILE, 2005; LIMONCIC, 2009).

Porém, nos anos seguintes, houve uma drástica integração da agricultura à indústria no sistema capitalista da industrialização dependente, o modelo reservou aos camponeses, agricultores familiares e pequenos produtores, algumas funções essenciais claramente determinadas, segundo a análise de Stédile (1997):

- I. [...] papel de fornecer mão-de-obra barata para a nascente indústria nas cidades. Com isso, a partir de 1950-60 o êxodo rural era bastante influenciado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos agricultores se destinassem aos novos empregos e salários na indústria, período quando, praticamente, todas as famílias agricultoras do Sudeste e no Sul do país, vislumbraram oportunidades para seus filhos no operariado das fábricas. O êxodo contínuo de mão-de-obra cumpria também o papel de pressionar os baixos salários na indústria. Ou seja, havia sempre um exército industrial de reserva nas portas das fábricas, à espera de emprego [...];

- II. [...] Aos agricultores também coube a função de produzir, a preços baixos e inspecionados pelo governo, alimentos para a cidade, em especial para a nascente classe operária, assim como variados tipos de matérias-primas agrícolas para o setor industrial para os setores energéticos, carvão, celulose, lenha, café, cana, leite, etc. [...] Logo, a lógica do modelo de industrialização dependente atuava de forma contraditória e complementar, cujos agricultores, ao mesmo tempo em que se multiplicavam enquanto classe; migravam para as cidades e se transformando em operários [...];
- III. [...] a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terra, mais recursos [...] (STEDILE, 1997, p. 11-13).

Segundo Catani (1984), concomitantemente a estes acontecimentos, houve a implantação de um bloco de investimentos complementares. Houve uma ampliação da capacidade produtiva e o Brasil passou a investir na criação de uma indústria pesada (CATANI, 1984). Neste período, Graziano (1996) resume a passagem da agricultura brasileira, baseada no complexo rural para o agroindustrial a partir dos seguintes fatores: o desenvolvimento do mercado interno no capitalismo; na crise de 1929 e em 1950 a consolidação da constituição de um mercado interno; as participações do Estado, por meio das formulações de políticas específicas para os complexos agroindustriais com objetivo de regularização geral e fixação de preços.

Portanto, a origem da decomposição do complexo rural ocorreu pela redução do trabalho escravo e a introdução do trabalho livre nas fazendas de café; o complexo cafeeiro e a ampliação de atividades urbanas e em 1930/60 a integração dos mercados nacionais. Com a queda do preço das exportações de café e controle de mercados de divisas houve favorecimento da industrialização. A burguesia industrial nacional mesmo não participando economicamente do processo de investimentos na indústria pesada, se beneficiou deste desenvolvimento, pois teve sua capacidade produtiva aumentada, assim como a houve geração de empregos e aumento do mercado consumidor, como atesta Graziano (1996).

Mais tarde, no início dos anos 1970 já se percebia uma crise profunda nas relações sociais de produção capitalista tangidas por estratégias inovadoras de precarização do trabalho, por incremento da mobilidade territorial do capital e pela submissão intensa ao capital em todas as esferas da vida. Como coloca Lencioni (2011) foi o início da “metamorfose metropolitana” que teve como eixo norteador o processo de metropolização do espaço, que estava intimamente relacionado à reestruturação produtiva.

No campo, o fim da cafeicultura se deu com a Geada Negra em 1975, modificando totalmente o cenário econômico das regiões que ainda persistiam em se dedicar à cultura cafeeira (BONDARIK, 2005). Após a Geada Negra e a desativação das estradas de ferro

locais, inicia-se no interior, um forte êxodo rural e conseqüentemente, um aquecimento do setor terciário e o crescimento das áreas urbanas locais

Com a falta de oportunidades no interior, a grande massa de trabalhadores rurais dirigiram-se para a capital ou para outros estados, como acontece até os dias atuais. Com a crescente urbanização e com os novos incentivos para a produção de álcool, que se iniciaram no começo do século XXI, foi dado início a segunda expansão da cana-de-açúcar, para suprir a produção sucroalcooleira com a chegada de migrantes nordestinos (FALEIROS, 2010).

Neste momento também se pode considerar uma intensa transição urbana, demográfica e na estrutura etária dos centros urbanos. Em resumo, a população urbana brasileira cresceu 8,5 vezes enquanto a população rural diminuiu 10% entre 1950 e 2010. Dos 52 milhões de habitantes em 1950, 36% estavam no meio urbano e 64% no meio rural. O censo de 1970 já mostrou que a maioria da população estava concentrada nas cidades (56% contra 44%). Em 2010, dos quase 191 milhões de habitantes, 84% estavam no meio urbano e somente 16% no meio rural, segundo os dados do IBGE de 2010 (Gráfico 1).

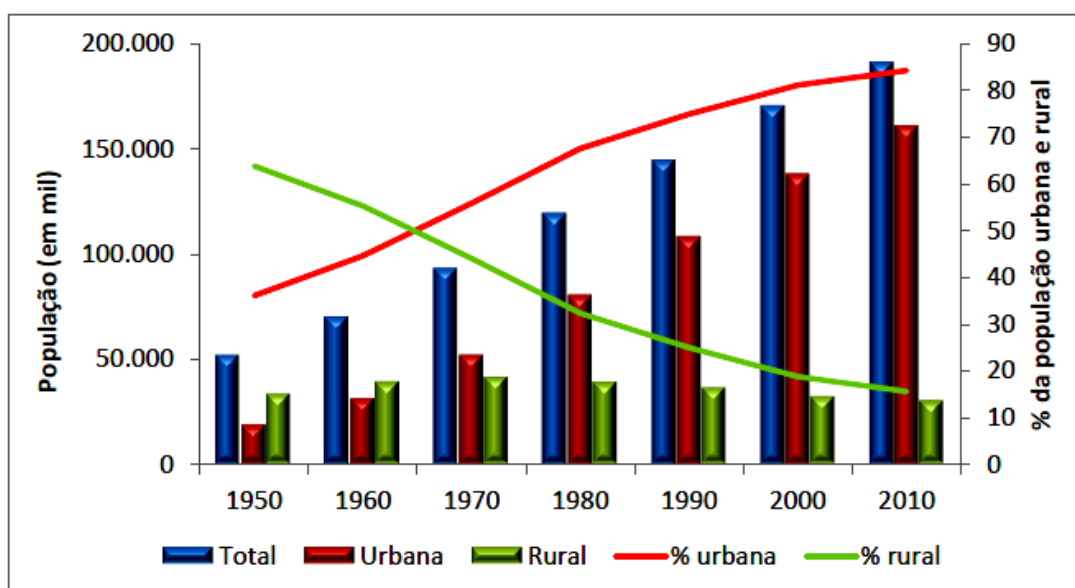


Gráfico 1 – Transição demográfica dos espaços rurais para os urbanos no período de 1950 a 2010

Fonte: Alves e Cavenaghi (2012, p.6). Adaptado do Censo demográfico do IBGE (2010)

Abramovay (1999) enfatiza que a saída do meio rural não significa o acesso às condições mínimas próprias da vida urbana. As modificações tecnológicas na cidade e na área rural expulsaram o trabalhador do campo, mas também o recusa nas metrópoles até os

dias atuais, dada a dificuldade aqueles que têm pouca escolaridade e quase nenhuma qualificação profissional. A construção civil e as indústrias, principalmente as automobilísticas, recrutam uma grande parcela dos jovens desde que estes apresentem qualificações mínimas, os que estão excluídos destes requisitos, não são contratados. Ao contrário, os demitem em massa (ABRAMOVAY, 1999).

Neste caso, a população migrante retorna para sua região, o que não quer dizer retornar para os seus municípios de origem nem as atividades anteriores, mas sim para as cidades de porte médio que oferecem melhores condições de saúde, educação e trabalho.

O Estado de São Paulo, segundo o censo demográfico de 2010 do IBGE, possuía 41 252 360 habitantes, sendo o Estado mais populoso do Brasil, representando mais de 20% da população brasileira; 39 552 234 habitantes viviam na zona urbana (93,7%) e 1 699 926 na zona rural (6,3%). Em dez anos, o Estado registrou uma taxa de crescimento populacional de 11,61%.

## **2.5 O impacto da descentralização das indústrias sobre a agricultura familiar**

Desde antes de 1950 discute-se a descentralização geográfica das indústrias concentradas em áreas urbanas. A ideia de implementação de novos distritos industriais nas cidades do interior, como vertente de contenção do êxodo rural para as metrópoles e para o litoral, de fato, não é nenhum pouco recente. Nas conclusões dos estudos de Fernandes (1957) em Êxodo Rural e o Desenvolvimento das Áreas Urbanas do País, são apontadas algumas recomendações aos governos, dentre a promoção de outros recursos, como a fundamental tarefa de melhorar o nível técnico dos trabalhadores rurais e das administrações locais:

[...] e mais do que plantar metrópoles o aparelhamento das pequenas cidades é uma reivindicação sancionada pela consciência brasileira, mas, sobretudo, por aqueles quantos, detidamente, voltam a atenção para o problema de crescimento desigual de nossos centros urbanos e sua posição estimuladora das migrações internas que apavoram administradores e sensibilizam aos que contemplam os dramáticos episódios de sofrimento dos grupos migratórios em sua ânsia de fixação definitiva (FERNANDES, 1957. p. 135).

Lencioni (2011) por outro lado analisa que desde 1970 as metrópoles também passaram por profundas transformações culminando nas metrópoles contemporâneas, fruto de uma espécie de tradução urbana da manifestação sócio-espacial da globalização.

Para esta autora, houve uma ampliação da metrópole moderna, herdada do processo de urbanização e industrialização. No caso específico de São Paulo percebe-se como consequência a desconcentração industrial, que intensificou a industrialização das áreas próximas à cidade de São Paulo, contribuindo para a constituição de um grande aglomerado metropolitano, que “intensifica a primazia” da cidade de São Paulo.

A desmetropolização é um fenômeno recente que consiste na “fuga” de trabalhadores, de empresas e indústrias dos grandes centros inchados e saturados para cidades de pequeno e médio porte. Este processo se deu nas últimas décadas na oferta de incentivos fiscais por parte de Estados e municípios é um dos fatores que tem contribuído para essa desconcentração do processo produtivo, como pode ser evidenciado através da diminuição dos fluxos migratórios em direção às metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo (LENCIONI, 2011).

O processo de “metropolização do espaço”, portanto se expressa na intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, bem como pelo crescimento do número de cidades conurbadas, onde não se distingue muito bem, na continuidade da área construída, o limite municipal de cada uma delas. E, também, pela expansão territorial do aglomerado metropolitano e pela extensão e densificação territorial da concentração das infra-estruturas (LENCIONI, 2011).

No final da década de 1980, por exemplo, em virtude principalmente do crescimento das metrópoles, surgiram também motivos adversos à implantação de novas indústrias nos distritos existentes, como o trânsito gerado pelo intenso tráfego de veículos, o que ocasionou em problemas logísticos e em grande parte, as altas taxas de serviços e impostos, impulsionaram estratégias peculiares de descentralização industrial e de novas regulações das relações de trabalho (SCHNEIDER, 1996).

Logo, as fábricas passam a flexibilizar os processos produtivos e a descentralizar suas unidades produtivas para as zonas periurbanas, situadas nas microrregiões de forma a recrutar o assalariamento dos filhos de agricultores, principalmente residentes em áreas próximas às empresas. Esta flexibilização consistiu no aumento da subcontratação de prestadores de serviços, notadamente dos trabalhadores agrícolas e da construção civil, na instalação de unidades de produção industrial. O processo de descentralização industrial em razão do crescimento da demanda do mercado externo forçou também a introdução de novas formas de recrutamento da força de trabalho, principalmente a faixa etária jovem entre 18-25 anos (SCHNEIDER, 1996).

Um dos fatores que também estimula a descentralização pode ser atribuído à absorção acelerada das tecnologias tayloristas<sup>16</sup> por tais indústrias, o que ocasionou na atração ao mesmo tempo de milhares de migrantes de outras regiões (SCHNEIDER, 1996).

Entretanto, as razões principais do processo de descentralização industrial, de um lado, foi o interesse das empresas por uma força de trabalho de baixo custo, que estava disponível nas microrregiões circunvizinhas aos distritos industriais na grande zona metropolitana, de outro lado, as empresas optaram por esta estratégia para fugir à crescente institucionalização das relações de trabalho nos centros urbanos, estimulada pelo aumento da sindicalização dos operários e pelos emergentes movimentos grevistas que lutavam pelo aumento dos salários (ZIMMERMANN, 1994; SCHNEIDER, 1996).

Segundo Schneider (1996), o sucesso da estratégia de descentralização e interiorização das empresas paulistanas a partir da década de 1980 pode ser explicado, em parte, pelo fato de que muitas fábricas deslocaram, inicialmente, apenas partes ou fases do seu processo de produção. Com isso, as empresas puderam selecionar os trabalhadores dos centros urbanos e manter em patamares favoráveis o custo da mão-de-obra, quer seja ela da cidade ou do meio rural (SCHNEIDER, 1996).

Entretanto, a intenção de fugir cada vez mais dos grandes centros à procura de uma mão-de-obra eficiente, não somente mais barata, mas também menos reivindicadora na esfera sindical, com menor rotatividade, absenteísmo, maior afinco e assiduidade na execução das tarefas, bem como a redução de gastos com as concessões de benefícios assistenciais e sociais (farmácia, alimentação, prêmios etc.) compensaram os investimentos e resultam numa maior taxa de lucro aos grandes empresários (SCHNEIDER, 1996).

Segundo Pacheco e Patarra (1998) e Aranha e Silva (2011), a indústria de transformação do Estado de São Paulo representava, em 1970, 58,1% do valor da transformação industrial do Brasil, e, a da região metropolitana, 43,4%. Em 1980 esses valores passam a 54,4% e a 34,2% e, em 1995, a 49,9% e a 26,6%, respectivamente (LENCIONI, 2010). Segundo Pacheco (1998), o interior do Estado de São Paulo teve

---

<sup>16</sup> Frederick Taylor (1856-1915), um dos primeiros sistematizadores da disciplina científica da Administração de empresas. O taylorismo caracteriza-se pela ênfase nas tarefas, objetivando o aumento da eficiência ao nível operacional. Sua teoria seguiu um caminho de baixo para cima, e das partes para o todo, dando ênfase na tarefa. Para ele a administração tinha que ser tratada como ciência. Desta forma ele buscava ter um maior rendimento do serviço do operariado, o qual era desqualificado e tratado com desleixo pelas empresas. O estudo de "tempos e movimentos" mostrou que um "exército" industrial desqualificado significava baixa produtividade e lucros decrescentes, forçando as empresas a contratarem mais operários. Taylor tinha o objetivo de acelerar o processo produtivo, ou seja, produzir mais em menos tempo, e com qualidade (The Principles of Scientific Management, 1911).

aumento de sua área industrial em detrimento as áreas industriais metropolitanas de São Paulo. De 1995 até 2010 os indicadores indicaram uma perda relativa da atividade industrial tanto na região metropolitana de São Paulo como no núcleo metropolitano: a cidade de São Paulo.

Embora o peso relativo da indústria paulista em relação ao país tenha diminuído, a liderança industrial encontra-se, ainda, na região metropolitana de São Paulo (região administrativa composta por 39 municípios), cabendo o segundo lugar ao interior paulista e, o terceiro, ao Estado do Rio de Janeiro e ao de Minas Gerais (PACHECO, 1998).

Nota-se que com descentralização da indústria as oportunidades de trabalho também se disseminaram pelo Estado de São Paulo, assim como em outros Estados. Do mesmo modo nota-se uma infinidade de universidades e instituições de educação técnica profissionalizante fora dos centros metropolitanos e até em regiões com populações absolutas baixíssimas. Esse componente em grande parte dividiu as famílias tradicionais. De fato, é extremamente difícil encontrar uma família nuclear, que ainda possua seus antepassados morando e trabalhando na mesma localidade de sua residência ou até mesmo os filhos em idade universitária. O mesmo nota-se após a conclusão do curso superior, quando as futuras gerações migram para outras áreas do Estado em busca de oportunidades de trabalho. Aliás, atualmente os municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento demográfico são as cidades de tamanho médio.

Com isso, as antigas formulações acerca da cidade e região separadamente chegam ao final do século XX como “cidades-região” (PACHECO, 1998). Os desdobramentos destes fenômenos também impactaram nas novas ruralidades, como já mencionado nas citações sobre pluriatividade. Porém, cabe ressaltar aqui, de acordo com as pressuposições de Graziano (2001), com a conformação das cidades-região, o rural não se opõe mais tanto ao urbano enquanto símbolo da modernidade.

## **2.6 As transformações nas dinâmicas regionais**

A partir da modernização da agricultura e seus *belts* ou *spots*, nota-se que a conexão dessas áreas com os distritos industrializados na zona urbana se dá por meio de pontos, como se pode constatar na área agrícola imediata e destinada aos serviços (São Pedro-SP) na mesorregião de Piracicaba, onde se insere a região de estudo. De acordo com Milton Santos (2000) este é o tipo de relacionamento existente entre cidades-região:



A cidade é um pólo indispensável ao comando técnico da produção, cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isto é, urbano-residentes. As atividades e profissões tradicionais juntam-se novas ocupações e às burguesias e classes médias tradicionais juntam-se as modernas, formando uma mescla de formas de vida, atitudes e valores (SANTOS, 2000, p.94).

Nessas circunstâncias, as cidades-região ganham um novo papel, mediante novas relações, cuja densidade inclui as tarefas ligadas à produção globalizada. Por isso, a cidade se torna o lugar onde se esclarecem as relações das pessoas, das empresas, das atividades e dos "fragmentos" do território com o país e com o "mundo". Esse papel agora atribuído aos centros regionais da produção agrícola modernizada, fazendo deles o lugar da produção ativa dos agentes econômicos globais. Complementando este quadro, no Brasil observa-se cada vez mais, os agricultores familiares e pequenos produtores, em busca de oportunidades nas grandes cidades como fonte de complementação da renda com a prática de atividades não agrícolas, principalmente no setor de serviços (GOMES, 2012).

Neste contexto o termo pluriatividade é apresentado como um fenômeno social novo no espaço rural, embora suas características estejam presentes nas diversas formas de trabalho no âmbito urbano-industrial, o qual será discutido mais adiante. Por isso que, em essência, trata-se da combinação de mais de uma atividade geradora da renda dos integrantes da unidade familiar (SCHNEIDER, 1999).

Isso permite compreender a separação entre unidade de produção e grupo doméstico, como também permite utilizar na análise, a variação da composição demográfica da família como elemento importante à compreensão das distintas formas que assume a pluriatividade, bem como os efeitos característicos que decorrem da inserção do homem ou da mulher em atividades não-agrícolas (FULLER, 1984).

Considerando a pluriatividade como fenômeno crescente no interior do Estado de São Paulo, ainda que os agricultores vivenciem o mundo rural de forma distinta do corte tradicional historicamente reforçado que polarizava cidade-campo, rural-urbano, agrícola-industrial. Pires (2005), nos estudos dessa temática assinalou duas premissas básicas; a primeira seria que não podemos entender o rural como espaço essencialmente agrícola, pois nele encontramos um conjunto de atividades não-agrícolas em expansão, seja na área do lazer, turismo ou moradia; e a segunda que o agrícola não se restringe ao meio rural, pois é admissível se perceber cadeias estruturadas que permitem rastrear um produto agrícola, animal ou vegetal, desde a sua produção até o consumo final em qualquer localidade,

agregando a ele valores materiais e simbólicos, como a valorização de técnicas artesanais de produção.

O Novo Rural de Graziano da Silva (2001) é, portanto, composto tanto pelo *agribusiness* como por novos sujeitos sociais: alguns neo-rurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas; moradores de condomínios rurais de alto padrão e de pequenas glebas (em geral com menos de 2 hectares, tamanho do menor módulo rural) que tem a função muito mais de uma residência rural que de um estabelecimento agropecuário produtivo.

Quase um terço, ou seja, 4,6 milhões de trabalhadores rurais em 2001, segundo as análises de Graziano, estavam trabalhando em ocupações rurais não-agrícolas (ORNA), como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas etc. Mais importante que isso: as ocupações não-agrícolas cresceram nos últimos 10 anos de uma taxa de 3,7% ao ano mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país (dados de 2003). Neste comparativo, o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos nossos principais produtos, vem caindo cada vez mais rapidamente, a uma taxa de -1,7% ao ano (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

## **2.7 Aplicação do conceito de território**

De acordo com Milton Santos (2004), antes era o Estado que definia os lugares. O Território era a base, o fundamento do “Estado-Nação” que, ao mesmo tempo, o moldava. Com a globalização, o território “estatizado” passou a ser o território “transnacional”, global. O território nacional é, portanto, o espaço de todos, abrigo de todos. Já o território “transnacional” é o de interesse das empresas, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los.

E o Estado, segundo Santos (2004), tem o seu papel ressignificado: reduz sua função política e torna-se regulador de ações no território nacional, atendendo às demandas do mercado financeiro internacional. Em meio à globalização hegemônica (FLORES, 2003) ou, como sugere Guimarães (2003), corporativa, perde-se um pouco do sentido político na vida social e a economia e a cultura parecem ter sido mundializadas. É nesse sentido que emerge a ideia de desterritorialização (GUIMARÃES, 2003).

Território, segundo Souza (1995) “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995), não devendo, no entanto, ser confundido ou reduzido à figura do Estado, ao qual se vincula a ideia de território

nacional e, recentemente, de Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Um território pode ser entendido como a projeção de relações sociais no espaço, o resultado das articulações entre os atores sociais locais, que reconhecem uma identidade comum, que criam uma teia de forças, de relações sociais e de poder, o que acaba por definir um limite com base na alteridade (FLORES, 2003; SOUZA, 1995).

De forma similar a Souza (1995), Haesbaert define o território como “espaço simultaneamente dominado e apropriado” (HAESBAERT, 2002, p. 121), onde existem formas de controle por determinado grupo ou classe e no qual se criam laços de identidade social.

O território é, portanto, “o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados” (HAESBAERT, 2002, p. 121). Neste mesmo sentido, Fernandes (2005) afirma que o território é convenção e é confrontação: “Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades” (FERNANDES, 2004, p.4)

Santos (2000) em sua crítica à globalização e aos processos que atuam no mundo acentuando e aprofundando desigualdades sócio-espaciais, fala que o “espaço geográfico” é sinônimo de “território usado”, compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente. O autor também chama atenção para o novo funcionamento do território por meio das horizontalidades (lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais).

Isto posto, a demarcação do que se entende por território deve se diferenciar do que se entende por espaço. Segundo Souza (2009) para inúmeros autores espaço e território figuram como elementos distintos. O espaço como categoria geográfica apresenta demarcações teóricas muito concretas. De acordo com Santos (1997), o espaço é:

[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS 1997 p. 28).

Segundo Souza (2009) o território deve ser entendido por meio de outras categorias de análise, como classe, sistemas de produção, tecnologia, trabalho, identidade, representação, objetivação, intencionalidade, e até mesmo estrutura. Se o território como categoria empírica aparece como “território-poder”, não há motivos para não considerar que o Estado também se apresente desta forma “Estado-poder”, quase como uma relação mimética entre as duas categorias

Quando se trata da globalização, existem elementos importantíssimos sobre as relações de poder nos territórios rurais. Quando se considera um território material, na “terra” (propriedade rural, comunidade rural, parcela, etc.) se desenvolve a produção camponesa e no território imaterial se desenvolvem os conflitos: disputa por espaço político, com suas representações e significados (PLOEG, 2008, p.116).

Portanto, o território imaterial “está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações” (FERNANDES, 2009, p. 211), na defesa de seu lugar nos discursos ideológicos.

Para Souza (2009) a grande marca territorial do capitalismo é que a base do que se denomina de “agronegócio” no atual estágio de monopolização capitalista no campo. Segundo Santos (2000), enquanto o urbano surge, sob muitos aspectos, como o lugar da resistência, as áreas agrícolas se transformam em lugar de grande vulnerabilidade. Um exemplo amplo seria a observação de tais áreas, que atualmente funcionam sob um regime obediente a preocupações subordinadas a lógicas distantes, controladas por empresas agrícolas multinacionais, externas em relação à área da ação; mas internas aos setores e às empresas globais que as mobilizam (SANTOS, 2000).

O Brasil neste contexto, por razões históricas, a propriedade de terra é indispensável para o exercício da agricultura. Sem esta condição prévia, o agricultor não possui o mínimo de autonomia necessária para tomar suas decisões (BRUMER et.al., 1993), e em muitos casos não tem acesso à participação em programas e políticas agrícolas.

O processo globalizador neste âmbito, não se dá apenas no campo das políticas agrárias, mas em todos os modos de organização da vida, segundo as normas e os valores afirmados por uma cultura e a execução de sistemas de relações institucionais que ela supõe em todos os níveis (CLAVAL, 1996).

O Alto da Serra de São Pedro também pode ser definido como “território fluído”, na medida em que os jovens e os agricultores familiares transitam entre campo e cidade (SCHNEIDER, 2009) e unem arranjos institucionais que auxiliam na gestão local, formando novas combinações entre diferentes tipos de uso do território rural.

## 2.8 Disputas rurais frente ao processo de globalização

Veiga (2004) desenvolveu uma série de hipóteses sobre o processo de globalização no meio rural, em vista das produções científicas de completa urbanização do espaço, lançada pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1970), a hipótese de um renascimento rural, contraposta pelo geógrafo e sociólogo Bernard Kayser (1972) e as hipóteses de Stephen Jay Gould (2003), de um meio rural contemplativo que também abrigue um espaço de valorização subjetiva dos recursos naturais, e permita ao mesmo tempo, além da ocupação humana, interações sustentáveis entre a agricultura, o turismo e a incorporação de novos serviços.

Estes autores, relacionaram com o êxodo rural e o seu oposto, o repovoamento, a reagrarização, ao renascimento do rural, em linhas gerais ao que Veiga (2004) traduz como novas ruralidades. Para Jay Gould (2003):

Todos nós desejamos, no nosso mundo espantosamente diverso, um espectro amplo de interações entre o quase selvagem e o quase artificial, mas, pessoalmente, busco meu ideal estético exatamente no meio, onde a atividade humana tocou de leve ou moldou uma paisagem, mas com tal respeito e integração que à primeira vista não se detecta nenhuma linha falha, nenhuma separação evidente (JAY GOULD 2003, p.10).

Para Veiga (2004) no debate sobre a dicotomia urbano-rural e na atualização das evidências empíricas sobre essas questões, é o grau de artificialização dos ecossistemas que distingue em última instância o urbano do rural. Analisando o quadro 4 se pode ter uma quantificação das áreas fortemente artificializadas do Brasil no âmbito da comparação internacional:

Continentes	ÁREA TOTAL	Praticamente inalterada (1)	Parcialmente alterada (2)	Fortemente artificializada (3)
	Milhões de km <sup>2</sup>	%	%	%
Europa	5.8	15.6	19.6	64.9
Ásia	53.3	43.5	27.0	29.5
América N.	26.2	56.3	18.8	24.9
África	34.0	48.9	35.8	15.4
América S.	20.1	62.5	22.5	12.0
Austrália	9.5	62.3	25.8	12.0
Antártica	13.2	100	0.0	0.0
Total/mundial	162.1	53.8	24.4	21.8
<b>Brasil</b>	<b>8.5</b>	<b>63.0</b>	<b>18.8</b>	<b>19.0</b>

### Quadro 1 - Habitat e habitação humana por continente e no Brasil

Fonte: Hannah et.al. (1994); Veiga (2004 p. 6).

Nota: (1) Praticamente inalterada: áreas com vegetação primária e com baixíssimas densidades humanas; (2) Praticamente alterada: áreas com agropecuária extensiva, vegetação secundária e outras evidências de alteração humana, como pastoreio acima da capacidade de suporte, ou a exploração de madeira; (3) Artificializada: áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nos quais foi removida a vegetação primária, com desertificação e outras formas de alteração permanente.

Kayser (1990) relata que o "renascimento rural", polarizado pela expressão *counterurbanization*, trata este "renascimento" como "situação", de modo que não há como aplicá-la em todo tipo de espaço rural, mas é recorrente o bastante para mostrar as potencialidades das áreas rurais.

Schneider (2009) ressalta a importância do esforço do geógrafo M. Woods (2007) em caracterizar o que seria uma ruralidade globalizada. Ou seja, as condições de interconectividade e interdependência das comunidades rurais. Utilizando a noção de "interações híbridas" de D. Massey (2005), Woods (2007) organizou dez pressupostos de enquadramento desta categoria:

1. a ruralidade globalizada se caracteriza por redes internacionais de commodities;
2. a ruralidade globalizada é dominada por grandes corporações transnacionais que organizam as relações e as interações econômicas e comerciais;
3. a ruralidade globalizada também é caracterizada por fluxos de migrantes e trabalhadores em diferentes tipos de setores, em geral em condições de vulnerabilidade;
4. o rural globalizado é amplamente utilizado por não-agricultores, especialmente turistas, que são crescentemente atraídos pelas amenidades e paisagens;
5. a ruralidade globalizada atrai capitais internacionais que procuram as áreas rurais como espaços para construção civil e habitação, especialmente nas zonas que possuem vantagens naturais e locais;

6. a ruralidade global recebe forte suporte discursivo por meio da crescente defesa da natureza e das críticas contra a degradação ambiental;
7. mesmo assim, a ruralidade global é fortemente afetada pelos impactos ambientais, sobretudo pela destruição florestal, poluição das águas e comprometimento das paisagens;
8. a ruralidade globalidade é polarizada por grandes e pequenos empreendedores, opondo as corporações internacionais aos pequenos proprietários e camponeses;
9. a ruralidade global possui espaços de luta política globais que superam os Estados nacionais, as regiões e localidades, tal como e o caso das negociações que ocorrem no âmbito da OMC;
10. a ruralidade globalizada também continua a ser um espaço de contestação, embora a forma da ação política e os seus alvos tenham se alterado;" (WOODS, 2007, p. 492-494 apud Scheneider, 2009, p. 10).

Ainda alerta Veiga (2004) que o fenômeno da nova ruralidade corresponde ao surgimento de qualidades singulares de um sistema rural, que só podem existir em certas condições, como por exemplo, em situações de grande prosperidade socioeconômica. Uma situação de prosperidade econômica é capaz de impulsionar simultaneamente os três vetores: a conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, por meio das diversas formas de "turismo", bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis (VEIGA, 2004).

Nota-se que as sociedades de capitalistas avançadas, nações nas quais praticamente foi extinta a população predominantemente rural como se pode notar no indicador de sociedade "fortemente artificializada", a proporção dos urbanos continuou a aumentar em praticamente todos esses países até meados da década de 1970, tendência que foi substituída, no último quarto do século XX, por um declínio relativo dos extremos – tanto do metropolitano como do rural "profundo" – em favor de forte crescimento populacional nos espaços intermediários, que na França são chamados de "campos periurbanos". Portanto, na etapa atual de globalização:

a ruralidade dos países avançados não desapareceu [...] ao contrário, nos últimos vinte anos tornou-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Mas esse é um fenômeno novo, que pouco ou nada tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios (VEIGA, 2004, p.58).

Segundo Frouws (1998), a agricultura ganhou os enfoques: "agri-ruralista", "utilitarista" e o "hedonista". No meio a tantas funções e atribuições, quase se esquece que são os agricultores e pecuaristas que manejam esses territórios e dele tiram seu sustento. No

viés dos fatores que condicionam essas novas ruralidades e até o repovoamento, esses são diferentes em diversos países e territórios, devido a uma série de especificidades, embora entre essas predominem os distintos desempenhos econômicos.

Neste contexto há o registro que as áreas periféricas e rurais da Europa têm sido capazes de gerar empregos em torno do aproveitamento do potencial das "tradições culturais" de alguns territórios rurais. Para Courtney et al. (2001), os diferentes desempenhos das áreas rurais têm sido vistos como respostas locais aos processos de globalização.

Desde os anos de 1960, como exemplo, a tendência locacional na distribuição do emprego e da atividade econômica do Reino Unido foi a mudança de produção e dos postos de trabalho das conurbações e grandes cidades para pequenas vilas e áreas rurais. Os elementos de interpretação desse fenômeno são: a capacidade de certas áreas rurais atraírem os potenciais empreendedores devido às características ambientais de residência; e um dinamismo empreendedor voltado para os novos consumidores (KEEBLE E TYLER, 1995; VEIGA, 2004).

Em suma, os principais argumentos deste debate que contribuíram para a presente tese são: o meio rural é reconhecido como espaço não só de riquezas naturais, mas de riquezas subjetivas: beleza paisagística, tranquilidade, silêncio, água limpa, ar puro, todas ligadas à qualidade ambiental. As regiões mais dinâmicas dos países desenvolvidos, ou seja, as que geram mais postos de trabalho – não são as essencialmente urbanas, nem as essencialmente rurais, mas sim aquelas nas quais a adjacência entre espaços urbanos e rurais se faz mais intensa (VEIGA, 2004).

### **2.8.1 A reagrarização dos espaços rurais**

No processo de modernização dos territórios agroalimentares europeus, assim como observado em muitas regiões brasileiras, nota-se que uma parcela das pequenas propriedades foram convertidas em médias empresas agrícolas, e a cultura rural foi substituída por uma extensão dos valores urbanos, os espaços periurbanos transformam-se terrenos para especulação imobiliária (VALE, 2006).

Este processo de decomposição e recomposição de áreas rurais vêm também impulsionado pelo turismo rural de fim de semana, onde os habitantes das *urbes* pretendem recuperar o contato com a natureza, com as velhas tradições e a cultura camponesa. No entanto, a vida rural passou a ser uma representação do que foi, um lugar de lazer e descanso. Produtores e consumidores de alimentos passam a constituir categorias nitidamente diferenciadas, mediando entre eles uma vasta rede de agroindústrias e



distribuidores que necessitam de grandes quantidades de energia para ligar uns com os outros. Ao contrário do que se propõe nos circuitos curtos (GILLES MARECHAL, 2008). .

Portanto os termos re-ruralizar e re-agrarizar o espaço rural se referem em uma averiguação mais ampla a um processo de transição agroecológica. Ou seja, priorizar que as áreas rurais produzam alimentos, e que os agricultores sejam re-colocados em suas funções, em detrimento aos modelos de atendimento às sociedade hiperurbanas. A noção de reagrarização do espaço rural surge em resposta às orientações energéticas, materiais e tecnológicas dos aparelhos produtivos globais, sobre os princípios da produtividade etnotecnológica<sup>17</sup> (LEFF, 2002).

Leff (2002) destaca a necessidade de vivificar o poder e as capacidades das comunidades rurais, para que sejam capazes de promover - a partir dos princípios de autogestão - um desenvolvimento endógeno, mesmo utópico, no sentido do “ecorural” (versus a agricultura transacional), que contemple as categorias sociais locais e viabilize um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Essa seria uma grande alternativa para a área do Alto da Serra de São Pedro.

Como elementos principais, o referencial de reagrarização do espaço rural deve contemplar de acordo com Covas (2011), em primeiro lugar, uma pluralidade da base energética, no sentido da autonomia e complementaridade das fontes de energia. Em segundo lugar, a diversidade da base biofísica, no sentido da máxima interdependência, integração e regeneração dos recursos naturais. Sendo que estas duas primeiras bases são, em primeira instância, contributos essenciais da ecologia por via da circulação da energia e materiais.

No que se refere as “cidades-regiões”, a base urbanística no contexto da reagrarização também deve sofrer transformações, baseada numa bioconstrução, que promova a circulação da energia e dos materiais. Em suma estas bases são determinantes para um correto ordenamento territorial na medida em que são elas que informam e ocupam, em maior escala, o território (COVAS, 2011).

### **2.8.2 A multifuncionalidade da agricultura**

O termo multifuncionalidade da agricultura derivou do que se destingue como multifuncionalidade da paisagem:

---

17 “A ação socializada sobre a matéria, mobilizando as leis do mundo físico”, segundo a definição canônica da etnotecnologia de André Leroi-Gourhan em *Milieu et techniques*. Paris: Albin Michel, 1945.

um paradigma em relação às novas funções que o espaço rural deve considerar num contexto em que a agricultura como função produtiva tende a reduzir a sua importância, enquanto outras funções, baseadas ou não na agricultura, emergem como possíveis orientações para a gestão da paisagem (OLIVEIRA et al., 2008, p. 8).

Deste modo, considera-se que a agricultura abriga, além da produção de gêneros, outros benefícios para a sociedade, como: a preservação do meio-ambiente, a manutenção do patrimônio cultural do campo, a geração de empregos e a melhoria da distribuição demográfica como forma de evitar, dentre outras razões, o esvaziamento dos espaços rurais (FLEXOR, 2007).

A gestão familiar, logo, inclui outros "negócios" não-agrícolas (GRAZIANO, 2003) como parte de sua estratégia de sobrevivência (na maioria dos casos) ou mesmo de acumulação. Em linhas gerais, as possibilidades de inclusão dos jovens rurais nesses serviços ecológicos e turísticos passíveis de remuneração, ainda é um grande desafio.

Uma vez estabelecidos estes referenciais, o fortalecimento do discurso da multifuncionalidade norteia uma agricultura:

[...] capaz de zelar pela paisagem, de manter o espaço natural e de fornecer uma contribuição essencial à vitalidade do mundo rural e de responder às preocupações e exigências dos consumidores em matéria de qualidade e segurança em termos de gêneros alimentares, de proteção do meio ambiente e de preservação do bem estar dos animais (UNION EUROPÉENNE, CONSEIL EUROPÉEN, 1999).

Outro importante componente da temática da multifuncionalidade são as externalidades<sup>18</sup> agregadas às formas de produção familiar. No Estado de São Paulo, constata-se a procura por práticas agroecológicas e a implantação de sistemas alternativos de agricultura e pecuária, acompanhados de selos e certificações, com vistas ao reconhecimento nos mercados ambientais.

Diante disso, cabe ressaltar aqui as contribuições acadêmicas sobre as formas de reprodução social de Lamarche (1998)<sup>19</sup>, acerca das novas ruralidades e a modernização

---

<sup>18</sup> Também chamadas economias externas, cujos efeitos podem ser positivos ou negativos - em termos de custos ou de benefícios - gerados pelas atividades de produção ou consumo exercidas por um agente econômico e que atingem os demais agentes, sem que haja incentivos econômicos para que seu causador produza ou consuma a quantidade referente ao custo de oportunidade social.

<sup>19</sup> Para Lamarche (1998), o afastamento dos extremos seria a solução mais adequada para a reprodução da agricultura familiar. De toda forma, as unidades familiares possuem uma excepcional capacidade de adaptação, o que explica sua presença em diferentes momentos históricos.

produtivista<sup>20</sup>. Leff (2002) sobre os princípios da produtividade etnotecnológica<sup>21</sup>, destaca a necessidade de vivificar o poder e as capacidades das comunidades tradicionais, indígenas e rurais, para que sejam capazes de promover - a partir dos princípios de autogestão - um desenvolvimento endógeno que viabilize um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Neste contexto, cabe ressaltar que o Brasil encontra-se distante de um resultado significativo em relação à aplicação de estratégias de desenvolvimento rural. Isto devido também às características inerentes aos setores produtivos brasileiros, destacando a agricultura intensiva e dependente de insumos industriais (KITAMURA, 2003), como agravantes de sua condição na busca de sustentabilidade.

Defendendo a ideia de soberania alimentar, Altieri (2003) discute os riscos da degradação ambiental gerada pela agricultura moderna. O resultado direto do modelo industrial de agricultura, além de não se mostrar capaz de suprir as demandas em alimento da humanidade, asfixia os “serviços ecológicos” dos quais a população humana é dependente (ciclos de água, polinização, solos férteis, estabilidade do clima etc.).

As propostas de soberania alimentar enfatizam os circuitos locais de produção-consumo – ou os circuitos curtos alimentares, tal como designa Gilles Marechal (2008), assim como Leff (2002), e ações organizadas para obter acesso a terra, água ou agrobiodiversidade. Tais recursos fundamentais devem ser controlados pelas comunidades tal como numa perspectiva de gestão social do fundiário. Portanto, segundo Marechal, a multifuncionalidade só emerge quando as paisagens estão dominadas por unidades produtivas pequenas e biodiversificadas, sendo, no fim das contas, mais produtivas que as grandes monoculturas.

A soberania alimentar é igualmente defendida no Slow Food e por Petrini (2006), que ressalta a ecogastronomia, que é conservação da biodiversidade alimentar, da pluralidade das culturas culinárias e da valorização das práticas agroalimentares locais, por meio das escolhas associadas ao consumo de alimentos, no favorecimento à agricultura justa.

---

<sup>20</sup> Um modelo produtivista apresenta as seguintes características: a diminuição dos custos de produção acompanha o aumento da produtividade física do trabalho (mecanização, uso intenso da química agrícola), a padronização e o aumento dos volumes de produção: uma agricultura industrializada (especialização, concentração e intensificação); uma concentração fundiária com crescimento das unidades de produção.

<sup>21</sup> “A ação socializada sobre a matéria, mobilizando as leis do mundo físico”, segundo a definição canônica da etnotecnologia de André Leroi-Gourhan em *Milieu et techniques*. Paris: Albin Michel, 1945.

Marc Dufumier (1998) em seus estudos de agricultura comparada, sobre as vantagens da agricultura familiar, ressalta que a proteção tarifária de agriculturas familiares é um direito essencial dos países, em particular os mais pobres, com vistas a oferecer trabalhos dignos e soberania alimentar. Ainda, indica que, aproximadamente, 75% dos indivíduos em estado de insegurança alimentar no mundo pertencem a famílias agricultoras pobres.

### **2.8.3 O agricultor familiar no atual cenário das políticas públicas**

Guanziroli (1994) foi um dos primeiros autores que tentou que comparar o desempenho econômico entre a agricultura familiar e a agricultura em grande escala, mostrando a superioridade da produção agroalimentar dos pequenos agricultores na utilização de financiamentos governamentais menores. Este estudo identificou a princípio três categorias de pequenas agriculturas: a agricultura familiar consolidada, integrada ao mercado; a familiar de transição e a familiar de subsistência ou periférica. Este relatório embasou a criação do PRONAF.

Segundo a legislação são considerados agricultores familiares, os trabalhadores rurais que se inscrevem nos seguintes requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família: § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais (Secretaria da Agricultura Familiar, MDA, 2013)

Os agricultores e trabalhadores inscritos nestes requisitos, segundo o Censo Agropecuário de 2006 são responsáveis por cerca de 70% dos alimentos produzidos no Brasil. A agricultura familiar ocupa 84,4% do total de propriedades rurais brasileiras e responde por 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (calculado com base no volume da produção e nos preços médios de mercado). De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar em 2013, aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalham em estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

Quanto aos investimentos para a categoria juventude rural foram divulgados nos últimos relatórios do MDA (2013), investimentos em ATER específica para 10 mil jovens

rurais, e articulada ao Crédito Pronaf para 5 mil jovens na Região Nordeste, a qualificação profissional para jovens rurais (PRONATEC) e a ampliação do Pronaf Jovem de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil.

#### 2.8.4 Juventude rural no debate corrente

Um dos questionamentos deste estudo é justamente a investigação dos jovens como categoria social no campo, no âmbito do reconhecimento dos direitos sociais da agricultura familiar. Como a agricultura familiar corresponde a uma forma social legitimada na maioria dos países, uma análise sobre a igualdade de direitos para grupos mais ou menos organizados ou pouco representativos na esfera local se torna bastante pertinente. Ou seja, para atendimento dos direitos dos jovens rurais é necessário obrigatoriamente na atualidade a formação de um “grupo” que se mobilize em torno de movimentos sociais ou políticos regionais?

A definição de categoria social aqui adotada se refere aos 30 milhões de indivíduos que habitam as áreas rurais, reservas extrativistas e de manejo sustentável, dentre outras definições, segundo dados do Censo de 2006. Foram verificadas atualmente 14 tipos de denominações para os jovens do meio rural, o que reflete a diversidade das configurações juvenis. São elas: Alunos rurais, Jovens, Jovens agricultores, Jovens do campo, Jovens do interior, Jovens do sertão, Jovens empreendedores rurais, Jovens empresários rurais, Jovens filhos de agricultores, Jovens rurais ribeirinhos, Jovens sem-terra, Juventude em assentamento rural, Juventude escolar rural e Juventude rural.

No Brasil, essa grande maioria de habitantes do campo é geralmente formada por indivíduos ou grupos que mantêm, sob formas distintas, um vínculo patrimonial com a terra, mais especificamente, de famílias de agricultores (WANDERLEY, 2010). A construção nativa da categoria, mais precisamente relacionada ao *habitus*<sup>22</sup>, é mediada pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores culturais e de sentido, de referências identitárias “humanizadoras”, como a família, a escola, a mídia contemporânea, as instâncias e redes socializadoras, que coexistem numa intensa relação de interdependência (BOURDIEU, 2002).

Wanderley (2007) define os jovens rurais como aqueles que vivem o momento do ciclo de vida caracterizado pela transição entre infância e a idade adulta, no mesmo contexto

---

<sup>22</sup> Conjunto de disposições ligadas a um estilo de vida peculiar dos indivíduos, e representa a incorporação de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, quase sempre, irrefletido e inconsciente. O *habitus* é estratificado por classes sociais que o legitimam, de forma invisível e subliminar, o acesso diferencial aos recursos materiais e ideologias (BOURDIEU, 2002).

histórico de outros jovens, mas com a especificidade de terem o meio rural como espaço de vida, uma marca de sua situação juvenil. Cabe ressaltar também a expressão de grupos de jovens extrativistas no Estado de São Paulo, como o grupo de manejo do palmito Jussara na Mata Atlântica, em contexto distinto, embora com questões de inserção social semelhantes.

Cabe lembrar que “juventude” passou a existir a partir da formação da família nuclear burguesa, no qual foram instauradas as instituições: família-escola-medicina, as quais passaram a “cuidar” desses adolescentes.

Na Idade Média, por exemplo, como contraponto, a transição se dava entre o universo infantil, diretamente para o mundo adulto, sendo que o ponto diferencial era meramente o aspecto reprodutivo, ou seja, a criança é incapaz de se reproduzir, e quando atinge esta maturidade, passa a ser adulto.

Bourdieu (1983) e Castañeda (2011) citam que os “velhos” na perspectiva dos “jovens” podem ser “antiartistas”, “antiintelectuais”, “anticontestação”, ou seja, eles são contra tudo aquilo que muda ou move basicamente na ideia que deixaram o futuro para trás, enquanto os “jovens” são vistos como aqueles que não apenas têm o futuro, mas também o definem.

Em países como a França, por exemplo, nota-se um movimento diferenciado acerca da contestação da juventude: ao contrário do fenômeno migratório do Brasil, há grande representatividade de grupos de jovens agricultores nos processos de gestão territorial, como do Centro Sindical de Jovens Agricultores e a Associação de Jovens Agricultores (JA) na Haute Normandie, como exemplo.

Há também o fenômeno de volta ao campo, no caso de jovens que concluíram cursos superiores, mas não conseguiram emprego nos centros urbanos, esses voltam às áreas rurais familiares já com certa qualificação para administração diferenciada das propriedades rurais. Associações como os *Défis Ruraux* (modelo da Agricultura Sustentável), a *Recognising Women Farmers and Next Gen Farmers*, e a *Rural Youth W.A.* na Austrália, também representam um movimento parecido. Tais jovens não apenas atuam na gestão agrícola territorial, como também conquistaram um importante espaço nas reivindicações por modelos alternativos à agricultura convencional.

No âmbito das políticas públicas direcionadas para a juventude rural se tem registro de iniciativas do governo federal, o Programa Nossa Primeira Terra; Programa Pronaf Jovem; e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PróJovem). Nestes programas o jovem rural pode acessar linhas de financiamento que são parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário para a aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica.

Nesta modalidade podem participar os jovens sem-terra, filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas, entre de 18 e 28 anos, que queiram permanecer no meio rural e investir na propriedade. Já o Pronaf Jovem se destinada aos filhos dos agricultores familiares entre 16 a 29 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano de centros familiares rurais de formação por alternância<sup>23</sup> ou de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional de no mínimo 100 horas.

A formação por Alternância, segundo os registros históricos discutidos nos trabalhos de Pacheco & Grabowski (2012), surgiu a partir de um pequeno grupo de agricultores franceses insatisfeitos com o sistema educacional das áreas rurais, o qual não atendia as especificidades de uma educação voltada para a reprodução social das famílias no campo. Com isso, este grupo iniciou em 1935 um movimento que culminou no surgimento da Pedagogia da Alternância (GIMONET, 1999).

A educação escolar reivindicada nesta época tinha como premissa uma pedagogia diferenciada que atendesse às particularidades psicossociais dos jovens rurais e que também propiciasse, além da profissionalização das atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico dos territórios agroalimentares (PACHECO & GRABOWSKI, 2012).

Neste sistema de “alternância” entre o tempo na escola e o tempo na família, os pais se responsabilizavam pelo acompanhamento das atividades dos filhos. A ideia era conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural. Desta forma era atribuída grande importância à articulação entre momentos de trabalho rural do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focalizava o conhecimento acumulado entre ambas as experiências. Segundo Gimonet (1999), além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (PACHECO & GRABOWSKI, 2012).

---

<sup>23</sup> De acordo com Costa e Sampaio (2008, p. 21) a Pedagogia da Alternância se resume em uma metodologia de organização do ensino que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. Historicamente, esse método começou a tomar forma em 1935 a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades da Educação para o meio rural. A experiência brasileira com a Pedagogia da Alternância começou em 1969 no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE. “Estudos sobre Pedagogia da Alternância”. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008).

Atualmente existem no Brasil diversas experiências de educação escolar que utilizam a Pedagogia da Alternância como método. As experiências mais conhecidas são as desenvolvidas pelas Escolas Família Agrícola (EFAs) e pelas Casas Familiares Rurais (CFRs) e pelos cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que têm como missão ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais e assentados (dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, 2013).

O principal objetivo do PRONERA é fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. Entretanto, no âmbito nacional esta continua sendo uma proposta pedagógica pouco discutida e valorizada no meio acadêmico e nos órgãos técnicos e oficiais (ESTEVAM, 2003).

Cabe ressaltar que nos resultados deste tipo de experiência, como relatado por Pacheco e Grabowski (2012) em seu trabalho: Projeto Pedagógico da Casa Familiar Rural Santo Isidoro de Frederico Westphalen (2006), a pedagogia da alternância atuou na recriação de uma série de valores, como a aquisição de novos sentidos e significados pelos jovens rurais em termos de um maior interesse pelas propriedades rurais, revelando diversas alternativas viáveis para comunidade, tanto no âmbito do desenvolvimento produtivo, como também do desenvolvimento social, no sentido de uma maior integração comunitária para enfrentamento dos problemas regionais.

Atualmente, embora as estatísticas educacionais evidenciem o decréscimo no número de escolas e matrículas na zona rural paulista ao longo dos últimos dez anos, os dados demográficos revelam que um contingente bem mais numeroso de pessoas que vivem na zona rural participa do sistema de ensino, o que demonstra o processo de urbanização da escolarização da população paulista de acordo com o CIE/ SEESP (2005).

Segundo Di Pierro et al. (2005), o sistema de ensino paulista perseguindo a tendência à universalização do acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental, permanece operando com a premissa de que a população que permanece no campo é residual. No Estado de São Paulo, na segunda metade da década de 1980 foram criados programas de nucleação e melhoria das escolas rurais, que em 1990 promoveram o transporte escolar dos estudantes do campo para as escolas urbanas. Esse processo se intensificou com a municipalização do ensino, induzida pela implantação, em 1996, do Fundo de



Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF).

### **3 ESTUDO DE CASO DA JUVENTUDE RURAL DO ALTO DA SERRA DE SÃO PEDRO**

“Mesmo que a rota da minha vida me conduza a uma estrela, nem por isso fui dispensado de percorrer os caminhos do mundo”  
José Saramago (1922 – 2010)

Este capítulo apresenta o desenvolvimento do estudo de caso dos jovens do Alto da Serra de São Pedro e os resultados da investigação deste território rural. No intuito de compreender os conflitos historicamente associados ao êxodo rural nesta região, como também os fatores intervenientes nos planos de futuro da juventude, tornou-se essencial analisar as condições de acesso dos jovens aos equipamentos sociais e de trabalho nas unidades familiares.

Como já mencionado, os jovens aqui analisados são integrantes de um grupo coeso de agricultores familiares que manejam o território do Alto da Serra de São Pedro há décadas. Neste aspecto, as variáveis investigadas tiveram como princípio evidenciar a interação desta categoria com o seu espaço sócio-produtivo dentro das possibilidades territoriais.

Para avaliação da inserção da juventude rural neste território frente ao processo globalizador contemporâneo, foram transcritas narrativas regionais representativas do universo jovem.

#### **3.1 Definição da área de estudo**

##### **3.1.1 Localização**

O Alto da Serra (Figuras 9 e 10) está situado a nordeste da Estância Turística de São Pedro, a 8,5 km da Estância Mineral de Águas de São Pedro, a 40 km do município de Piracicaba e 190 km da capital, São Paulo. A localização do município no Estado de São Paulo pode ser constatada na figura 11 e pertence a Região Administrativa de Campinas (IGC, 2013).

As principais vias de acesso ao Alto da Serra de São Pedro são as Rodovias SP-384, SP-304 e SP-191 (Figura 12). Na área de estudo, a Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro (COOPAMSP) está localizada no km 8 da Rodovia São Pedro-Brotas/Estrada Vicinal João Dorigon, que atravessa o bairro Santo Antônio sentido Brotas-SP (Figura 13).



Figura 8 – Imagem satélite do Alto da Serra de São Pedro-SP - Escala 5:5.000.000  
Fonte: Google Maps © (2013)



Figura 9 – Vista da Serra de São Pedro  
Fonte: Canholi ( fev-2012)



Figura 10 – Mapa de localização da Estância Turística de São Pedro no Estado de São Paulo  
Fonte: Adaptado de GEOHACK © (2013)



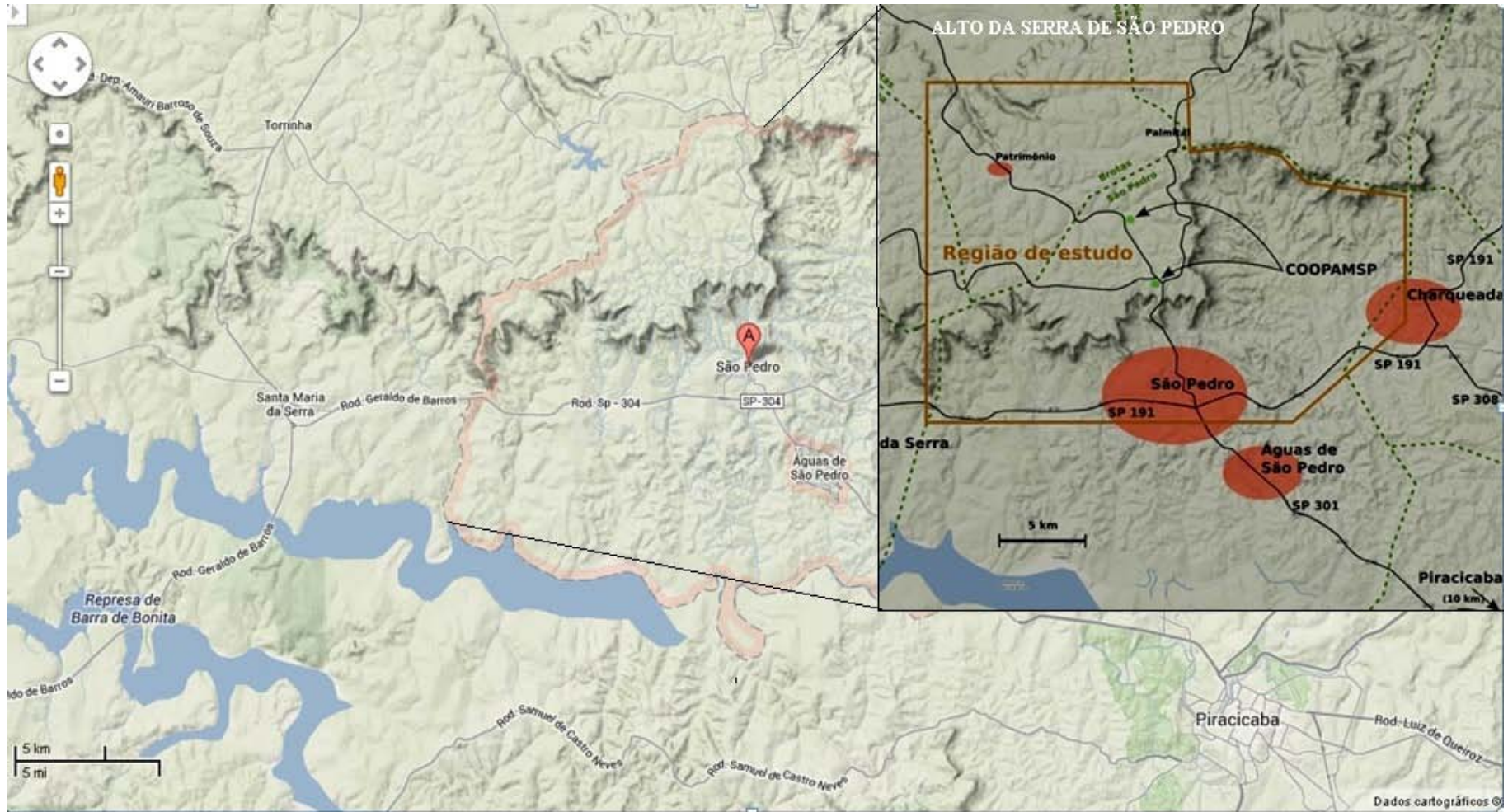


Figura 12 – Delimitação da região de estudo no Alto da Serra de São Pedro  
 Fonte: Google Maps © (2013). Figura adaptada de Schelstraete (2011, p. 17)

### 3.2 Aspectos físicos

O território do Alto da Serra de São Pedro se insere na Área de Proteção Ambiental do Corumbataí – Botucatu - Tejupá, designadamente no Perímetro Corumbataí, localizada no Centro-leste do Estado de São Paulo, compreendida entre os paralelos 22°00' e 22°40' de latitude Sul e 47°30' e 48°30' de longitude Oeste (ALGARENGA, 2010).

A APA Corumbataí foi criada pelo Decreto Estadual nº 20.960, de 8 de junho de 1983. O território do Alto da Serra abrange uma área total de 6.492 km<sup>2</sup> do Perímetro que é enquadrado como Unidade de Conservação, ou seja, visa proteger elementos naturais de ordem ecológica e paisagística, inseridos em contexto de ocupação humana. A criação deste Perímetro justifica-se pela presença de Cuestas Basálticas<sup>24</sup> e morros testemunhos de grande vulnerabilidade ambiental e de vegetação de cerrado remanescente (Figura 13).

Este cenário, ao mesmo tempo é marcado pela crescente expansão urbana, das monoculturas de cana-de-açúcar, pelo expressivo aumento da citricultura e dos plantios comerciais de *Eucaliptus e Pinus ssp.* Geologicamente, a APA Corumbataí localiza-se no setor paulista flanco nordeste da Bacia Sedimentar do Paraná e apresenta litologias que datam do Paleozóico (Formação Corumbataí), Mesozóico (Grupo São Bento: Formações Pirambóia, Botucatu Serra Geral e Intrusivas Básicas Associadas) e Cenozóico (Formações Itaquerí, Rio Claro, e Sedimentos Aluvionais Quaternários) (RICCOMINI et al., 1981) (Figura 14).

A bacia hidrográfica do Rio Jacaré Pepira, que banha todo o complexo do Alto da Serra de São Pedro é amplamente conhecida pelas suas atividades ecoturísticas (ZAINE, 1996; CORVALAN E GARCIA, 2011), dadas sua beleza cênica, apresentando inúmeros atrativos naturais como cachoeiras corredeiras e saltos (Figura 15), como as Serras de Itaqueri e São Pedro, morros testemunhos, grutas, represas, áreas de remanescente de flora, entre outros.

A bacia hidrográfica do Rio Jacaré Pepira pertence à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 13 (Tietê/Jacaré) e à bacia do Rio Paraná (2612 km). Os principais cursos hídricos que perpassam Alto da Serra são: Ribeirão Passa Cinco, Rio Jacaré-Pepira, Ribeirão dos Carneiros e Ribeirão do Pinheirinho, segundo os dados da FEHIDRO de 2011 (Figura 16).

---

<sup>24</sup> Cuesta Basáltica corresponde às escarpas dos Planaltos e Chapadas, sustentadas em rochas vulcânicas da Era Mesozoica, localizadas entre a Depressão Periférica e o Planalto Paulista. Outro exemplo de Cuesta é a de Botucatu, no interior do Estado de São Paulo (PONÇANO, 1981).

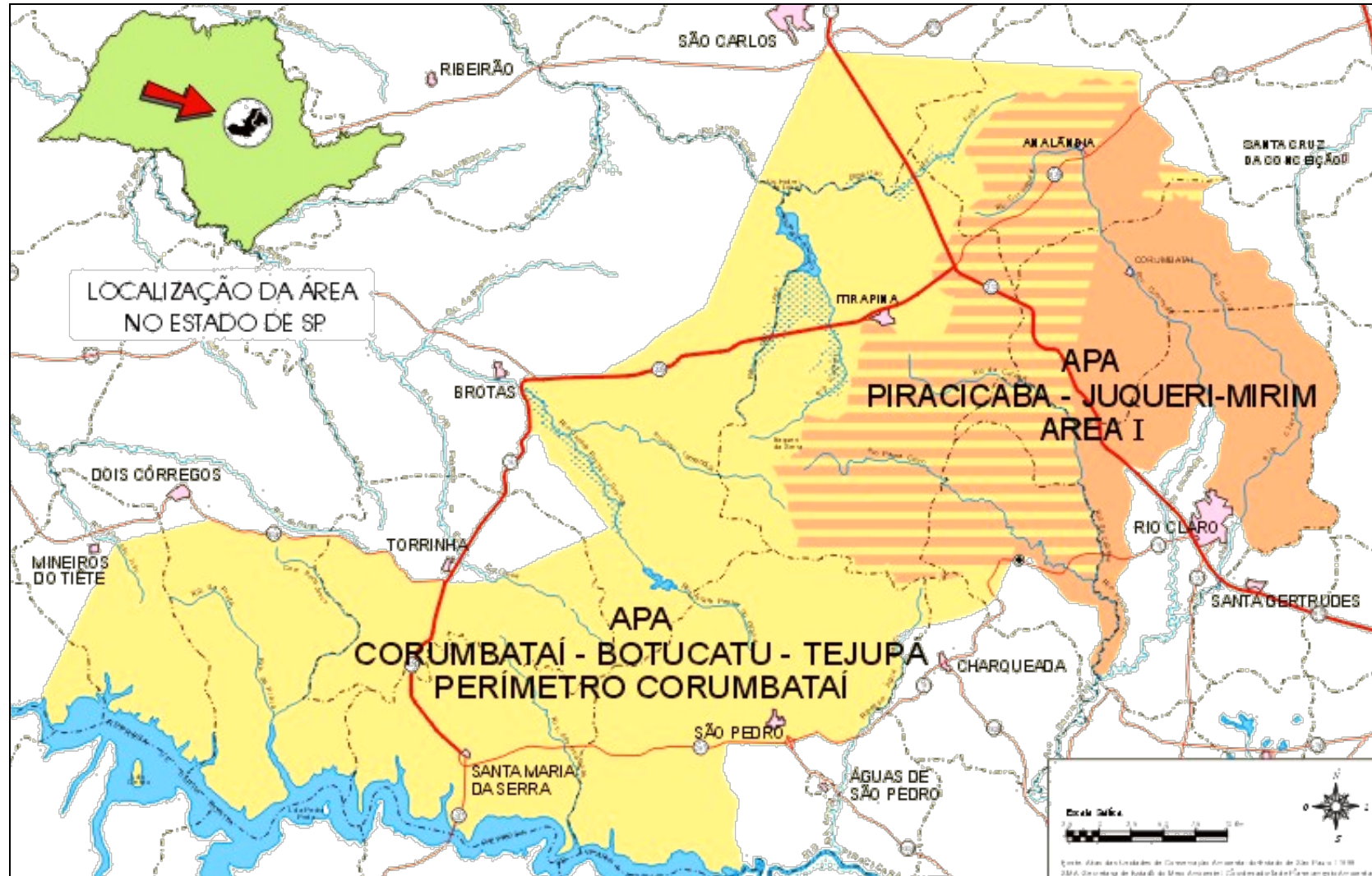


Figura 13 – Localização da Área de Proteção Ambiental Corumbataí – Botucatu – Tejuapá no Estado de São Paulo e do Município de São Pedro na abrangência do Perímetro Ambiental – Escala: 2,5mm - 10 km  
 Fonte: Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo (1993)



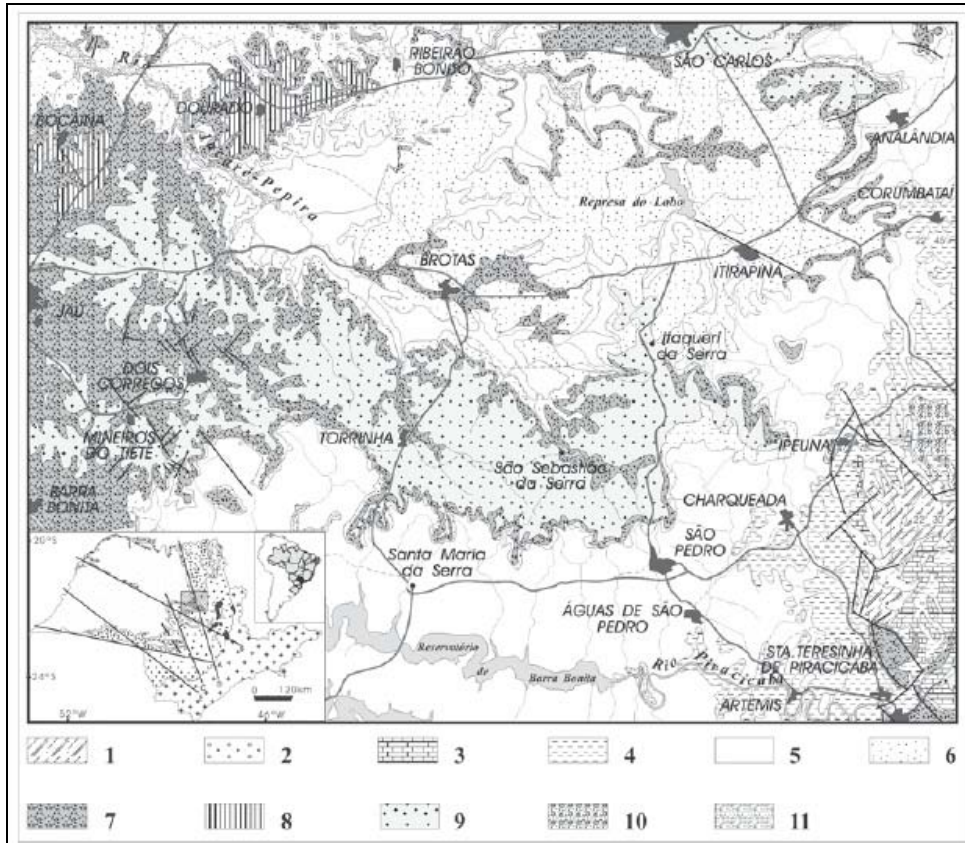


Figura 14 – Classificação da formação geológica do local de estudo

Fonte: UNESP – Botucatu; Departamento de Solos (1996)

Nota: 1 – Subgrupo Itararé; 2- Formação Tatuí; 3 – Formação Irati; 4- Formação Corumbataí; 5- Formação Pirambóia; 6- Formação Botucatu; 7- Formação Serra Geral; 8- Formação Adamantina; 9- Formação Itaqueri; 10- Formação Rio Claro; 11- Depósitos Aluviais



Figura 15 – Pontos turísticos associados aos recursos hídricos do Alto da Serra de São Pedro: Cachoeira do Saltão – Ribeirão dos Carneiros

Fonte: [www.saltao.com.br](http://www.saltao.com.br) (2013)



Figura 16 - Localização da área de estudo e do Rio Jacaré Pepira na UGRHI – 13  
Fonte: FEHIDRO (2011)

Em relação às áreas protegidas, na UGRHI-13 estão inseridas sete Unidades de Conservação, sendo três de Proteção Integral nas proximidades da área de estudo; Estação Ecológica - EE - Sebastião Aleixo da Silva, EE de Itirapina, EE de São Carlos; e quatro de Uso Sustentável; Área de Proteção Ambiental - APA - Corumbataí-Botucatu-Tejupá, APA Ibitinga, APA Rio Batalha e Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Amadeu Botelho. As Estações Experimentais (EEx) – que não são categorias previstas na Lei do SNUC, são áreas que visam à produção de matéria primas, segundo o Decreto Estadual nº. 20.960, de 8 de junho de 1983.

Segundo a classificação de solos da EMBRAPA (1999), há ocorrência nesta bacia de: Latossolo, Argissolo, Neossolo, Gleissolo, Nitossolo e Organossolo. Quanto ao relevo, o território está inserido entre dois compartimentos geomorfológicos: a Depressão Periférica e o Planalto Ocidental (Figura 17), na área de ocorrência das Cuestas Basálticas ( $22^{\circ}25'58''$  S e  $47^{\circ}52'34''$  O) a uma altitude de 900 m (Figura 18), de acordo com o Atlas do Relevo do Estado de São Paulo (2000).

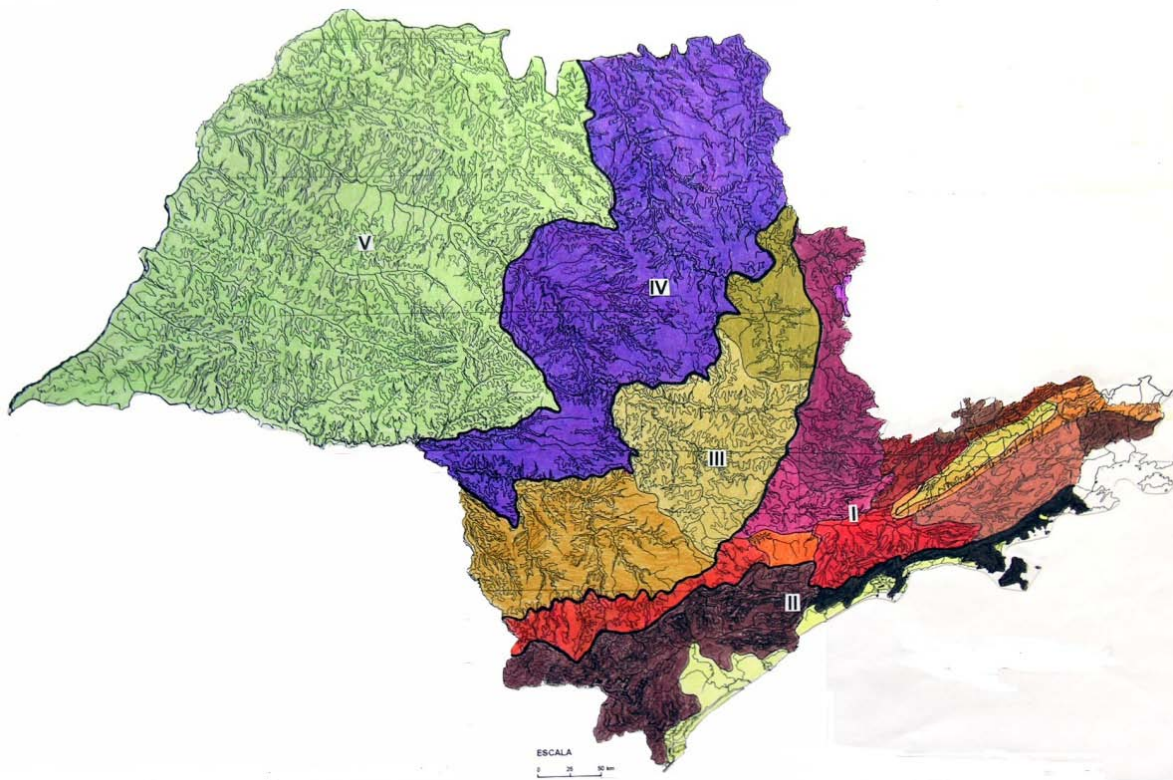


Figura 17 – Divisão geomorfológica do Relevo Paulista. V – Planalto Ocidental, IV- Cuestas Basálticas e III–Depressão Periférica  
 Fonte: Adaptado do Atlas do Relevo do Estado de São Paulo (2000)

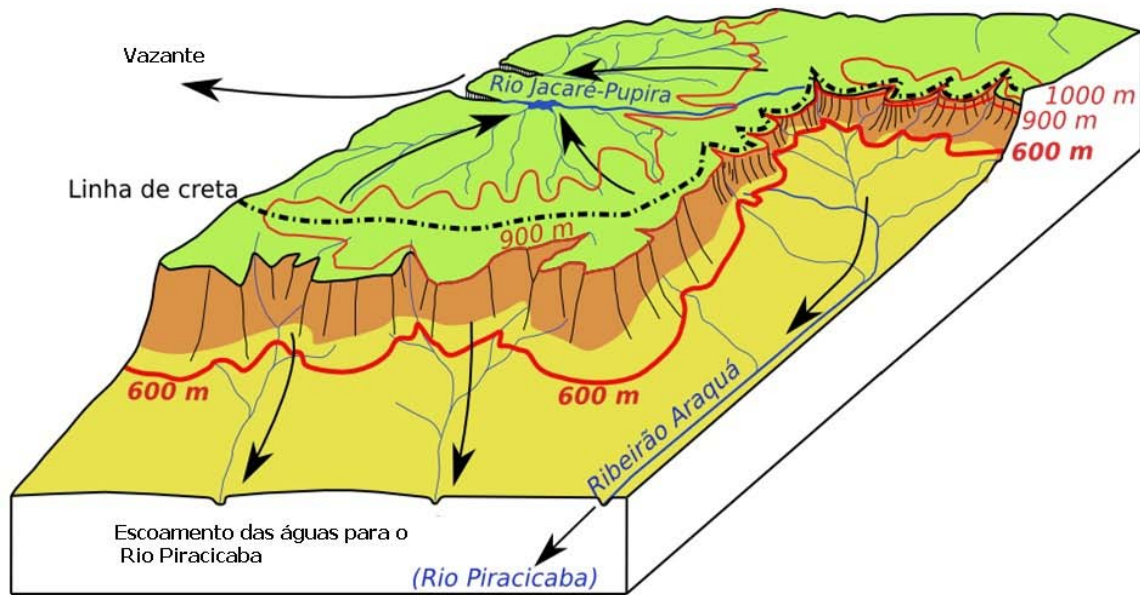


Figura 19 – Esquema de drenagem e topografia da Serra de São Pedro-SP  
 Fonte: Adaptação do desenho de Schelstraete (2011, p. 22)

De forma geral, é pertinente ressaltar, que o município de São Pedro, conforme Ab'Saber (1969) apresenta como traços dominantes de relevo, as formas colinosas (Figuras 20 e 21), cujos topos tabulares oscilam entre 500 a 600m de altitude, e que estão presentes os típicos “almofadões” resultantes do trabalho erosivo dos rios e das águas pluviais, nos terrenos predominantemente arenosos.

Enfim, o território em questão apresenta um relevo muito diversificado, observando-se áreas com altitudes superiores a 1.000 m, podendo a amplitude altimétrica, atingir os 400m.

As serras apresentam escarpas e festões das cuestas arenito basálticas, com altas declividades e drenagem densa e entalhada, representando algumas formas de relevo residual. As formações rochosas da Serra do Itaqueri e de São Pedro ocupam longitudinalmente toda a extensão destes municípios, representando um marco geológico importante, pois se define por meio da Cuesta a divisão da bacia sedimentar (Figuras 21 e 22). Há influência da altitude e da configuração do relevo (Serra de São Pedro) nas oscilações térmicas e pluviométricas do município, conforme Facincani (1995).

Outra característica importante do relevo da área de estudo, de acordo com Sanchez (1971), é a posição e altitude da serra de São Pedro que altera as características gerais do clima da maior parte do município, por meio da diminuição normal da temperatura com o aumento da altitude (a área urbana de São Pedro está a 550 m e o Alto da Serra à aproximadamente 900 m).

Outra consequência da altitude e configuração do relevo é o efeito orográfico em relação aos deslocamentos das massas de ar, com conseqüentes chuvas mais abundantes nos rebordos escarpados e no seu reverso imediato. O clima dominante, de acordo com Facincani (1995), é o tropical com duas estações bem definidas: seca e fria, de abril a setembro, com temperaturas médias mensais entre 16° e 19°C, e quente e úmida, de outubro a março com temperaturas oscilando entre 22°C e 27°C. As médias anuais são superiores a 22°C. Segundo o sistema de *Köppen* é do tipo Cwa, com inverno seco e verão chuvoso, com uma passagem gradual entre os dois períodos (ZAVATINI & CANO, 1993).

### 3.3 Aspectos bióticos

A Bacia do Rio Jacaré Pepira situa-se na zona de influência de três tipos de vegetação (Figura 19): Cerrados, Matas Mesófilas de Altitude e Matas Mesófilas Semidecíduas. A vegetação do município apresenta áreas de resquícios de cobertura florestal latifoliada; mata galeria, vegetação higrófila e formações campestres com infiltrações do campo cerrado. Em grande parte, a vegetação original foi devastada, dando lugar a pastagens, cultivo de cana, fruticultura, horticultura, reflorestamento e culturas anuais.

A área de agricultura familiar do Alto da Serra está situada na porção de vegetação de Cerrado que se estendia em épocas passadas no norte da região, sendo hoje representado por manchas isoladas em função das ações antrópicas como a pecuária, o extrativismo e o fogo que vem ocorrendo há pelo menos 100 anos (GARCIA et al, 1981).

Segundo Garcia e Espindola (1981), as diversas formações florestais originais foram substituídas pela cafeicultura e as ferrovias com máquinas a vapor e as numerosas olarias e serrarias do século XIX, que serão detalhadas a seguir, as quais teriam sido responsáveis pelo desaparecimento dessa vegetação na região, da qual existem hoje apenas vestígios. O cultivo de cana-de-açúcar e milho são predominantes e encontram-se localizados, principalmente, no centro da APA e ao sul das serras de Itaquerí e São Pedro e também, pequenas ocorrências no platô (Figura 20). A cultura anual encontra-se distribuída por toda a região. As áreas de reflorestamento (*Pinus sp.* e *Eucaliptus sp.*) encontram-se ao longo de rios, base de serras, na margem da estrada SP-304.

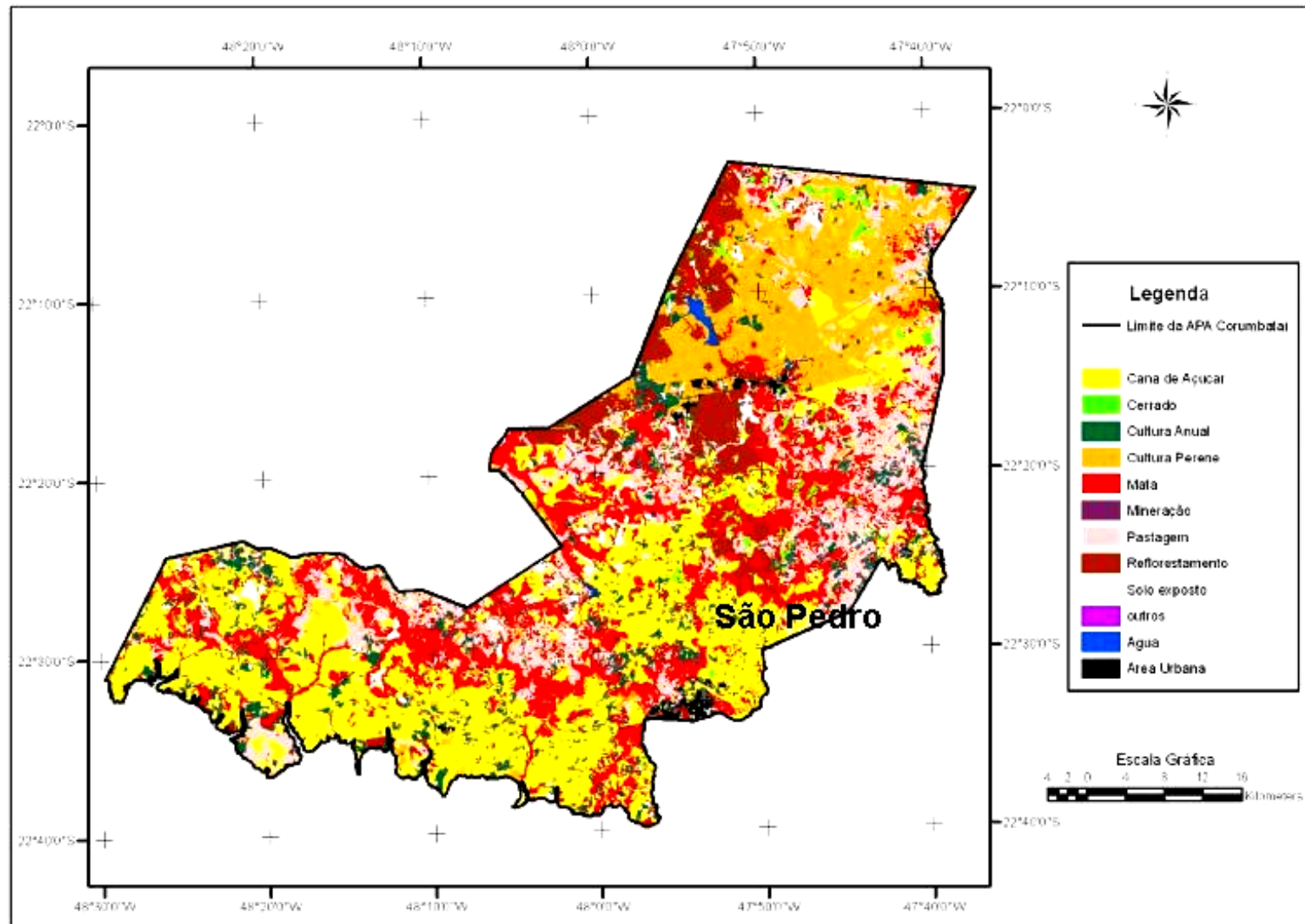


Figura 19 – Uso do solo e classificação da vegetação na área de estudo  
 Fonte: Adaptado de CORVALÁN et. al. (2011, p. 269-283)

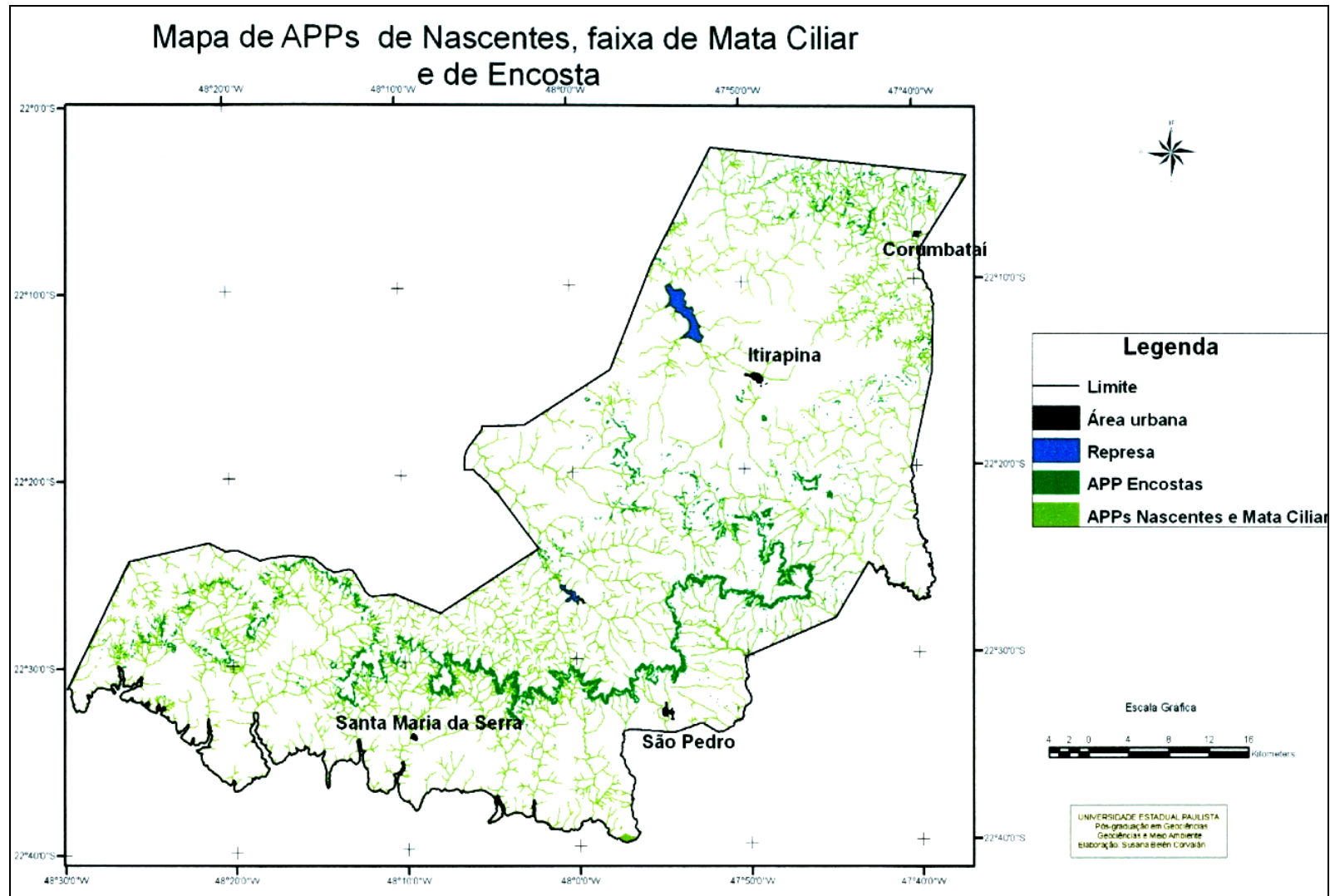


Figura 20 – Localização das Áreas de Proteção Permanentes na Escarpa do Alto da Serra de São Pedro

Fonte: Adaptado de CORVALÁN et. al. (2011, p. 269-283)

### 3.4 Histórico de ocupação e uso do solo

Especificamente sobre a Serra de São Pedro, Thibaut Syvlain Jean-Louis Scheltraete (2011) elaborou uma “Análise-diagnóstico” agrícola, a qual remontou os sistemas agrários no local de estudo. Buscou-se, no presente caso, reunir as informações geradas por este autor, de forma a elaborar um referencial histórico sobre a evolução da agricultura e os processos de êxodo rural nos últimos dois séculos, no sentido examinar os aspectos territoriais que impulsionaram as migrações, incluindo as constatadas nas novas gerações no Alto da Serra de São Pedro.

Segundo o histórico de ocupação adotado pelo IBGE, em 1856 quando Piracicaba foi elevada à denominação de cidade foi criada nesta região a capela de São Pedro. Nesta época este local era denominado como bairro sertanejo de Piracicaba, a caminho de Brotas, São Carlos, Araraquara, Dois Córregos, Jaú. Durante a colonização do interior paulista, para onde afluíam as levas de pioneiros “desbravadores de sertões”, à procura de novas terras para a cultura do café, fundou-se na Serra de Itaquiri (na vista dos vales dos rios Piracicaba e Tietê, nas proximidades das montanhas de Botucatu), uma primitiva capela, conhecida como local de pouso obrigatório de todos os viajantes.

Neste local de clima ameno, uma população hospitaleira recebia os desbravadores, no vale entre a cidade e a Serra. Entre as diversas famílias, a grande maioria era originária de São Paulo e do sul de Minas. Neste período especificamente, deu-se a ocupação do Planalto Ocidental Paulista<sup>25</sup>, que começou no século XIX, por força da ocupação impulsionada, sobretudo, pela economia do café (DEAN, 1996).

Pierre Mombeig (1984) reconheceu que a expansão cafeeira não ocorreu num vazio demográfico. Demonstrou que o sertão paulista foi povoado por migrantes mineiros que não encontravam mais o suficiente na mineração do ouro, por aqueles que fugiam das perseguições causadas pela Revolta Liberal de 1810 e por gente fugindo da convocação para lutar na Guerra do Paraguai. Nas terras paulistas havia também grileiros, aventureiros, pistoleiros e foragidos da justiça (MAHL, 2007), que praticavam a agricultura de subsistência e a criação de suínos, da forma tradicional. Ou seja, havia os caipiras nas áreas tradicionalmente povoadas e também naquelas ainda não ocupadas pela grande lavoura de exportação.

De acordo com os documentos históricos encontrados no Museu do Café da Fazenda Lageado, em Botucatu, SP, e do levantamento de Schelstraete (2011) o café na região de São

---

<sup>25</sup> No âmbito da Bacia Sedimentar do Rio Paraná, a região do Planalto Ocidental ocupa uma área de 1/3 do Estado de São Paulo, aproximadamente 126 mil km<sup>2</sup>. Esta região é atualmente ocupada pelo cultivo de cana-de-açúcar e laranja (ETCHEBEHERE et al., 2007 p. 229).



Pedro foi implantado entre os Rios Pinherinho e Samambaia, primeiramente faixa da Depressão Periférica, e posteriormente os fazendeiros subiram para o Alto da Serra para implantar lavouras provavelmente na região do bairro Santo Antônio em 1841. Essa sesmaria de mais de 3400 hectares foi rapidamente dividida em fazendas menores de 500 a 1000 hectares: as Fazendas Sant'Ana, São-Sebastião, Retiro, São-José, São-João, Santa-Maria, Santa-Julia (SCHELSTRAETE, 2011).

Em 1850, uma segunda frente de colonização agrícola vinda do Noroeste instala-se no Alto da Serra. É marcada com a fundação de uma sesmaria de 14.000 hectares por Henrique Gomes de Oliveira (perto do Bairro dos Gomes). Nesta sesmaria foi iniciada a bovinocultura (SCHELSTRAETE, 2011). Na figura abaixo se observa a porcentagem de ocupação do solo pela cultura do café em 1854 com destaque para a área de estudo, e nos anos seguintes em comparação com as outras regiões do Estado (MILLIET, 1939) (Figuras 21 e 22).

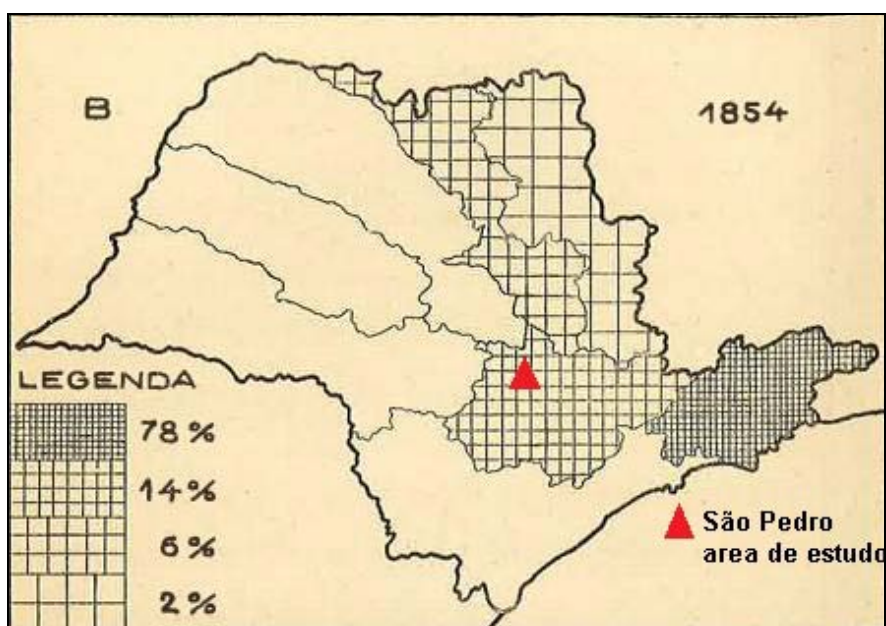


Figura 21 - Distribuição da produção de cafeeira no Estado de São Paulo em 1854  
Fonte: Milliet (1939, p. 24)

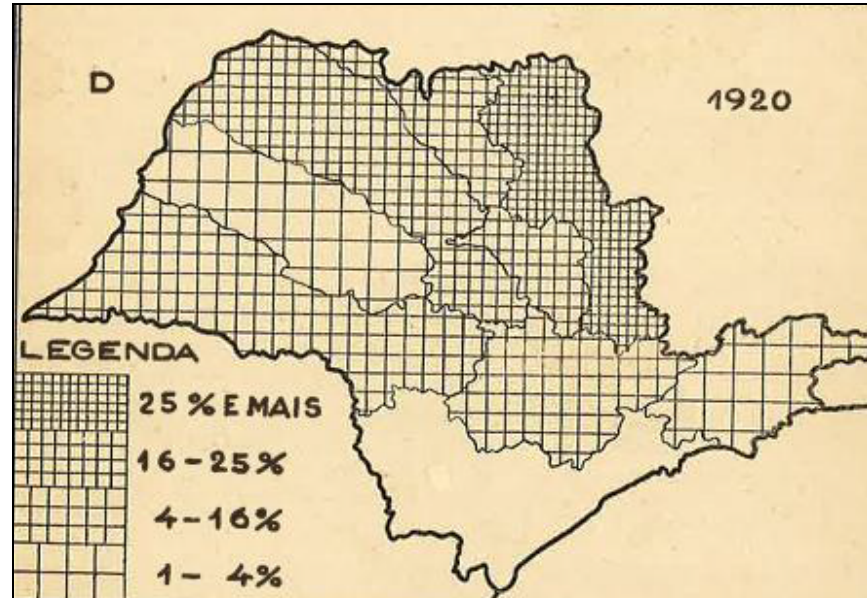


Figura 22- Mapa da produção cafeeira no Estado de São Paulo em 1920  
 Fonte: Milliet (1939, p. 28)

O café era plantado em grandes extensões de terras e havia dificuldade de mobilidade devido ao relevo acentuado. Deste modo, ao controle administrativo dessas áreas ficou bastante prejudicado. Porém, como o sistema de sesmaria, que já foi mencionado detalhadamente no capítulo 2, obrigava o responsável pela terra a cultivar interruptamente, os agricultores acabaram doando frações de terras para colonos e imigrantes. No Alto da Serra foram distribuídos 8000 hectares e o restante foi dividido em 1870 entre os filhos de Henrique Gomes de Oliveira, que receberam entre 800-150 alqueires. Com isso, o sistema latifundiário começou ser fragmentado (SCHELSTRAETE, 2011).

Segundo Dean (1996), o uso extensivo do solo entre 1880 e 1910 foi comandado pelos cafeicultores, como prosseguimento do processo de ocupação de terras, iniciado no Estado do Rio de Janeiro, que avançou pelo Vale do Paraíba se dirigiu para o oeste do Estado de São Paulo. Em 1894 desembarcou a São Pedro uma nova leva de habitantes, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1906 foi inaugurado o serviço de abastecimento de água, captada ainda hoje de nascentes do Alto da Serra. Em 1911, o município era constituído de 2 distritos: São Pedro e Santa Maria (Figura 27).

Os cafeicultores financiaram a construção de ferrovias, além de novas imigrações de europeus e asiáticos para trabalhar nas lavouras, assim como de nordestinos (BRANNS-TROM, 1998). Além do café também devem ser considerados nessa colonização a cultura do algodão e a pecuária. Os plantadores de algodão recebiam importantes subsídios do governo

pelo desenvolvimento de novas variedades. A figura seguinte ilustra a rota cafeeira e seus pontos de escoamento na região de estudo.

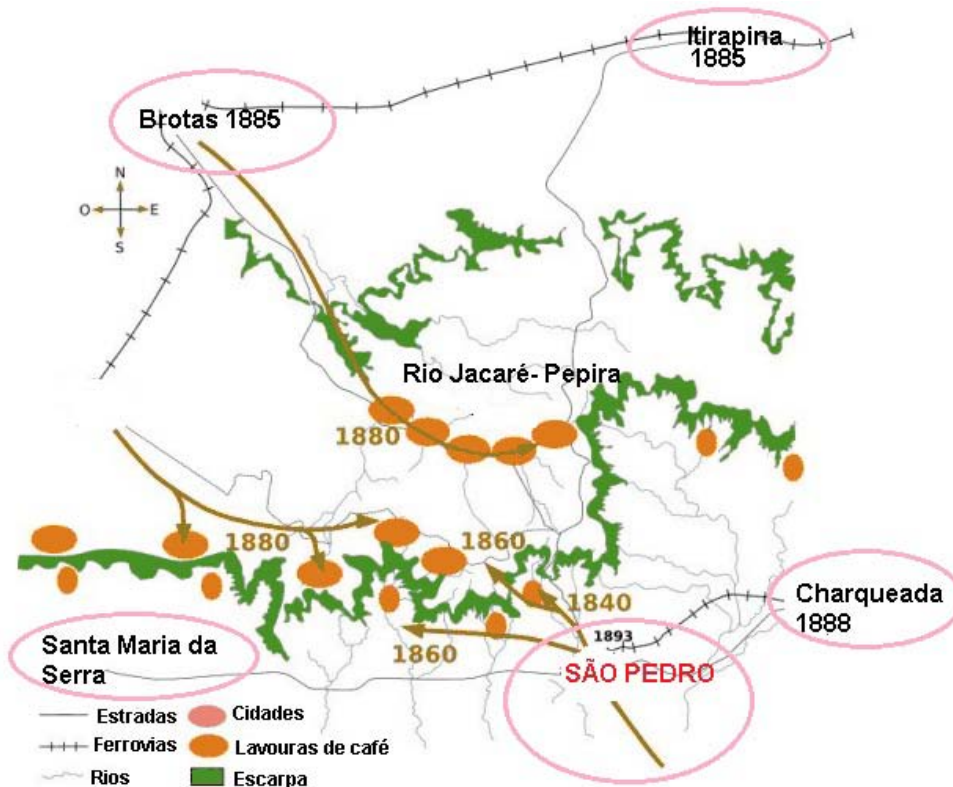


Figura 23– Localização da rota cafeeira e das áreas de cultivo do café na região do Alto da Serra de São Pedro. Fonte: Desenho de Scheltraete (2011, p. 19)

Segundo Monbeig (1984) embora a ocupação dos solos na região de estudo tenha se dado de forma diversificada entre a Depressão Periférica e o Planalto Ocidental, por meio de usos predominantemente diferenciados como pastagens, culturas de café e algodão, o desmatamento foi temporalmente crescente e comum a todas as regiões.

Com isso, as condições naturais foram traduzidas pelas ações antrópicas para as novas condições, não naturais, a constatação de grandes erosões era freqüente no manejo agrícola, que selecionava os solos mais erodíveis, abrindo-se em ravinas e voçorocas; pelos cursos d'água que, sem capacidade de transportar tantos sedimentos, acabaram assoreados (OLIVEIRA et al., 2007).

Monbeig (1940) em sua tese intitulada “Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo” iniciou o estudo dos impactos das modificações dos cursos d'água no Planalto (o escoamento superficial passou a se manifestar na forma de enxurradas que, inicialmente, descobriram os solos, carreando a serrapilheira encostas abaixo, gerando erosões) e suas implicações na história ambiental e na gestão do território. Constatou também a magnitude desses

primeiros impactos que devastaram grande parte do meio biótico em poucas dezenas de anos (Figura 24).

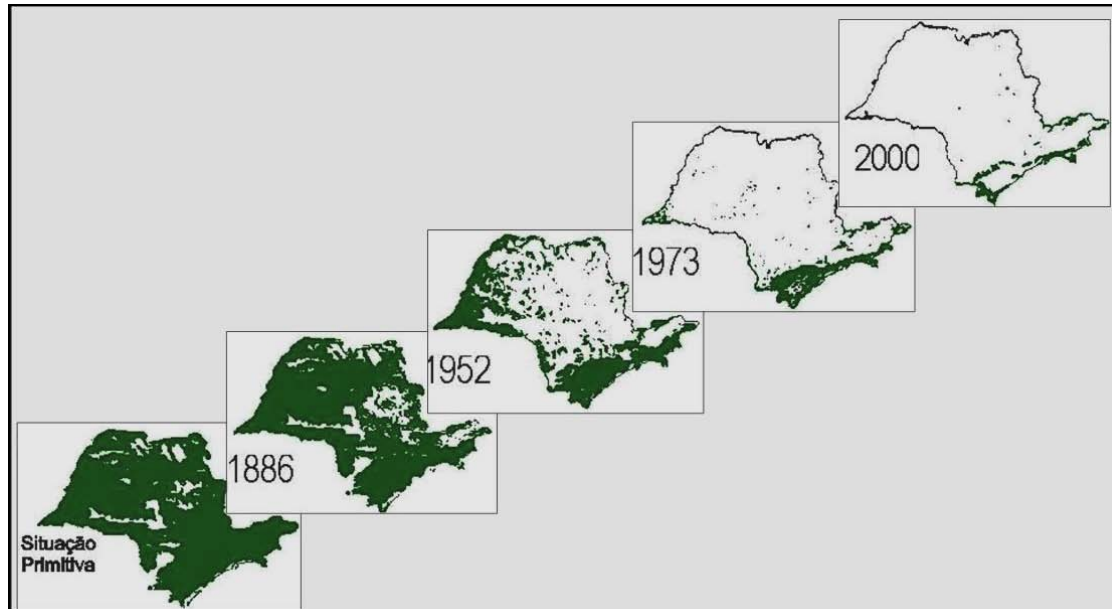


Figura 24 – Variação da cobertura vegetal natural do Estado de São Paulo  
 Fonte: <http://confins.revues.org/docannexe/image/6557/img-5.png> (2000)

Houve um aumento das culturas de subsistência nas pequenas propriedades rurais e o aparecimento dos primeiros núcleos urbanos por meio de redes de estradas vicinais, além das estradas de ferro e de rodagem maiores, que resultaram não só em profunda alteração dos ecossistemas, mas também do seu funcionamento (BRANNSTROM E OLIVEIRA, 2000).

Recorrendo então ao histórico de ocupação da Depressão Periférica na região de estudo, a priori os colonizadores ocuparam a Bacia do Rio Jacaré-Pepira (1884-1910). Nesta época houve grande expansão dos rebanhos bovinos e da cafeicultura, principalmente nas cercanias de Brotas e Torrinhas. Os investidores da época, bastante capitalizados, oriundos de regiões vizinhas (das minas de ouro e da cafeicultura no Estado de Minas Gerais e no Rio de Janeiro), aproveitaram a Lei das Terras para comprar as fazendas de férteis Latossolos Vermelho-Amarelo e Roxo, visando à implantação de novos cafezais (SANTOS, 2009; SCHELSTRAETE, 2011).

O café da região de São Pedro era destinado à exportação e era transportado ao Porto de Santos, no litoral Paulista, por carro de boi ou carretas até as estações de trem e depois de navio até a Europa e os Estados Unidos (SANTOS, 2009; SCHELSTRAETE, 2011). Segundo Santos (2009), após a abolição da escravatura, no auge da contratação da mão-de-obra livre, imigrante, entre 1899 e 1900 a população de São Pedro atingiu 2.400 pessoas, em 1910 eram

10.000, destas, 6.000 italianos, 3.000 brasileiros e 1.000 de outras nacionalidades (SANTOS, 2009; SCHELSTRAETE, 2011).

Deste modo, vários tipos de contratos produtivos foram estabelecidos entre os proprietários de terras e os colonos<sup>26</sup>, a grande maioria composta por italianos pobres; que recebiam um salário anual, uma porcentagem da colheita e uma pequena área para cultivos familiares. Este tipo de contrato era considerado vantajoso para os proprietários, no sentido de acumular capital e condicionar os rendimentos ao cuidado dos pés de café sob responsabilidade dos imigrantes, que também traziam consigo uma gama de inovações nas técnicas de cultivo, resultando, mais tarde, num grande aumento da produtividade (TOSI, et al., 2007).

Tosi et. al. (2007) descrevem em sua investigação sobre as relações de trabalho dos imigrantes no Estado de São Paulo no século XIX, que o núcleo familiar neste sistema assumia um talhão, se responsabilizando pela formação e trato de milhares de pés de café, entre os quais era autorizado o plantio intercalado. Ao final de quatro ou cinco anos, pagava-se uma determinada quantia pelos novos talhões plantados. Os excedentes da produção de itens alimentícios eram vendidos nas cidades e nas mercearias rurais (SCHELSTRAETE, 2011).

Sobre os contratos de trabalho com os imigrantes existem trabalhos discordantes relacionados as prerrogativas do sistema de colonato. Na leitura de Tosi et al (2007), nota-se que existiam situações bastante exploratórias dos trabalhadores rurais sediados na cafeicultura paulista. Por meio da análise dos Livros Cartoriais, estes autores constataram que no conjunto das regiões paulistas que se destinavam a cafeicultura foram colocadas em prática estratégias de rebaixamento dos ganhos dos trabalhadores das produções de café e de gêneros alimentícios. Tais estratégias foram implementadas num cenário marcado por hierarquias políticas extremamente autoritárias, que esvaziavam qualquer sentido de igualdade pressuposto entre as partes contratantes (fazendeiros e imigrantes). Em suma, essas estratégias de exploração assinalaram a perpetuação dos desnivelamentos da sociedade brasileira, reiterando a desigualdade no tempo e no espaço (TOSI et. al, 2007),

Os fazendeiros deste período eram ao mesmo tempo proprietários rurais e produtores capitalistas. Os colonos, por sua vez, eram assalariados e arrendatários em regime de subsistência. Para os fazendeiros, a renda corresponderia ao que eles deveriam ter pagado em

---

<sup>26</sup> No estado de São Paulo, o termo se refere ao empregado da fazenda, que trabalhava por meação, recebendo metade do que foi produzido e deixando a outra para o proprietário.

salários reais adicionais para manter a força de trabalho. Isto é, a renda poderia ser vista como salário de mercado para todo o trabalho já prestado subtraindo-se o salário monetário já pago. Do ponto de vista do “colono” esta "dupla" vinculação como arrendatário e assalariado corresponderia às suas expectativas, pois o acesso a terra era indispensável para a sobrevivência da família, no mais das vezes sendo até mais importante do que os próprios pagamentos efetivados em moeda (FALEIROS, 2007).

Importante ainda destacar, que na região de estudo, desde sua ocupação, o colonato constituía uma relação de trabalho extremamente complexa, e que, a partir do acesso à terra fornecida ao “colono”, os interesses dos proprietários capitalistas e dos arrendatários assalariados eram atendidos:

Já com o trabalho nas fileiras inter-cafeeiras ou em terrenos extras os colonos garantiriam o grosso da alimentação e reprodução da família. Percebe-se então um mecanismo no qual o salário não seria a forma dominante da relação estabelecida, o que impedia que fazendeiros e colonos vivessem integralmente as ficções da igualdade engendrada pela troca aparentemente igual de tempo de trabalho por dinheiro. Assim, do ponto de vista do “colono” o trabalho necessário apareceria como trabalho sobranter e o trabalho sobranter, para o fazendeiro, era o que se revestia da aparência de trabalho “necessário” (MARTINS, 1979, p. 88).

Neste contexto, o que era vital aos colonos, a plantação de alimentos, cristalizava-se como secundário ao fazendeiro, o que era essencial a este, formação e/ou o trato do café, seria secundário para os colonos, entendido como um trabalho de menor importância. Ocorre que tal enredamento construía-se a partir da concentração fundiária. Com isso, os fazendeiros estabeleceram uma forma de exploração do trabalho, na qual colonos possuíam a ilusão de que entregavam ao fazendeiro em forma de café o pagamento para trabalhar para si próprio, pensando-se assim “senhores” do seu trabalho nas lavouras de subsistência, quando estavam, na verdade, explorados pelo trabalho livre (FALEIROS, 2007).

Nas fases posteriores da expansão do café em São Paulo, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, houve o surgimento de outras formas de produção, principalmente de pequenos e médios proprietários. Este argumento é sustentado por Sérgio Milliet (1939), que aponta a existência crescente de pequenas e médias propriedades em São Paulo já neste período, sobretudo nas regiões de recente desbravamento.

Voltando a região de São Pedro, a extensão da cultura do café foi maior no platô. O que levou ao início de uma diferenciação do sistema agrário local: sobre o planalto, as terras eram mais produtivas, a altitude também promovia um clima mais ameno, condições ideais para desenvolvimento de grãos de qualidade. Na Depressão, os cafezais eram plantados nas

áreas naturais da escarpa, local com difícil acesso, porém com maior facilidade de transporte até as estações de trem de São Pedro. Como já relatado, com a queda da bolsa de Nova York, e a falência dos cafezais (BRENER, 1996), entre 1910 e 1920 particularmente, as famílias de colonos tiveram acesso a propriedade da terra, que foram vendidas pelos fazendeiros de forma a quitarem as dívidas obtidas na crise de 29. Desta forma, deu-se o início da agricultura familiar na região de São Pedro (SCHELSTRAETE, 2011).

No entanto, não desapareceram as grandes propriedades produtoras de café da região de São Pedro (16% do solo ainda era ocupado pela cultura do café - Rio Claro, Botucatu etc.) O risco de falência das fazendas cafeeiras dependeu nesta ocasião da especialização dessas propriedades. Na Depressão Periférica, onde as áreas propícias para a cultura de café eram mais escassas, logo foram abandonadas ou destinadas à pecuária extensiva (SCHELSTRAETE, 2011).

Segundo a narrativa regional contida nos estudos de Scheltraete (2011), os colonos de áreas menos especializadas (menor infra-estrutura), com a perda dos empregos migraram para as cidades ou se tornam meeiros, arrendatários. No Planalto, as fazendas foram vendidas sob a forma de lotes aos colonos. Esta divergência entre a agricultura do Planalto e da Depressão levou ao surgimento de pelo menos dois sistemas agrários bem definidos na área de estudo; policultura-pecuária de base familiar sobre o Planalto; e a monocultura-pecuária na Depressão. Em resumo, na atualidade no Alto da Serra de São Pedro é possível destacar três categorias: os médios agricultores, os agricultores familiares com menores frações e os empregados e meeiros que coabitam este espaço (SCHELSTRAETE, 2011).

Depois de 1929 muitas famílias de colonos se beneficiaram dos baixos preços das terras e adquiriram parcelas entre 100 e 500 hectares. Existiam também os lotes explorados em coletividade, sem divisão, manejados por várias famílias. Ainda é possível constatar duas propriedades no Alto da Serra de São Pedro que mantém esta configuração. As famílias com menor poder aquisitivo compraram áreas menores, entre 20 e 100 hectares (SCHELSTRAETE, 2011).

Desta maneira, as propriedades em 1930 tinham em média 50 hectares, que eram divididos predominantemente entre 50 % de mata, 25% de pasto e os outros 25% em café, feijão, arroz, milho associado com abóbora, mandioca, horta e pomar. O sistema de produção era de corte e queima sob a vegetação do cerrado. A colheita se dava entre maio e junho e a

bovinocultura ocupava então as áreas agrícolas, num sistema de rotação de culturas e pecuária (sistema Norfolk<sup>27</sup>) (ROMEIRO, 1998); (SCHELSTRAETE, 2011).

O arroz era cultivado nas várzeas úmidas e a proximidade dos rios (DEAN, 1996), como na várzea do Rio Jacaré-Pepira e seus afluentes. A colheita era manual por meio do trabalho em mutirão (SCHELSTRAETE, 2011). Dean (1996) constatou-se que nas fazendas situadas na Depressão houve um crescente desmatamento para implantação de gramíneas para bovinocultura. Próximo à escarpa, em meados de 1975, notava-se maiores fragmentos de mata nativa, enquanto nas fazendas mais distantes, na Depressão e próximo aos rios, notavam-se fragmentos florestais mais esparsos (10 a 20 % de cobertura florestal), por conta do cultivo de arroz.

No período de 1970 a 1980 houve o abandono quase que completo da cafeicultura nesta região (SANTOS, 2009) e considerável aumento da rizicultura, o que impulsionou o início do êxodo rural. Em 1975 e 1978, duas geadas também contribuíram para erradicação as plantações de café da região (SCHELSTRAETE, 2011).

No período entre 1980 e 1990 houve a expansão da cana-de-açúcar na região de São Pedro, Jaú, Brotas, Piracicaba e Campinas, dentre outras, o que intensificou ainda mais o êxodo rural (DA SILVA et al., 1994). [Analisando o Censo Agropecuário de 2006 na região de São Pedro, nota-se que houve um aumento na implantação das lavouras permanentes nos últimos 8 anos, com ênfase no cultivo da laranja e na silvicultura. O cultivo de cana-de-açúcar regional manteve-se na mesma ordem, assim como a bovinocultura de corte e leite \(IBGE, 2010\). O quadro 2 foi adaptado do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e das estatísticas de 2012 contidas nos dados gerais deste município \(IBGE, 2013\).](#)

Segundo Moruzzi Marques et al. (2010), atualmente a maioria das unidades de produção do Alto da Serra compreende área entre 20 e 50 hectares. Estas estavam organizadas de forma que há diversidade estacional entre os itens agroalimentares produzidos, tanto para os mercados regionais como para o auto-consumo.

Quanto à produção de itens alimentícios, nos últimos anos, com a presença das empresas de integração no território, muitos agricultores passaram a investir também na avicultura de corte (Figura 25). A combinação bovinocultura de corte e produção de grãos ou a produção leiteira como meio de garantir uma renda mais elevada por hectare, foram também constatadas em pesquisas anteriores no território. Em média as propriedades se destinam a 3

---

<sup>27</sup> Sistema quadrienal de rotação de culturas no qual havia a integração entre agricultura e pecuária (ROMEIRO, 1998).



ou 4 atividades agrícolas (horticultura, criação de pequenos animais, fruticultura e produção leiteira) (SHELSTRAETE, 2011).

<b>Lavoura temporária 2006</b>	<b>Área plantada (hectares)</b>	<b>Lavoura temporária 2012</b>	<b>Área plantada (hectares)</b>
Arroz (em casca)	3	Arroz (em casca)	2
Cana-de-açúcar	12.000	Cana-de-açúcar	12.000
Batata – inglesa	20	Batata – inglesa	0
Mandioca	4	Mandioca	17
Milho em grão	150	Milho em grão	220
Melancia	4	Melancia	4
<b>Lavoura permanente 2006</b>	<b>Área plantada (hectares)</b>	<b>Lavoura permanente 2012</b>	<b>Área plantada (hectares)</b>
Abacate	2	Abacate	0
Banana	30	Banana	4
Café	16	Café	32
Tangerina	130	Tangerina	140
Laranja	1.000	Laranja	3.000
Limão	0	Limão	2
Uva	0	Uva	10
<b>Silvicultura 2006</b>	<b>Produção/anual</b>	<b>Silvicultura 2012</b>	<b>Produção/anual</b>
Carvão vegetal	N/C	Carvão vegetal	237 ton
Lenha	N/C	Lenha	59.750 m <sup>3</sup>
Madeira em tora	N/C	Madeira em tora	38.645m <sup>3</sup>
Madeira em tora papel e celulose	N/C	Madeira em tora papel e celulose	38.420m <sup>3</sup>
Madeira em tora outras finalidades	N/C	Madeira em tora outras finalidades	225m <sup>3</sup>
Folha de eucalipto	N/C	Folha de eucalipto	594 ton
<b>Pecuária 2006</b>	<b>Nº de cabeças</b>	<b>Pecuária 2012</b>	<b>Nº de cabeças</b>
Bovinos	34.580	Bovinos	34.890
Suíños	1.065	Suíños	2.006
Frango de corte	1.000.000	Frango de corte	2.527.350
<b>Outros</b>			
Bicho da seda	2.250 kg	Bicho da seda	1.290 kg
Ovos	417 dúzias	Ovos	496 dúzias
Mel	8.775kg	Mel	10.370kg

Quadro 2 – Comparativo da produção agropecuária e ocupação do solo entre 2006 e 2012

Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário 2006 e estatísticas agrícolas de 2012 para a região de São Pedro-SP – IBGE (2013)

Nota: N/C: Não constam dados na plataforma IBGE para este ano.



Figura 25 – Placa indicativa de empresas de integração da avicultura de corte no Alto da Serra de São Pedro

Fonte: Canholi (2012)

A divisão agrícola atual foi desenhada (Figura 26) e quantificada (Gráfico 1) por Schelstraete em 2011 e ilustra com bastante precisão o perfil das propriedades familiares do Alto da Serra de São Pedro.

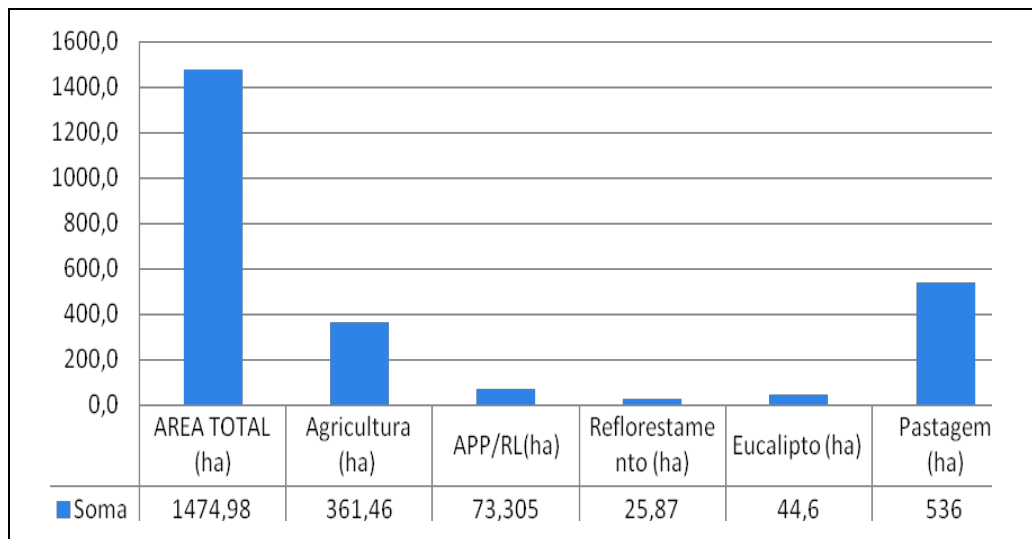


Gráfico 1 – Uso do solo no Alto da Serra de São Pedro

Fonte: dados obtidos a partir das entrevistas de Moruzzi Marques et al. (2011) para o projeto “Dinâmicas da Agricultura Familiar em Piracicaba e Região: Estudo dos processos de intervenção e seus impactos nas escolhas e modo de funcionamento das unidades de produção”

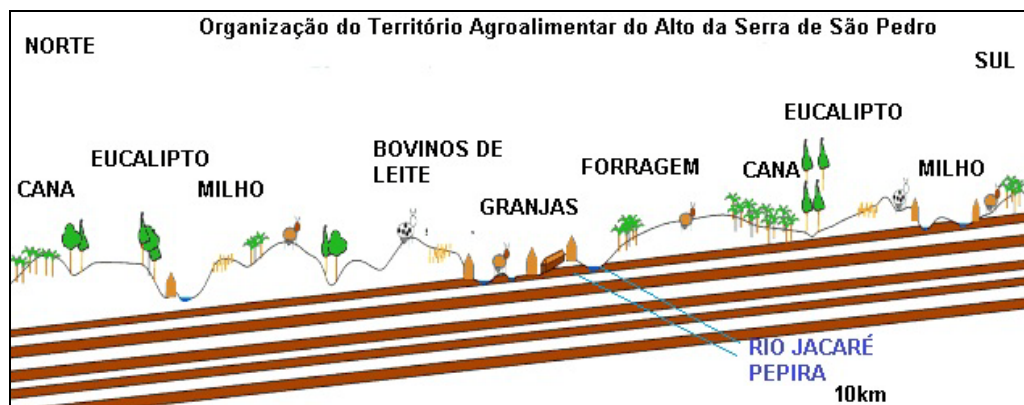


Figura 26 - Esquema gráfico da organização do território agroalimentar do Alto da Serra de São Pedro em 2011

Fonte: Desenho de Schelstraete (2011, p. 25)

As rentabilidades das famílias variam entre o tipo de atividade exercida, apresentando valores corrigidos em torno de R\$ 424,00/ha/mês a R\$1.200,00/ha/mês para a produção de bovinos leiteiros (pelo menos 2 cabeças por hectare - há variação de produtividade segundo a raça e modelo produtivo adotado); R\$500,00/ha/mês para a produção de eucalipto (contrato de 7 anos – R\$ 6.000,00/ha/ano) e R\$675,00/ha/mês para a produção de cana-de-açúcar (contrato de 5 anos) (SHELSTRAETE, 2011).

Quanto ao rendimento das demais atividades produtivas, a avicultura pagava na ocasião do estudo (2013) R\$ 0,45 por cabeça (preço variável conforme a produtividade do ciclo) e o preço do litro de leite pago ao produtor estava em torno de R\$ 1,00. As rendas mensais das atividades agrícolas consideradas pelos agricultores como secundárias (SHELSTRAETE, 2011); a horticultura, a produção artesanal de queijos, a produção de ovos, frango caipira, gado de corte e suínos, geravam em torno de R\$ 600,00 a R\$1.000,00 ao mês.

Levando em consideração que a grande maioria dos produtores possuem sistemas agrícolas diversificados, ou seja, um consócio de atividades (como será apresentado nas figuras a seguir), estipula-se que os rendimentos mensais totais das unidades familiares estão em torno de R\$ 2.000,00 em média, o que confirma o valor do rendimento médio mensal dos domicílios rurais para esta região, que segundo o IBGE (2012) é de R\$ 2.373,17.

Acerca do acesso e utilização de créditos agrícolas, os pequenos produtores (até 20 hectares) do Alto da Serra de São Pedro foram contemplados com juros baixos. Segundo as análises de Schelstraete (2011), [estes financiamentos não compensavam o investimento na manutenção de algumas atividades agrícolas. Um exemplo é a avicultura. Devido à crescente desvalorização do preço do frango nos últimos anos, assim como o aumento do preço dos insumos associados a atividade.](#)

Para Schelstraete (2011), sob o ponto de vista da manutenção da reprodução social da agricultura familiar neste local, tal fenômeno denota-se como concorrente a permanência do agricultor no campo. Em sua análise, ocorre uma transferência da atividade agrícola dos que dependem diretamente da produção para sobreviver (agricultores familiares) para os que se utilizam desta apenas como forma de investimento complementar ou renda extra (investidores urbanos). Conclui-se, assim, que a política agrícola não beneficia a totalidade dos pequenos produtores.

Como constatado nos dados do IBGE discutidos no item anterior, houve um grande aumento na produção avícola regional. No âmbito dos impactos territoriais, esta atividade em comparação com a produção canavieira e do eucalipto, exige menos espaço, em detrimento as grandes áreas arrendadas para estas culturas temporárias.

Neste aspecto, o arrendamento de terras para tais culturas contribui em grande parte a migração dos agricultores, além de descaracterizar a paisagem rural regional, e acelerar a degradação dos solos, no sentido da perda de fertilidade e a dificuldade de erradicação destes cultivos visando uma nova produção. Neste sentido, a avicultura geralmente localizada nos arredores das casas dos agricultores causa um impacto espacial considerado “menor”.

Ainda no contexto do consórcio de atividades produtivas, constatou-se também que a agricultura familiar na área de estudo é bastante diversificada, sendo possível encontrar mais de 4 ou 5 sistemas de cultivos consorciados com a pecuária e bastante integrados entre si, o que favorece a ecologia dos agroecossistemas e facilita a implantação de sistemas de zoneamento de cultivos mais simples, como aqueles destinados ao autoconsumo, hortas e pequenas criações animais. Também foi possível perceber um grande reaproveitamento de recursos naturais nas propriedades como a incorporação de restos culturais na adubação dos solos, e uma gama de técnicas sustentáveis, como o consórcio de atividades produtivas, o manejo integrado das pastagens e o aproveitamento dos subprodutos da pecuária para fertilização das culturas agroalimentares. A grande maioria das propriedades possui áreas de proteção permanente e/ou com regeneração natural, com adensamento de espécies bastante importantes ao controle biológico local, além de pequenas áreas de insolação e pasto para animais domésticos.

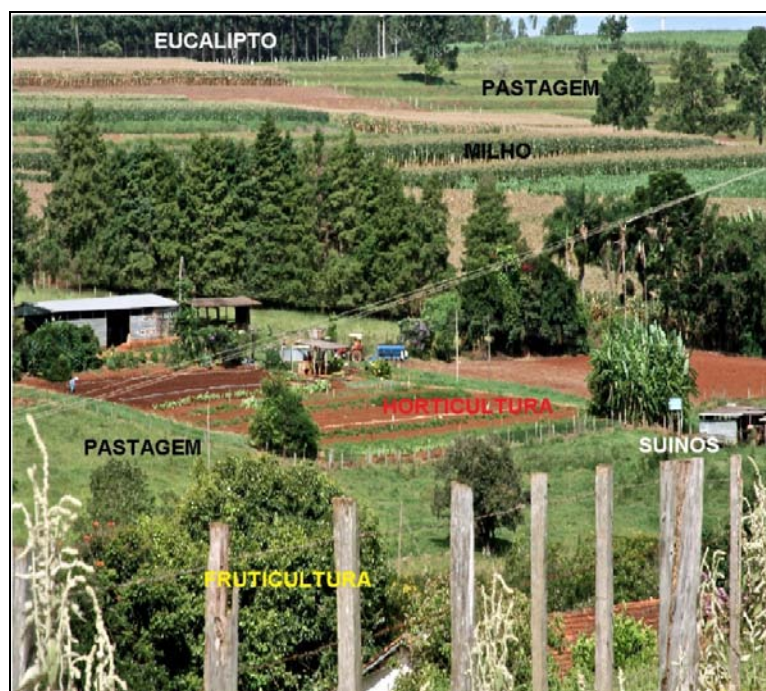
Nota-se também que os sistemas de produção que se concentram nos arredores das sedes, favorecem a economia de mão-de-obra, assim como a ótima utilização dos recursos investidos, que podem ser convertidos em maiores rendimentos financeiros, em uma maior conservação da biodiversidade, a racionalização do uso de insumos externos a propriedade de maneira a reduzir desperdícios e diminuir o impacto ambiental das práticas agrícolas. O

consórcio de atividades produtivas dos agricultores familiares do Alto da Serra de São Pedro pode ser visualizado nas figuras 27, 28 e 29 a seguir.



**Figura 27 –Milho/Pastagens/Horticultura**

Fonte: Canholi (2012)



**Figura 28 – Suinocultura/Horticultura/Eucalipto**

Fonte: Canholi (2012)

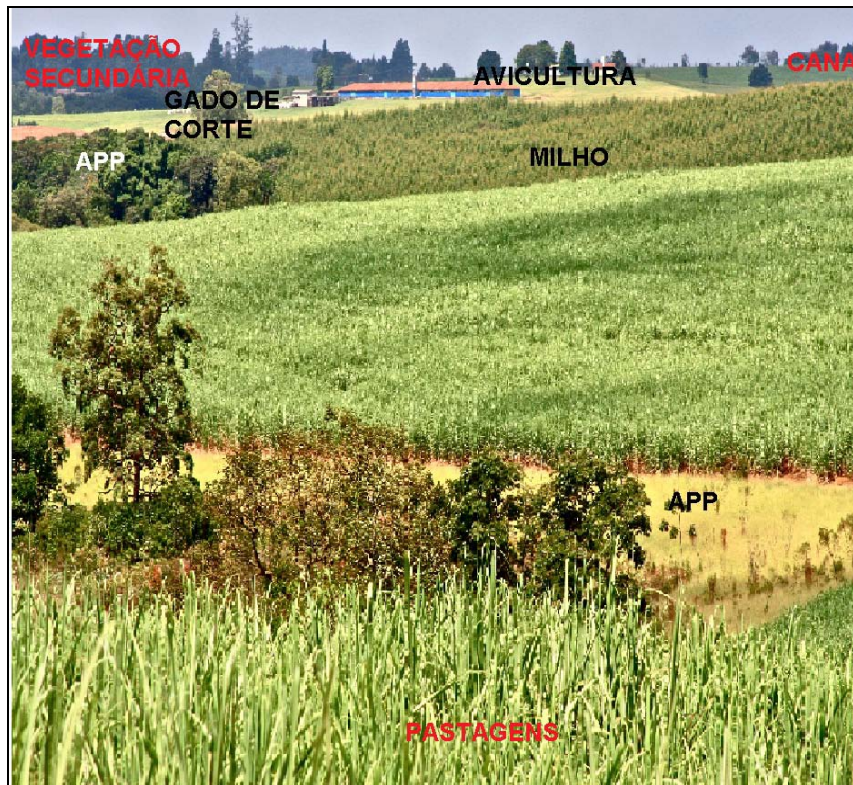


Figura 29 – Avicultura/Cultivo de Grãos/Gado de Corte

Fonte: Canholi (2012)

As famílias deste território priorizam agregar maior qualidade às atividades agrícolas já realizadas à implementação de novas atividades como se pode visualizar no gráfico 8. O desejo de abandonar a atividade agrícola ou migração é insignificante no grupo de 49 agricultores responsáveis pela unidade de produção familiar entrevistados em 2009 para o projeto: **Dinâmicas da Agricultura Familiar em Piracicaba e Região: Estudo dos processos de intervenção e seus impactos nas escolhas e modo de funcionamento das unidades de produção**” de Moruzzi Marques et al. (2011), o qual gerou as pesquisas: Estratégias dos agricultores familiares de São Pedro/SP: perspectivas de consolidação de um sistema agroalimentar localizado (SIAL)? (MORUZZI MARQUES; LUCAS; SARMENTO, 2010) e Trajetórias da Agricultura Familiar e o Papel da Extensão Rural: Estudo do Caso do Alto da Serra de São Pedro (DE LUCAS; MORUZZI MARQUES; SARMENTO, 2010).

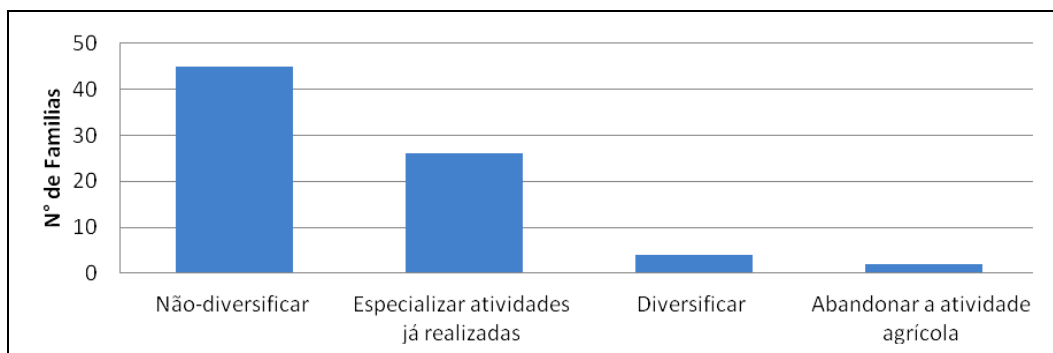


Gráfico 3 - Perspectivas de abandono das atividades agrícolas das famílias do Alto da Serra de São Pedro

Fonte: dados obtidos a partir das entrevistas de Moruzzi Marques et. al. (2011) para o projeto “Dinâmicas da Agricultura Familiar em Piracicaba e Região: Estudo dos processos de intervenção e seus impactos nas escolhas e modo de funcionamento das unidades de produção”

### 3.4 Resultados

No intuito de levantar informações sobre as migrações no local de estudo e os planos de futuro da juventude, aplicou-se um questionário específico com 26 jovens encontrados no Alto da Serra de São Pedro (14 a 29 anos) na ocasião desta pesquisa (2012-2013), em duas escolas públicas regionais (APÊNDICE A).

A partir dos dados dos questionários notou-se que a transmissão do patrimônio fundiário na área de estudo se dá de modo bastante diverso, de forma que os jovens rurais em sua maioria mantêm dependência financeira e, dentre aqueles que se dedicam também às atividades agrícolas, dependência da propriedade familiar para exercer a agricultura.

Como nas últimas décadas nota-se um volume maior de pesquisas que consideram em suas metodologias a avaliação da percepção ambiental dos moradores de certa localidade, acerca das potencialidades turísticas, como um instrumento de compreensão das relações entre homem-natureza, enfatizou-se aqui a percepção do potencial ambiental do local

Segundo Rodrigues (1992) o turismo vem assumindo grande importância nas Ciências Sociais e, principalmente, na Geografia, pois a relação deste fenômeno com o espaço e o tempo implica em análises das mais diferentes variáveis. Dentro do enfoque da geografia, cabe ressaltar que o caráter espacial da atividade turística se manifesta no território. Portanto as análises associadas a percepção do potencial ambiental e turístico, são frequentemente realizadas por meio da identificação conjunto de informações sobre os recursos naturais locais, capazes de orientar investimentos públicos e privados voltados para o desenvolvimento turístico local.



Atualmente também, muito se tem discutido sobre as diversas facetas do turismo, seja ele denominado em agroturismo, ecoturismo ou turismo rural de base local, e seu alcance em impulsionar o desenvolvimento econômico em pequenas comunidades. Com isso o território do Alto da Serra de São Pedro pode ser representado pelos atrativos turísticos com alguma infra-estrutura apoiada pela prefeitura.

Neste contexto, deve-se levar em consideração, que embora os agricultores tentem se apoderar de iniciativas voltadas à exploração turística em torno de seus recursos locais, torna-se muito importante uma fonte de capacitação que oriente uma formação inicial para o turismo, justamente na compreensão das formas de valorização de seu patrimônio histórico/cultural e ambiental, que promova interesse na população em realizar este resgate. Além dos patrimônios histórico e cultural nota-se no Alto da Serra de São Pedro, uma valorização da vegetação nativa, de quedas d'águas e fauna silvestre.

As atrações turísticas locais vinculadas à geomorfologia, aos recursos hídricos e ao patrimônio histórico do território foram identificadas e estão relacionadas no quadro 3 e nas figuras 30, 31, 32 e 33 a seguir.

<b>Atrações Turísticas do Alto da Serra de São Pedro</b>	
<b>Tiroleza</b>	Localização: km 2,5 da Rodovia São Pedro a Itirapina. Platô, altitude de 900 metros, com vista privilegiada de toda formação geológica da “cuesta” de Botucatu
<b>Cruzeiro do Falcão</b>	Localização: Rodovia Ulisses Guimarães, a 26 km do centro urbano, uma depressão, constituída de um paredão rochoso e um □óstão, com profundidade aproximada é de 15m, acessada por trilha, onde se pratica <i>rappel</i> , montanhismo, alpinismo e caminhada
<b>Pedra Branca</b>	Localização: km 11 da Rodovia Ulisses Guimarães, uma formação rochosa na qual se avista a Cuesta
<b>Cachoeira do Dinossauro</b>	Localização: Rodovia Elísio de Paula Teixeira, no Pé da Serra, com queda de 80 metros, a 600 metros de altitude é uma das maiores cachoeiras de São Pedro e região, com vista para chapadão, vales, rios, cavernas e lagos. Também logo ao lado existem mais 2 cachoeiras, a Cachoeira do Alemão e a Cachoeira dos Malucos
<b>Cachoeira do Saltão</b>	Localização: Rodovia Ulisses Guimarães, km 23, com 75 metros de altura e 4 metros de profundidade
<b>Cachoeira do Astor</b>	Localização: Rodovia Ulisses Guimarães, km 22, na região do Patrimônio, formada pelo Ribeirão do Pinheirinho, encontra o trabalho pioneiro de manutenção e preservação da mata ciliar
<b>Cachoeira da Esperança</b>	Localização: Rodovia Ulisses Guimarães, km 22, com 35 metros, onde, com um rapel guiado seguido de uma tirolesa de 40 metros, avista-se o profundo Poço da Lontra
<b>Cachoeira Palmeiras</b>	Localização: Rodovia Ulisses Guimarães, km 22, com 45 metros de altura, na fazenda Palmeiras

Quadro 3 – Relação das atrações turísticas nas proximidades do Alto da Serra de São Pedro.

Fonte: Mapa Turístico de São Pedro (2013)



Figura 30 – Indicação dos pontos turísticos relacionados ao patrimônio histórico  
Fonte: Canholi (2012)



Figura 31 – Indicação das atividades vinculadas ao patrimônio cultural e ao ecoturismo  
Fonte: Canholi (2012)



Figura 32– Vista da paisagem no Alto da Serra de São Pedro  
Fonte: Canholi (2012)

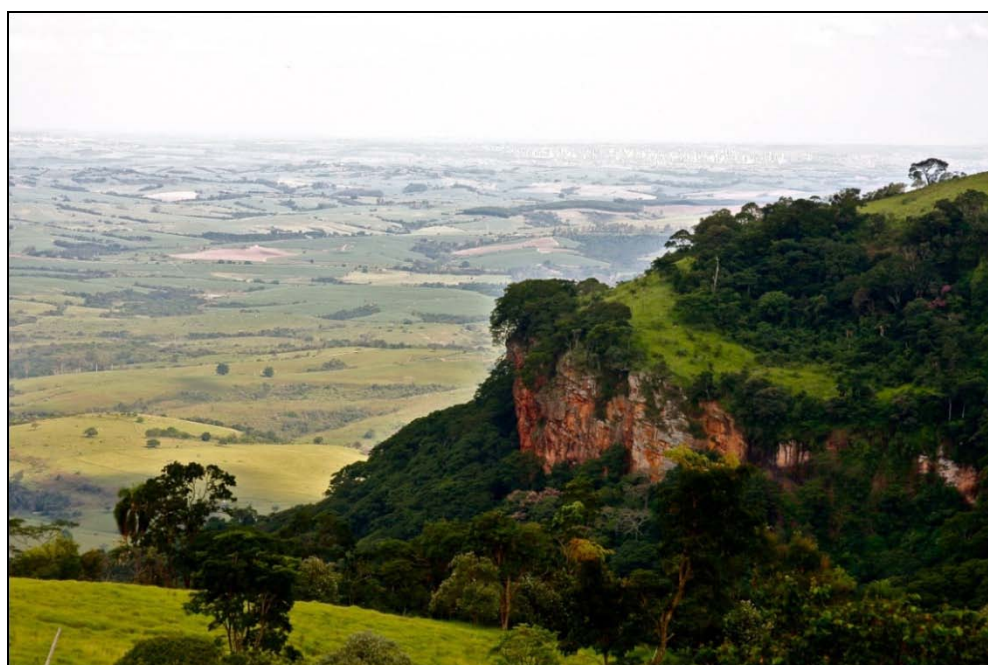


Figura 33 – Pontos turísticos associados a geomorfologia no Alto da Serra de São Pedro  
Fonte: Canholi (2012)

Com relação à percepção do potencial turístico Alto da Serra de São Pedro, principalmente relacionado à paisagem e aos recursos naturais territoriais, cerca de 61% dos 26 jovens encontrados no Alto da Serra de São Pedro reconhecem tal potencial, como relacionado no gráfico 4. A maioria percentual nesta pesquisa citou como principal fonte de turismo regional a visitação das cachoeiras, seguido de passeios à cavalo e os restaurantes na Estada de Itirapina sentido Brotas-SP, bastante procurados pelo público (Gráfico 5). Quando perguntado se as propriedades locais forneciam produtos para tais restaurantes, a resposta foi afirmativa, embora a demanda não seja constante.

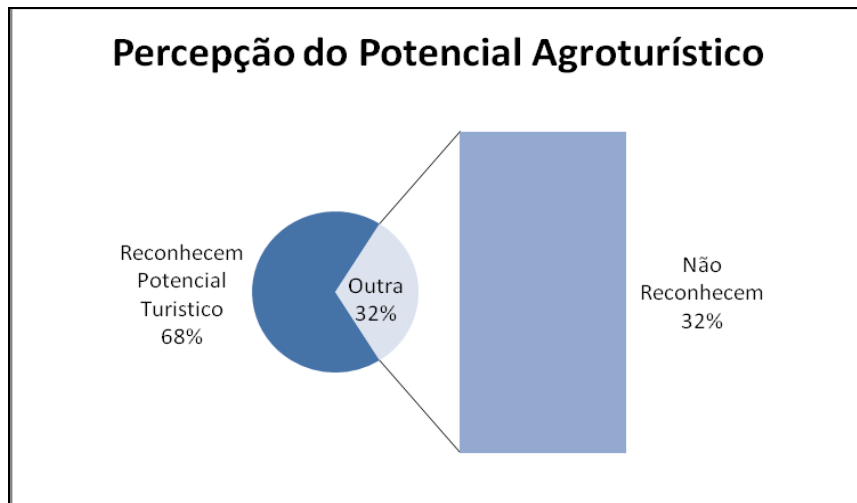


Gráfico 4 - Percepção do potencial agroturístico pelos agricultores familiares  
Fonte: Canholi (2013)

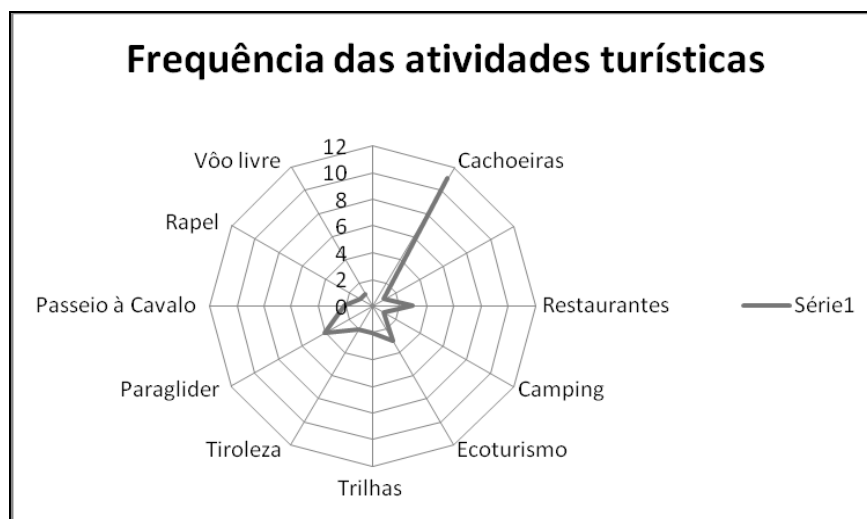


Gráfico 5 – Principais atividades turísticas reconhecidas pelos agricultores familiares  
Fonte: Canholi (2013)

Durante as entrevistas com o grupo de 26 jovens foram levantadas as percepções ambientais relacionadas com as oportunidades de trabalho e renda no território.

Dentre os jovens, 33% vêem oportunidade de emprego e renda atuando no turismo regional, destes, 15% vislumbram a possibilidade de turismo associado à atividade agrícola (agroturismo), como também pretendem realizar alguma profissão associada à agricultura (Gráfico 6). Os outros 67% não reconhecem o potencial turístico regional como possibilidade ou alternativa de obtenção de rendimentos e pretendem seguir profissões não necessariamente

associadas à agricultura ou ao município. Deste grupo, apenas 20% manifestou a vontade em voltar para o município de São Pedro após a conclusão dos estudos universitários.

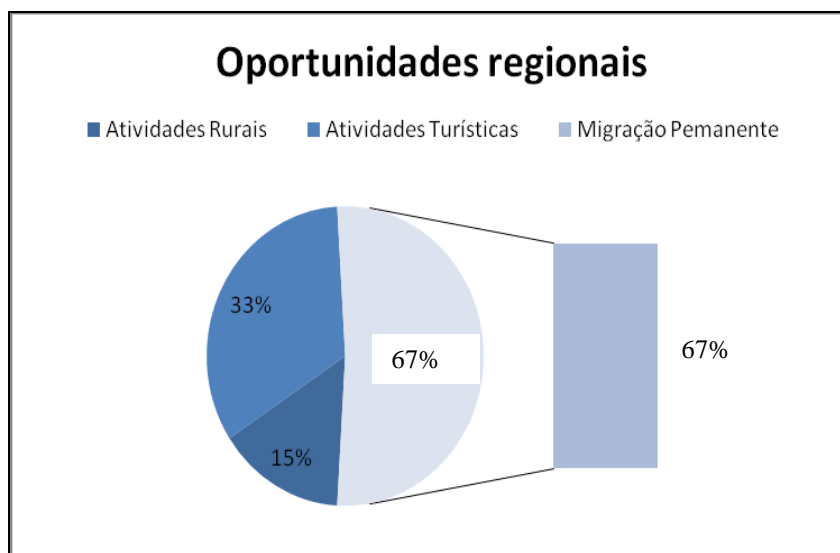


Gráfico 6 – Percepção das atividades territoriais como oportunidade profissional  
Fonte: Canholi (2013)

Quanto ao turismo cultural, segundo Castro et.al.(2008), muito se perde se a população não valorizar o ciclo de vida dos indivíduos e as marcas culturais que a ele se impõem como os rituais de nascimentos, casamentos, enterros; no universo infantil, através dos brinquedos e das brincadeiras regionais, cirandas e cantigas; no trabalho de casa e o da rua, e mesmo nos momentos de lazer e ócio existem representações das vidas que, em cada localidade, são encontradas em constante processo de transformação, estimulado pelos meios de comunicação de massa, mas preservadas na memória, na transmissão oral, no resgate das tradições passadas.

Ainda esta autora ressalta que na linguagem das danças, cantos, fantasias e comidas típicas, o povo traduz na sociedade em que vive suas crenças e valores. Nos festejos, na materialidade dos objetos que os artesãos criam que expressam sentimentos, visões de mundo e vivências particulares, resultantes de processo criativo individual, ao mesmo tempo em que revelam experiências coletivas praticadas pelos grupos culturais dos quais participam. Portanto, para que exista o turismo local é sumamente necessária a conservação das tradições, neste caso, também pelas novas gerações de agricultores familiares.

### 3.5.1 As trajetórias migratórias e êxodo rural

Desde a década de 1950, como já apresentado na revisão bibliográfica desta tese, tem se constatado no Brasil movimentos migratórios múltiplos, notadamente de agricultores familiares. Esses movimentos apresentavam fluxos bastante definidos, como no sentido do Norte-Nordeste-Sul e interior-capital. Entre 1950 e 1970 as migrações eram realizadas na faixa etária predominantemente entre 39 e 45 anos. A partir de 1990 o IBGE registrou migrações na faixa etária entre 20 e 24 para a categoria “trabalhadores rurais”.

Com vista a uma averiguação específica, foi investigada a trajetória migracional de 26 jovens encontrados no Alto da Serra de São Pedro, sobre os locais de origem e as perspectivas de destino desta categoria.

Cabe ressaltar, que nas duas últimas décadas foi observado no interior paulista um aumento da migração de "retorno". Ou seja, a migração não se finaliza no retorno à área de origem, mas se prolonga em outras etapas e/ou outros movimentos migratórios dependendo da oferta de trabalho e melhores condições de vida entre cidades do interior. Embora o êxodo rural seja uma tendência geral das migrações no Brasil, há formas intermediárias, onde não ocorre a saída de toda a família e nem a saída definitiva dos membros que migram. A expectativa de voltar à origem e, portanto, de uma migração não definitiva é uma ideia quase generalizada entre os migrantes, porém a efetivação do retorno só pode ser estabelecido pós-fato, como estudado por Menezes (1993).

No intuito de reunir o maior número de jovens do Alto da Serra de São Pedro, de forma a identificar aqueles que ainda não realizaram a sucessão da unidade produtiva familiar, a busca se direcionou primeiramente à Escola de Ensino Fundamental do Bairro Santo Antônio – Alto da Serra de São Pedro-SP (Figura 34), de forma também a procurar mediadores da área da educação para a realização da entrevista com o grupo jovem etariamente considerado “grupo vulnerável”, segundo o Comitê de Ética na Pesquisa com seres humanos. Nesta escola estudam crianças e adolescentes entre 7 e 18 anos. Lembrando que foram considerados nesta pesquisa os jovens entre 14 e 29 anos, de forma que esta escolha foi condicionada pelos seguintes fatores:

- I. Ponderou-se que haveria certa dificuldade em investigar os planos de futuro em menores de 13 anos, visto que comumente os pré-adolescentes e as crianças ainda não possuem uma ideia clara ou amadurecimento suficiente para apontar a escolha de uma carreira/profissão ou justificar um futuro processo de migração;
- II. No corte etário entre 14 e 18 anos supõe-se que os alunos estariam cursando o 8º ou 9º ano;

- III. Considerando que esta escola apenas se destina a realização do ensino fundamental, há indícios de busca de outras escolas para realização do ensino médio, supostamente nas cidades próximas, o que poderia fornecer informações acerca de uma provável migração temporária ou planejamento de êxodo rural.

Visando a identificação dos jovens rurais maiores de 16 anos, por ventura cursando o ensino médio, foi examinada a possibilidade de encontrá-los nas escolas na cidade de São Pedro-SP. Por meio do contato com professores e coordenadores de ensino da região, foi sugerida a pesquisa em uma Escola Estadual (Figura 35), pela concentração de um grande número de alunos provenientes do Alto da Serra em variadas turmas.



Figura 34 – Vista da Escola de Ensino Fundamental no Alto da Serra de São Pedro  
Fonte: Canholi (2012)



Figura 35 – Estudantes da Escola de Ensino Médio em São Pedro  
Fonte: Marcos de Aquino (2013)



Com o ensino médio realizado somente em escola urbana, supostamente os jovens provenientes do Alto da Serra de São Pedro, poderiam já estar residindo temporária ou permanentemente na cidade. Com isso, foi considerado um recorte diferente nesta investigação, para que este também identificasse particularidades da trajetória migratória por outros componentes.

Logo, de modo a identificar o maior número de jovens provenientes do Alto da Serra de São Pedro nas escolas urbanas foram considerados nesta análise:

- I. Jovens que residem no Alto da Serra de São Pedro, mas estudam na cidade;
- II. Jovens ex-residentes do Alto da Serra de São Pedro, que atualmente residem na cidade;  
Se a família do jovem também migrou devido à busca de oportunidade de estudo para os filhos foram considerados:
- III. Jovens cuja família reside na cidade, mas mantém propriedade no Alto da Serra de São Pedro; e
- IV. Jovens cuja família reside na cidade, mas mantém atividade rural geradora de renda no Alto da Serra de São Pedro (trabalhadores rurais que residem na cidade).

### **3.5.2 Perfil migracional**

A região de São Pedro possui 33.638 habitantes e uma densidade demográfica de 51,98 habitantes por km<sup>2</sup>. Segundo os dados gerais do IBGE para esta região, o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários na faixa etária até 29 anos era composto em 31/12/2013 por 832 homens e 298 mulheres.

Neste escopo, dando prosseguimento à pesquisa, na amostra de 26 jovens rurais, residentes do Alto da Serra de São Pedro, notou-se entre os jovens que estudam e trabalham, 61% dos entrevistados auxiliam as famílias nas atividades rurais e 18% trabalham nas cidades em atividades como o comércio, restaurantes, auxiliares de escritório, prestação de serviços gerais como encanadores, eletricitas, moto-boy etc. (Gráfico 7).

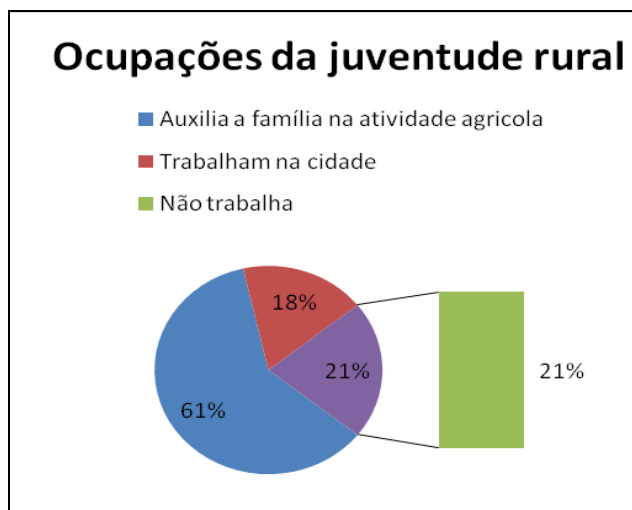


Gráfico 7 – Ocupações da juventude rural em 2013  
Fonte: Canholi (2013)

Em relação à educação, pode se notar uma mudança crescente de uma geração para outra, sendo que a maioria dos responsáveis pelos estabelecimentos possui pelo menos até a 4<sup>o</sup> série (MORUZZI MARQUES et. al. 2011).

Com relação aos índices municipais, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador da qualidade da Educação desenvolvido pelo Ministério da Educação. Os valores variam de 1 a 10. Para o Ensino Fundamental, os dados do Brasil e Regiões englobam escolas públicas (urbanas e rurais) e escolas privadas (urbanas e rurais). Em São Pedro o índice do ensino fundamental está em torno de 5,7 (Quadro 4).

Localidade	Ens. Fundamental	Ensino Fundamental	Ensino Médio
<b>São Pedro (2011)</b>	<b>5,7</b>	<b>3,8</b>	--
São Paulo (2011)	5,6	4,7	4,1
Região Sudeste (2011)	5,6	4,5	3,9
Brasil (2011)	5	4,1	3,7

Quadro 4 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em São Pedro-SP  
Fonte: MEC (2011)

Quanto às posições dos agricultores em relação ao futuro dos filhos e da propriedade, cabe destacar que, dentre os 26 jovens que responderam às entrevistas 60% gostariam de dar prosseguimento à atividade agrícola ou a profissão paterna. Os outros 40% relataram que consideram o trabalho agrícola como árduo, e não geram mais bons rendimentos como antigamente.

Verificou-se também que nestas unidades familiares, pelo menos um dos filhos dos responsáveis pela propriedade trabalha na atividade agrícola, embora não há a certeza se este será o sucessor. Comprovou-se que as pequenas propriedades neste modelo produtivo conseguem gerar renda para apenas 1 ou no máximo 2 famílias sucessoras, como já citado, de forma que os demais herdeiros se destinam a outros trabalhos nos arredores ou nas cidades próximas.

De certo modo, atualmente também se destaca uma mudança de perspectiva nas propriedades agrícolas. Tomando o exemplo do fenômeno de reagrarização das propriedades rurais europeias em tempo de crise econômica. No passado, a educação levava ao afastamento da atividade agrícola, como constatado nas gerações anteriores; os sucessores geralmente eram aqueles que não tinham a oportunidade de estudar. Presentemente, as aplicações tecnológicas na agricultura requerem uma boa formação técnica ou educacional. Ou seja, atualmente uma unidade produtiva bem administrada pode gerar bons rendimentos ou até melhores do que os trabalhos assalariados nos centros urbanos.

### 3.5.3 Estimativas de migração juvenil

Em 2013 foram identificados 15 jovens entre 14 e 18 anos que residem no Alto da Serra de São Pedro e estudam na Escola Fundamental; 11 entre 16 e 20 anos que residem no Alto da Serra de São Pedro e estudam na cidade; e 2 que recentemente migraram para São Pedro, mas possuem propriedade familiar (Quadro 5).

<b>Jovens rurais</b>	<b>2013</b>
Estudantes - escola rural	<b>15</b>
Estudantes - escola urbana	<b>11</b>
<b>Residentes do Alto da Serra de São Pedro</b>	<b>26</b>

Quadro 5 – Número jovens estudantes que residem no Alto da Serra de São Pedro 2013

Fonte: Canholi (2013)

Na entrevista com os 26 jovens encontrados em 2013 (Quadro 16), constatou-se um histórico de 3 migrações em média já realizadas pelas famílias desses jovens desde seu nascimento, de forma que 50% deste grupo é natural de São Pedro. A família dos outros 50%

está em processo migratório há pelo menos 10 anos ou tem origem em cidades interioranas próximas como Santa Barbara do Oeste, Limeira, Rio Claro, Botucatu, Descalvado e Brotas.

Cabe ressaltar que 50% desses jovens encontram-se em processo de migração constante. (Gráfico 8). Entre as trajetórias familiares realizadas há também migrações entre áreas rurais em 55% dos casos (Gráfico 9), o que não é considerado êxodo. Os motivos migracionais familiares estão relacionados a melhores condições de estudo, trabalho e renda.

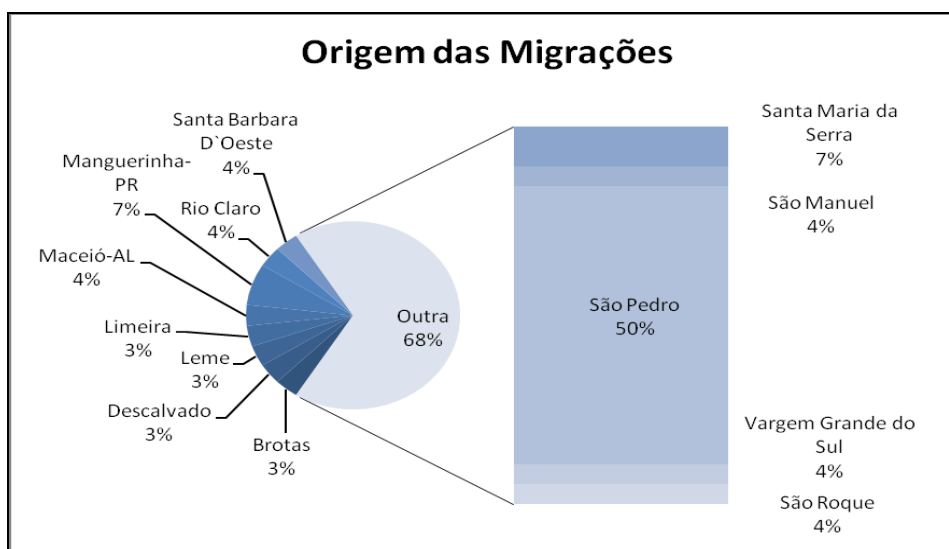


Gráfico 8 – Origem dos jovens rurais do Alto da Serra de São Pedro  
Fonte: Canholi (2013)

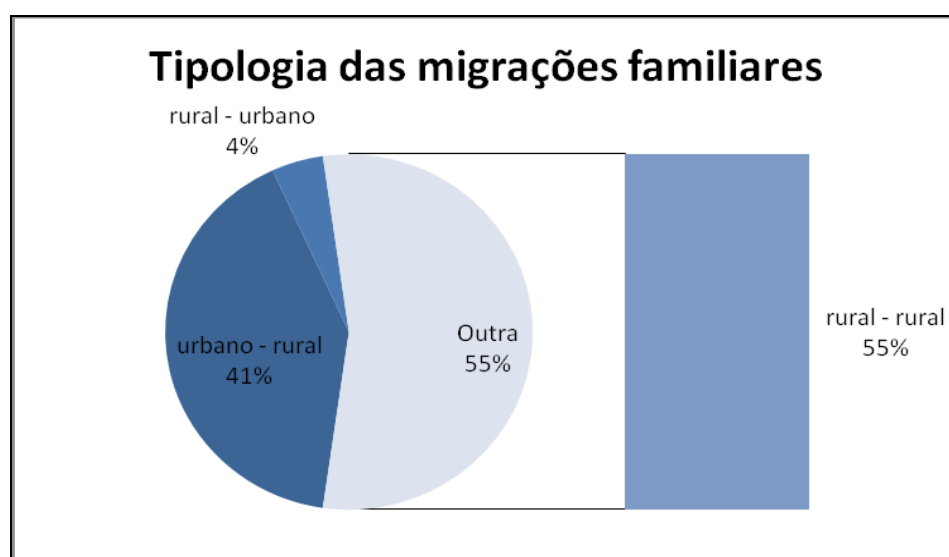


Gráfico 9 – Tipo de trajetória migracional realizada pelas famílias rurais do Alto da Serra de São Pedro  
Fonte: Canholi (2013)

Com relação aos planos de futuro, cerca de 52% dos 26 jovens entrevistados em 2013 pretendem realizar uma migração permanente para realização do ensino superior ou ir em busca de novas oportunidades de trabalho nas cidades. Já os outros 48% dos entrevistados gostariam de seguir a profissão dos pais (agricultores) mesmo que em diferentes regiões.

Os entrevistados mencionaram uma gama de profissões universitárias pretendidas. As profissões relacionadas ao manejo das áreas agrícolas aparecem com maior frequência, como a Agronomia e a Medicina Veterinária (Gráfico 10). Dentre os destinos desejados para a migração, com vistas à realização de curso superior, prevaleceram em maior porcentagem aqueles localizados nas cidades do interior paulista (Gráfico 11).

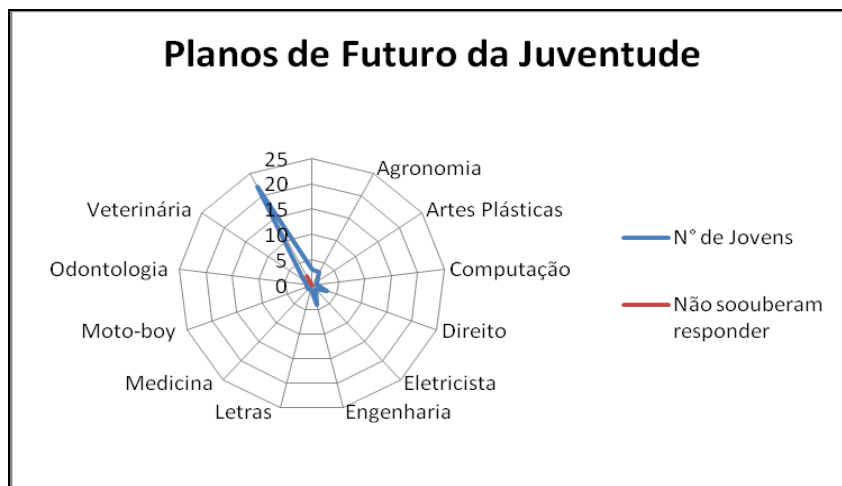


Gráfico 10 – Frequência das profissões mencionadas pelos jovens rurais como plano de futuro profissional  
Fonte: Canholi (2013)

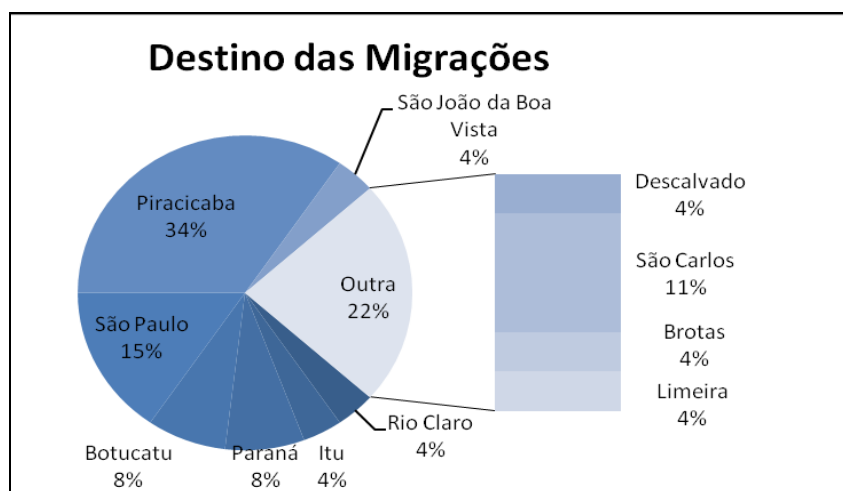


Gráfico 11 – Destino das possíveis migrações relacionadas aos planos de futuro profissional dos jovens rurais  
Fonte: Canholi (2013)

A princípio notou-se que existe entre os jovens rurais um discurso fortemente orientado à qualificação universitária, como projeto profissional. Percebe-se também uma convergência, assim como nos jovens urbanos, que estes planejam entrar mais tardiamente no mercado de trabalho. Tal fenômeno está associado a uma série de ações ou a uma tendência geral de preparação pessoal que estimula o emprego no setor privado, em suas exigências complementares como pós-graduação, especialização, ciência de línguas estrangeiras etc, diferentemente do ensino técnico, notadamente bastante procurado nas décadas anteriores, em instituições interioranas e periféricas, voltado para o setor industrial.

Lembrando que a juventude rural é um grupo bastante heterogêneo em termos educacionais; já que também existem jovens com dificuldade no acesso ao ensino fundamental ou mesmo concluindo os estudos não possuem satisfatória qualificação, devido também ao precário sistema de ensino na grande maioria das escolas públicas rurais.

Em 2007, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, dentre a população na faixa etária entre 16 e 29 anos, apenas 13% estava inscrita no ensino superior. Em relação ao grau de escolaridade da juventude rural, este é 30% inferior ao da juventude urbana. Confirmando as premissas de Cunha (2011), o acesso ou não do jovem ao Ensino Superior ainda está relacionado ao nível de escolaridade dos pais e à renda da família.

Em plena “Era da informação” destaca-se também que as escolas rurais dificilmente têm acesso a computadores ou a internet. Quanto à leitura, 41% dos jovens entrevistados nunca leram um livro ou dizem que não tem interesse em ler. Quanto ao uso da internet observou-se que 28% não têm internet em casa, porém a grande maioria, aproximadamente 70% deles participa de alguma rede social.

### **3.5.7 Narrativas do grupo “jovem”**

Neste momento da pesquisa, buscou-se analisar os sistemas simbólicos da juventude, como forma de articular eventos para compreender um pouco mais sobre os processos intervenientes nas migrações juvenis.

De fato, percebeu-se que ao contar seus planos de futuro, o jovem geralmente modela sua resposta de acordo com as convenções sociais aceitáveis, as quais já integram a sua maneira de ser. Em outras palavras, observou-se que a ordem discursiva de experiências familiares, de narrativas regionais, ou seja, um modo específico de elaboração e constituição da realidade local.

Com isso, a fim de estudar estes modos, selecionou-se cuidadosamente as narrativas mais marcantes nas entrevistas realizadas: “O trabalho rural é bastante pesado, não há escolas

e universidades no campo, nem lazer” (Jovem de 15 anos, estudante do 9º ano da Escola do Alto da Serra de São Pedro); “Não tem onde se divertir” (Jovem de 14 anos, estudante do 7º ano da Escola do Alto da Serra de São Pedro); “Aqui não tenho como me formar delegada” (Jovem de 14 anos, estudante do 8º ano da Escola do Alto da Serra de São Pedro).

Sobre os planos de futuro da juventude relatados, a busca de melhores oportunidades educacionais é preponderante, visando à formação universitária na maioria dos casos. A jovem de 14 anos relata que não há possibilidade de formação acadêmica vivendo no campo. Com isso, o êxodo rural é certo.

Uma educação de qualidade no campo, embora bastante reivindicada pelas populações rurais, continua sendo negligenciada pelos governos. Neste contexto, uma transformação radical da sociedade, no sentido de fazê-la menos injusta, essencialmente se assenta no fato de que o acesso à escolarização deve ser prioritário, de forma a não comprometer o próprio exercício de cidadania, uma vez que se comprova que os jovens da atualidade não têm como direito, na grande maioria das vezes, a opção de residir e estudar no mesmo local (rural), como coloca a estudante de 14 anos sobre a necessidade de implementação do ensino médio no Alto da Serra de São Pedro: “Falta o colegial, porque no ano que vem temos que ir pra São Pedro” (Jovem de 14 anos do 9º ano da Escola do Alto da Serra de São Pedro).

Segundo Pessoa (1998), o poder público continua tomando medidas na contramão da implantação de novas escolas rurais, levando os estudantes para escolas da cidade, por ser financeiramente mais viável, como é o caso dos alunos do Alto da Serra de São Pedro. Existe também grande desmotivação por parte dos estudantes rurais quando questionados sobre a mudança para escolas urbanas, ou pela distância ou pela adaptação ao novo ambiente. Destacando que nas escolas urbanas, a referência pedagógica dominante é a cultura urbana. Portanto, pode-se ponderar que um dos fatores que acarretam nos vazios demográficos rurais, e que comprometem o desenvolvimento regional, não obstante está na falta de oportunidades educacionais aos jovens e aos futuros jovens agricultores (de todo tipo, formal, técnica, no âmbito das capacitações etc.), as quais também são necessárias para a compreensão da modernização e informatização das inovações agrícolas da atualidade.

Muitos são os autores que defendem que além dos problemas estruturais das escolas rurais, existe uma inerente inadequação dos currículos à realidade das populações que vivem no campo, e que as escolas rurais demandam ter suas especificidades respeitadas e tratadas numa perspectiva de inclusão pedagógica regional.

Neste sentido, cabe o relato do estudante de 17 anos sobre a existência de uma grande diversidade de formas de ensino ou pedagogias, por ora disponíveis, porém pouco aplicadas:

“Precisa mudar o jeito de ensinar, pois cada aluno tem seu jeito de aprender” (Jovem de 17 anos do 1º ano colegial da Escola Estadual de São Pedro).

A educação, como prática social se desenvolve nas relações estabelecidas entre os indivíduos, seja na escola ou em outras esferas da vida social. Nesta ótica, diferentes ambientes do jovem, inclusive o trabalho agrícola, constituem-se em processos educativos, assim como os processos educativos desenvolvidos na escola. Com isso a educação voltada à formação dos jovens rurais também se define a partir dos desafios e necessidades locais, potencialidades e da vontade de apropriação da cultura regional.

Infelizmente, quanto mais se adentra as regiões interioranas, mais os indicadores sociais, que avaliam a educação, vão se tornando diminutos, denunciando assim vulnerabilidade dos direitos educacionais de várias gerações que habitam o rural.

Cabe ainda ressaltar, que nos dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgados pela Organização das Nações Unidas em Brasília, o Brasil, entre 1991 e 2010, avançou nos três itens de medição: educação, longevidade e renda. Quanto à educação o 1º colocado nesse item foi o município de Águas de São Pedro, no interior de São Paulo, com índice 0,824 (quanto mais próximo de 1, melhor a situação).

Com isso, é importante destacar que São Pedro localiza-se a 8,6 km de Águas de São Pedro e está em 196º lugar no IDHM. A colocação do jovem de 15 anos quando se refere a falta de recursos no Alto da Serra de São Pedro, torna-se pertinente: “A Serra não tem recursos” (Jovem de 15 anos, estudante do 9º ano da Escola do Alto da Serra de São Pedro). Em um primeiro momento, questiona-se sobre que recursos seriam estes, uma vez que existem recursos naturais, agrícolas e ecológicos etc. em abundância neste território.

Porém, a partir da análise do IDSM, na verificação da disparidade entre a qualidade de ensino entre municípios vizinhos, constata-se que a distribuição de recursos financeiros, para manutenção, custeio e implantação de equipamentos sociais, sobretudo associados à cultura, saúde e educação, mesmo em uma mesma região, dependem totalmente de acordos políticos e partidários. Este fator também contribui na marginalização de escolas rurais mais isoladas, como é o caso do Alto da Serra de São Pedro, na implantação de universidades e cursos técnicos profissionalizantes públicos e gratuitos. Neste cenário também há grande dificuldade em formar professores dispostos a ministrarem em áreas rurais. Uma vez que os professores formados em cursos tradicionais, ou seja, não necessariamente destinados ao público rural, são absorvidos pelos grandes centros.

Quando se trata de uma reforma estrutural das escolas rurais, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) pouco tem investido, salvo no transporte para levar os



estudantes rurais para as escolas urbanas. Um dado intrigante da pesquisa no Alto da Serra de São Pedro é que mesmo constatada a insuficiência na alfabetização de alunos das escolas deste município, na percepção de 97% dos alunos entrevistados, as escolas foram classificadas como boas, muito boas e excelentes entre os indicadores estabelecidos (Gráfico 12). Isto é, mesmo relatada a falta de equipamentos educacionais importantes, como aqueles destinados a difusão da cultura, como bibliotecas, teatros, laboratórios de ciência e informática etc.

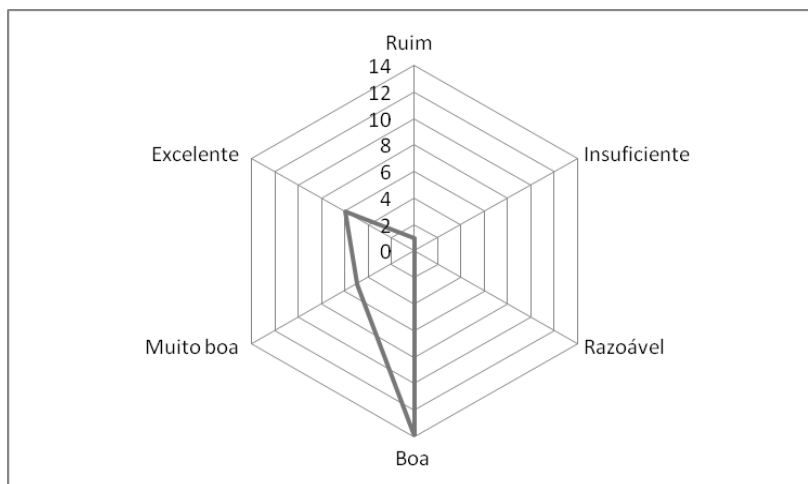


Gráfico 12 – Indicador da satisfação dos alunos em relação às escolas pesquisadas no município de São Pedro-SP

Fonte: Canholi (2013)

Uma vez que os problemas relacionados a esfera educacional podem trazer efeitos deletérios ao futuro dos territórios rurais, cabe ressaltar que segundo os dados do Ministério da Educação (MEC) a infra-estrutura das escolas rurais ainda é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de uma educação de qualidade no campo. De acordo com o ministério, 90% dessas escolas no território nacional, um total de 68.651 unidades, não têm internet. Constata-se que no Brasil apenas 11% das escolas do campo têm biblioteca, 1,1% contam com laboratório de ciências e 12,9% apresentam laboratório de informática.

Em 2010, segundo os resultados do “Projeto Escolas Rurais”, realizado pelo Ibope Inteligência para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a diferença do desempenho das escolas rurais em relação à média do país na Prova Brasil (amostra realizada em turmas multisseriadas em dez Estados, nas cinco regiões do país) foi de quase 34 pontos (193,5 pontos para escolas urbanas e do grupo rural 160 pontos).

Outro dado bastante controverso divulgado pelo MEC em 2013 sobre a educação de crianças e adolescentes é que nos últimos cinco anos 13.691 escolas rurais brasileiras encerraram suas atividades. Entre as principais razões apontadas estão: a migração da

população para as cidades, municipalização das escolas e a nucleação das unidades, que é o agrupamento de uma série de escolas isoladas em um único pólo educacional.

A recente nucleação escolar partiu da ideia que um grande pólo educacional nas periferias urbanas pode oferecer melhor infra-estrutura, principalmente no que diz respeito ao agrupamento de turmas de alunos da mesma idade e maior facilidade de gestão (MEC, 2013). No entanto, esta atitude vem incentivando o fechamento de mais de 13.000 escolas rurais de todo o Brasil, reforçando a transferência dos estudantes para as cidades, onde o ensino pode não contemplar as especificidades de conhecimento e aprendizagem priorizadas pelas comunidades rurais (MARINI, 2010).

Analisando este quadro, Gómez, Freitas e Callejas (2007) destacam que todo o ato educativo está imerso num determinado contexto, que é a síntese de fatores como o espaço, a história, as experiências, os projetos e as circunstâncias naturais em que se desenvolve a prática educativa. Portanto, a nucleação de escolas pode resultar em uma perda não só identitária da juventude rural, no sentido das migrações, mas da valorização dos conhecimentos endógenos e do potencial educativo do território agroturístico e agroalimentar em que esses jovens vivem.

Em sociedades que possuem praticamente todo seu território urbanizado, como no caso de diversos países europeus, nota-se grande preocupação econômica na manutenção de territórios agroalimentares similares ao Alto da Serra de São Pedro, de forma que diversas iniciativas no âmbito do atendimento aos requisitos básicos da juventude residente também são contempladas na efetiva conservação destes espaços.

A França, por exemplo, criou os Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTEs) que implementou novos instrumentos de reforma das políticas públicas dirigidas ao mundo rural. Por meio dos CTEs, inaugurou-se um novo modelo de desenvolvimento agrícola, mais incluyente e integrador das necessidades sociais dos agricultores que o modelo anterior de explorações especializadas, incorporando, na prática, o conceito de multifuncionalidade na agricultura e agroecologia (ARRANZ, 2008).

Com vista aos aspectos discutidos nesta tese, particularmente em relação aos fatores que ocasionaram as migrações e o crescente esvaziamento dos espaços rurais, o governo brasileiro criou o Programa de Fortalecimento dos Territórios Rurais (2013). Neste programa existe uma série de critérios de caracterização de um território rural, dentre estes, o mais significativo é que o território possua mais de 80 habitantes por km<sup>2</sup>. No caso da área de estudo, a densidade demográfica é de 51,59 habitantes por km<sup>2</sup>.

Em geral os problemas dos sistemas de saúde em áreas rurais, também estão relacionados ao mau gerenciamento do dinheiro público, além da ineficiência no uso de recursos devido à falta de supervisão. A saúde em áreas rurais é muito pouco priorizada no Brasil e de grande importância para a melhoria dos padrões de vida e permanência da população no meio rural. Os investimentos de recursos nesta área são essenciais para a formulação de políticas visando maior equidade na utilização dos serviços, como nos cuidados médicos e no acesso aos tratamentos.

Outros fatores que afetam a permanência das populações rurais, não apenas do grupo ‘jovem’ estão relacionados a falta de espaços de divertimento ou “lazer”. Como à ausência de espaços sociais para encontros regionais, principalmente vinculados as atividades desenvolvidas pelas mulheres, como a prática de esportes ou atividades culturais, como artesanatos, dentre suas variantes.

A falta de lazer no campo foi relatada pela grande maioria dos estudantes pesquisados. A origem do discurso relacionado ao “lazer” ficou marcado no século XX, no avanço da produtividade da indústria, que teve como consequência imediata a redução na jornada de trabalho, aliada à prática crescente de atividades exclusas ao tempo de trabalho (dentre elas o lazer). O lazer é uma temática urbana. É na cidade, onde a vida da maioria da população segue o ritmo ditado pelo trabalho alienado, que o lazer acontece.

Deste modo, percebe-se que os jovens embora rurais, estão inseridos em uma temática bastante urbana. Esses vislumbram buscar novas alternativas de divertimento nas cidades, assim como uma melhor qualidade de vida do que aquela que vivem no campo, com todas as suas implicações. O que é bastante curioso sob o ponto de vista dos jovens urbanos, que cada vez mais buscam lazer nas atividades ao ar livre, no campo como o ecoturismo, como forma de descanso ou contemplação.

Portanto, pode-se concordar com Carneiro (1998a) quando afirma que ainda existe uma retórica sobre o rural como lugar de atraso, sem opções, marcada por uma necessidade de saída dos jovens rurais para a cidade em busca do “moderno”, o que reduz a visão sobre o rural como primitivo ou inculto, fazendo o jovem não querer ser visto como “inferior” quando comparado a juventude urbana.

Nesta compensação, o jovem rural sentindo-se rebaixado, muitas vezes tenta se apropriar de novas tecnologias e do conhecimento acadêmico. A mídia atual, por exemplo, gerou um estreitamento de fronteiras na uniformização de certos valores globais, tornando a noção de rural, no sentido de natural e orgânico, cada vez mais distante do mundo sintético e artificializado, e tenta abolir qualquer monotonia do dia-a-dia.

Além da narrativa acerca da falta de divertimento, outra queixa constatada foi em relação à construção de planos de futuro associados aos laços matrimoniais e a realização de estudos superiores, técnicos, universitários e a busca de empregos em indústrias. Com relação aos laços matrimoniais, muitos jovens justificaram a necessidade de êxodo rural justamente pela busca de um cônjuge.

De fato se considerarmos o desequilíbrio demográfico entre os sexos ou a masculinização do campo como fato constatado em diversas pesquisas, pensa-se que esta necessidade se assenta em maior grau para os rapazes. No entanto, as moças, no caso analisado são as primeiras a realizarem a migração. Segundo Stropasolas (2004) embora a migração seletiva não seja um fenômeno novo, o que impressiona é não só a ausência de estudos recentes a respeito, mas, sobretudo, a magnitude que ela parece estar assumindo nas áreas de predomínio da agricultura familiar. Tal queixa está representada no relato: “Aqui não tenho como formar uma família” (Jovem de 14 anos, estudante do 8º ano da Escola do Alto da Serra de São Pedro).

Pode-se constatar que as relações sociais nos espaços rurais continuam bastante excludentes quando se trata das questões femininas. Como relatado, as mulheres migram em maior número, mais precocemente e sem planos de retornar a propriedade familiar. Portanto, existe uma relação entre o viés de gênero dos processos sucessórios e a migração seletiva no campo.

Neste escopo, ainda vigora o discurso que a vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Neste caso nota-se que ou os rapazes têm maior apoio para levar adiante atividades produtivas, estimulados pela sucessão direta do pai, que são alternativas válidas em relação à migração. As moças possuem maiores aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional, em detrimento das atividades domésticas rurais, comumente por elas realizadas.

Confirmando a hipótese de Stropasolas (2004), o local de estudo apontou que o primado e a supremacia na gestão dos espaços rurais continuam pertencendo aos homens, predominantemente, embora existam exceções. Mesmo as moças, para viverem no campo na sucessão da herança patrimonial, devem buscar um estilo de vida correlato a de seus pais – que aparece muito vinculado a necessidade de casamento. Na atualidade nota-se ainda que o êxodo rural e busca de instrução pelas moças, anteriormente presas a casa e constrangidas a aceitar as decisões de seus pais, gerou certa emancipação feminina. As moças que buscaram maior instrução ou emprego na cidade recusam o casamento precoce e a vida social vinculada à agricultura. Entretanto, pode-se considerar que o êxodo feminino é, essencialmente,

resultado do fato das mulheres buscarem melhor preparação intelectual ou a entrada mais precoce no mercado de trabalho quando comparadas aos rapazes, cuja emancipação, quando não por vias sucessoriais, se dá mais tardiamente.

Em vista disso, o questionamento dos padrões matrimoniais nas áreas rurais e a troca de informações e experiências com os jovens (parentes e amigos), que passam a residir na cidade introduzem novas expectativas ao horizonte das jovens rurais, as quais começam a colocar em primeiro plano a vontade de realizar outros projetos de vida e o desejo de experimentar diferentes possibilidades nos relacionamentos.

Torna-se curiosa a afirmação da estudante sobre a migração para formação de família, em uma época que o casamento se tornou algo secundário, até mesmo nas narrativas dos mais velhos, quando aconselham os jovens a não se casarem tão cedo, de forma que isto possa ser realizado após a ascensão profissional. Por outro lado, o acesso à educação quando se dá por meio da migração se constitui em um verdadeiro ‘divisor de águas’ dos laços de reprodução social da agricultura familiar, também pelas oportunidades afetivas.

Em suma, existe no Alto da Serra de São Pedro um cenário bastante tradicional baseado nos modelos de família nuclear, que visa um futuro promissor para os jovens na constituição de famílias, mesmo que este processo se dê fora da propriedade agrícola. Utilizando as palavras de Stropasolas (2004), ainda na agricultura familiar, o sonho de receber um ‘sim’ em uma cerimônia matrimonial é precedido de muitas interrogações, levantadas, sobretudo, pelas moças ‘acostumadas’ a receber sempre ‘não’ na sua realidade cotidiana, como contrapartida do papel e do lugar que ocupam (ou que desejam conquistar) na família e na sociedade.

Um terceiro ponto relatado, dentre os motivos que impulsionam as migrações juvenis, está relacionado à necessidade de novas frentes de trabalho na região, incluindo, empregos e/ou auto-empregos realizados em boas condições e convenientemente remunerados. No relato do jovem de 16 anos, nota-se que existe um discurso desenvolvimentista que categoriza a indústria como principal vetor de crescimento econômico e da na geração de empregos no interior paulista: “Faltam indústrias em São Pedro” (Jovem de 16 anos, estudante do 9º ano da Escola do Alto da Serra de São Pedro).

Tais narrativas tiveram sua origem entre 1970 e 1980 com base na propaganda tecnológica difundida pelos novos mercados competitivos, que também geraram uma série de externalidades negativas de caráter ambiental e social. Principalmente no caso da mudança das bases agrícolas (agroalimentar para energética) dos territórios rurais. Atualmente, o debate público pauta-se na consolidação de um novo paradigma produtivo, em razão da adoção de

estilos alternativos de desenvolvimento, que privilegiam a revalorização das dimensões territoriais, regionais e espaciais de cada local.

Uma democracia ambiental a partir de uma autogestão comunitária, segundo os novos padrões eco-tecnológicos defendidos por Leff (2002). Em relação às políticas de descentralização das industriais adotadas nas últimas décadas, o interior paulista ainda tem mantido uma visão positiva sobre as iniciativas governamentais em alocar os polos industriais ou construir novos distritos. Em detrimento a esta posição, cabe ressaltar que o setor industrial nos últimos anos com a abertura econômica e o moderado crescimento produziu taxas elevadas de desemprego e alteraram a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho também no interior.

A ideia de que a educação é a saída para o desemprego em qualquer região, tornou-se duvidosa. Atualmente o desemprego tem atingido também os mais "escolarizados", uma vez que os avanços do processo de modernização e de reestruturação das indústrias também seguem provocando reduções nos níveis ocupacionais, sobretudo aqueles de maior escolaridade.

O processo de privatização em especial dos setores agrícola, da siderurgia, da mineração e transporte, suprimiu milhares de empregos, além da abertura comercial que impulsionou, também, a geração de novos padrões e normas internacionais de concorrência e de produção (programas de qualidade total, terceirização, entre outros) que mudaram as bases para contratação de funcionários nos sistemas operacionais das indústrias atuais.

Conseqüentemente, houve uma desarticulação de uma série de cadeias produtivas, acarretando na diminuição de parte significativa dos empregos, ao invés de gerá-los. O resultado destas mudanças tem sido a redução do assalariamento com registro (setor formal), a elevação do subemprego, a ampliação da economia informal favorecendo, assim, a expansão da pobreza e da precarização no mercado de trabalho para a categoria jovem principalmente.

#### **3.5.4 Principais fatores intervenientes nas migrações juvenis**

Como observado, a população jovem do Alto da Serra de São Pedro encontra-se em plena migração para as cidades próximas, com predominância das mulheres, e esta migração vem sendo orientada por motivações sociais e econômicas.

A procura de melhores condições de trabalho e renda, saúde, educação, mesmo a busca de cursos superiores com vista à ascensão profissional, se enquadra nas motivações principais da juventude pesquisada. As preocupações referentes à dificuldade em manter os rendimentos da atividade agrícola, as pressões territoriais sofridas pelo arrendamento das

terras, às flutuações econômicas em períodos de endividamentos, ou até mesmo, a busca por outras atividades, não-agrícolas ou urbanas, na maioria dos casos configuram-se como motivações econômicas, principalmente dos responsáveis pelas propriedades (maiores de 29 anos).

Neste escopo, verificou-se que os fatores motivadores do êxodo rural estão mais fortemente atrelados à falta de recursos em atendimento as necessidades básicas no local de origem, do que a um suposto ponto de atração, como a alocação desta mão-de-obra em algum outro destino. Ou seja, neste caso, não existe especificamente um centro de absorção. O próprio local de origem, em sua impossibilidade de atendimento a determinadas necessidades juvenis opera como ejetor desta categoria social.

No âmbito da interação com os aspectos socioprodutivos do território, segundo Prado Júnior (1963), a agricultura é parte mais importante na constituição da civilização, é ela a responsável pela movimentação inicial da população no espaço geográfico em busca de terras mais férteis para cultivo de espécies constituintes da base alimentar. Remetendo ainda aos fatores históricos associados ao êxodo rural na região de estudo, convém mencionar que a expansão da cana-de-açúcar, na atualidade complementada pela silvicultura, esteve presente em diversos períodos na evolução da agricultura local e levou muitos proprietários da região a arrendarem suas terras.

Percebe-se também que as culturas de grãos, como o milho, destinadas ao autoconsumo e a nutrição animal estão instaladas no topo das colinas (espigão) em declive (< 5%), segundo Schelstraete (2011). O cultivo integrado da cana-de-açúcar se dá no platô (Alto da Serra), em terras nas quais são realizadas etapas seriais de terraplanagem pela Usina Paraíso ou pela Empresa COSAN (Figuras 36, 37 e 38).



Figura 36 – Preparo de solo para cultivo da cana-de-açúcar no Alto da Serra de São Pedro

Fonte: Canholi (2012)



Figura 37 – Perda de conectividade ecossistêmica das áreas de APP com outros fragmentos florestais

Fonte: Canholi (2012)



Figura 38- Plantio de cana-de-açúcar no território agroalimentar do Alto da Serra de São Pedro

Fonte: Canholi (2012)



Com o agronegócio subsidiado pelas políticas nacionais e internacionais para o rápido atendimento das demandas de matérias primas, visando o mercado agro-energético, nota-se que no Alto da Serra de São Pedro foi provocada uma intensa modificação das paisagens rurais, especificamente na transformação de parte das áreas agroalimentares em áreas produtoras de biocombustíveis. Sob a ótica histórico-geográfica, encontramos traços do modelo “economia de fronteira” típica dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, em diversos fragmentos do interior paulista e também na região em estudo, por estar localizada no caminho do perímetro canavieiro de Jaú, local no qual se tem registro de longa data da monocultura intensiva da cana-de-açúcar realizada por empresas particularizadas.

De fato, a busca pelo crescimento regional tem se dado de forma bastante linear, no sentido do uso indiscriminado dos recursos territoriais, fundamentado na incorporação contínua de terras e recursos naturais considerados como “inesgotáveis” por tais empresas agrícolas. A cultura integrada do eucalipto em terras arrendadas pela empresa florestal Ripasa também é crescente (Figuras 39 e 40).



Figura 39 – Arrendamento das propriedades do Alto da Serra de São Pedro para empresas agrícolas e florestais  
Fonte: Canholi (2012)



Figura 40 – Cultivo do eucalipto no Alto da Serra de São Pedro  
Fonte: P.F. Canholi (2012)

Cabe lembrar que o cultivo da cana-de-açúcar teve novamente um ápice econômico no período de 2002 e 2008. Nota-se que os programas governamentais como o Pró-álcool estimularam a ocupação desordenada de diversos territórios, assim como o Alto da Serra, que está inserido em áreas de cerrado, a qual foi intensificada também pela atividade pecuária, praticada sobre a zona de transição entre vegetações nativas, fragmentos florestais e APPs.

Acredita-se, portanto, que ações associadas aos desmatamentos para o plantio de grandes áreas de cana-de-açúcar, acarretam também na mudança da base tecnológica territorial e na completa destruição dos ecossistemas remanescentes locais, dos quais dependem grande parte da polinização dos cultivos, entre outros fatores.

Percebe ainda, que nos últimos anos houve grande empenho do governo estadual associado aos municípios, na ampliação a malha logística, por meio do programa Pró-Vicinas<sup>28</sup>, o qual foi dispensado de estudos de impacto ambiental, visando atender predominantemente as demandas regionais associadas às parcerias de consórcios canavieiros para a implantação ou pavimentação de estradas consideradas estratégicas. Estes benefícios governamentais atenderam às “ilhas” empresariais edificadas ao longo das principais rodovias do Estado de São Paulo, configuradas pelas atividades madeireiras e pelo cultivo de bicomustíveis, no amparo aos ciclos da agroindustrialização atuais.

---

<sup>28</sup> As estradas vicinais são em geral estradas municipais, pavimentadas ou não, de uma só pista e de padrão técnico modesto, compatível com o tráfego que as utiliza. A estrada municipal, quase sempre de caráter local, atende principalmente ao município que a administra, e dentro de cujos limites normalmente se situam, podendo eventualmente estender-se até outro município (Departamento de Estradas de Rodagem - DER. Pró-Vicinas, 2013)

Com isso, o avanço das monoculturas vem se estendendo nos patrimônios naturais do Alto da Serra há 200 anos, sendo que nos últimos 20 anos foram intensificados os impactos destas atividades alarmantemente; seja pela pressão por lucro dos investidores do agronegócio, concentrando seus investimentos em novas frentes, seja como resultante de ocupações de novas áreas, que mesmo de forma pulverizada, muito contribui com a transformação sistemática da paisagem rural.

Na ocasião desta pesquisa foram registrados relatos locais sobre conflitos agrários na Serra de São Pedro, acerca das pressões empresariais nas áreas rurais da região. Como se pode constatar no mapa abaixo, a região de São Pedro, caracterizada pelo setor de serviços está cercada por pólos agrícolas e industriais. A queixa local se funda na afirmação que as extensas culturas agrícolas implantadas nas cercanias da agricultura familiar, raramente abrem frentes de trabalho para a mão-de-obra local (Figura 41).

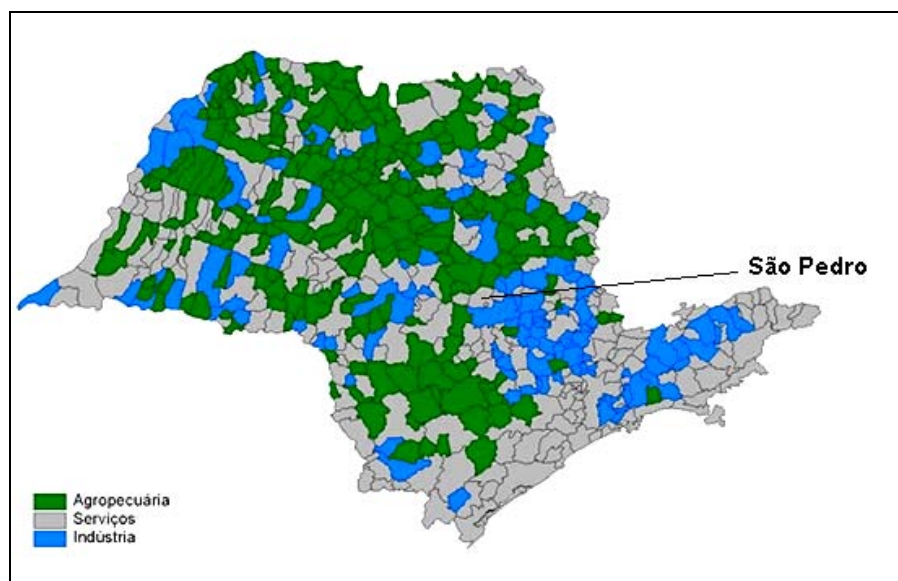


Figura 41 – Pólos industriais e agrícolas nas cercanias do município de São Pedro-SP  
Fonte:IEA (2002)

Quanto à gestão territorial dos recursos naturais, que anteriormente era realizada pelos agricultores familiares, observa-se na atualidade pouquíssimas propriedades produtivas nas proximidades dos recursos hídricos que atravessam o Alto da Serra. A maioria dessas terras foi vendida pelos herdeiros, que migraram para outras regiões. As terras hoje se destinam ao arrendamento para empresas, ao mercado imobiliário das casas de veraneio, pousadas, hotéis e variados tipos de serviços (Figura 48).

O processo crescente de arrendamento cada vez mais descaracteriza a função do agricultor familiar, e impulsiona a migração. Ou seja, de autônomos esses passam a ser

assalariados, sem que este tenha que se envolver ou residir na área agrícola. No caso dos agricultores do Alto da Serra é comum o arrendamento de “parte” das propriedades. Como este é um fenômeno recente, a perspectiva é uma marcante descaracterização agrária e ecológica desse território nos próximos anos.



Figura 42 – Novas configurações territoriais, venda das propriedades familiares para casas de fim-de-semana

Fonte: Canholi (2013)

Destacam-se, portanto, como principais fatores intervenientes nas migrações juvenis, sob a ótica da juventude respectivamente: a busca por melhores condições de trabalho e renda, equipamentos e serviços públicos, como escolas e o acesso à cultura e lazer.

Parte dos jovens reivindicou também a implementação de cursos profissionalizantes e em período noturno no Alto da Serra de São Pedro, assim como cursos técnicos. Na ocasião da pesquisa foi constatada a procura pelo programa Jovem Aprendiz<sup>29</sup>, vinculado a cooperativa, para jovens que tem interesse em atuar como estagiários do laticínio, subsidiados por bolsas de estudos governamentais.

Na percepção dos agricultores a logística (os transportes públicos) auxiliou a permanência das famílias no campo, de forma que eles se destinam às cidades quando necessitam e voltam à área rural de moradia sem maiores impedimentos ou sem quaisquer obstáculos intervenientes. Fato que também facilitou a migração da juventude e a comunicação com as áreas periféricas.

---

<sup>29</sup> Podem participar do programa Jovem Aprendiz os jovens entre 14 e 24 anos que já estão matriculado em um programa de aprendizagem em ONGs, Escola Técnica ou Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT E SESCOOP). Ele passa pela aprendizagem teórica em alguma dessas instituições e a coloca em prática em alguma empresa (SENAI, Disponível em <http://www.sp.senai.br/senaisp/>. Acessado em 22 jan 2014).

Notou-se nos discursos regionais que tanto o Alto da Serra de São Pedro, quanto o município de São Pedro, na percepção dos jovens, são considerados como áreas de estagnação econômica e de “atraso”, devido a falta de oportunidades de trabalho, mesmo em atividades vinculadas ao turismo. Além disso, como nas trajetórias familiares deste local apenas um dos herdeiros fica como sucessor da propriedade, a juventude também migra por meio da influência de parentes que já estão residindo nas cidades, quando vislumbram que estes estejam “se dando bem” na nova vida.

Com isso as migrações não se destinam a locais desconhecidos, nos quais não se conheça ninguém. Prevaecem as migrações para locais onde se tem algum conhecido, pois é considerada mais fácil a análise e adaptação ao local. Alguns autores chamam este fenômeno de rede social, que seria a adaptação e a resolução das necessidades iniciais dos migrantes amparadas por essa rede; rede de parentesco, solidariedade, de companheirismo, de amizade que se forma entre pessoas provenientes de uma mesma região interiorana.

#### **4 JUVENTUDE RURAL, FRENTE DE RESISTÊNCIA DAS AGRICULTURAS FAMILIARES ?**

“Se obscuros e monótonos dias assombram aqueles que procuravam segurança, noites insones são as desgraças dos livres” (BAUMAN, 1998, p. 10)

Este capítulo discute as novas identidades, prioridades e preocupações da juventude, sobretudo aquela que transita entre o “rural” e o “urbano”, baseando-se nos resultados obtidos no estudo de caso do Alto da Serra de São Pedro. Buscou-se aqui também realizar uma breve análise dos efeitos da globalização nos jovens rurais e as conseqüências do atual cenário político nos respectivos planos de futuro: as sucessões familiares e a busca por oportunidades educacionais e profissionais nas cidades.

##### **4.1 Os dilemas sobre os planos de futuro: sucessão e educação**

A partir dos resultados do estudo de caso dos jovens do Alto da Serra de São Pedro, verificou-se que estes se encontram em uma constante dualidade entre a segurança da vida familiar e a saída da propriedade rural na busca por novas possibilidades de formação educacional, vinculadas freqüentemente a perspectiva de realização de um curso superior no afã de melhores condições de trabalho e renda. Do mesmo modo como se observa na juventude urbana o fenômeno da entrada mais tardia no mercado de trabalho, também pode-se observar este comportamento na juventude rural.

Segundo Birman (2012), a fase estudantil atualmente além de mais longa, livre dos comprometimentos do trabalho, é atualizada pela noção de moratória social; um crédito de tempo concedido ao indivíduo que protela sua entrada na vida adulta, em termos de sua “preparação” pessoal e educacional.

Neste contexto, é fato que os jovens de origem social privilegiada protelam um tempo maior e se especializam, na perspectiva de conseguir uma inserção econômica mais favorável no futuro. Os demais, mais pobres, que antes também representavam grande parte do grupo dos jovens rurais, acabavam comumente migrando para as cidades e se submetendo a empregos mal remunerados, o que ainda ocorre, porém com menor freqüência na atualidade.

No Alto da Serra de São Pedro, verificou-se também que este “postergar” da vida adulta nos planos da juventude rural, pode não estar unicamente associado às novas exigências do mercado de trabalho ou a emergência de novos padrões profissionais, como a especialização constante e o *status* social a esta conferido.

Observou-se, assim como nas análises de Gasson e Errington (1993), que a busca por oportunidades urbanas pode estar relacionada às dificuldades enfrentadas no que tange a sucessão das propriedades familiares. Como verificado na área de estudo, este é um território de agricultores “consolidados”<sup>30</sup>, no qual 60% dos agricultores desejam que os filhos prossigam na exploração da unidade produtiva (MORUZZI MARQUES et al. 2010, 2011) para isto a sucessão envolve, necessariamente:

- I. A sucessão profissional, que é a transferência da capacidade de utilização do patrimônio para a geração seguinte, assim como a qualificação necessária para a integração dos jovens agricultores no mercado;
- II. A transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes por meio do processo de sucessão patrimonial para os herdeiros; e
- III. A aposentadoria da geração atual. A transferência das responsabilidades e do poder sobre a unidade produtiva para a geração seguinte (GASSON E ERRINGTON, 1993)

Baseando-se nestas premissas, conclui-se que a sucessão em áreas de agricultura familiar não é um processo simples, apenas dependente da aptidão dos herdeiros, recursos financeiros ou de propriedade. Na área de estudo, os herdeiros que optaram em seguir a profissão paterna, não necessariamente foram compensados de imediato com a transferência das responsabilidades e do poder de decisão sobre a unidade produtiva. Esses jovens continuam trabalhando sob a tutela da família, e em alguns casos, parcialmente em pluriatividade. Desta forma, a possibilidade de migração também pode configurar um desejo de independência absoluta de seu núcleo familiar.

Carneiro (2007) afirma também que o inverso é bastante comum, como o caso de jovens rurais que moram com seus pais, mesmo depois de alcançarem autonomia financeira. Estes, de certa forma, não realizam uma transição completa para a vida adulta. Por isso que em alguns estudos sobre a juventude rural são adotadas faixas etárias bastante avançadas, como até os 35 anos, o que obscurece a própria concepção da juventude como etapa transitória (CARNEIRO, 2007)

Deste modo, quanto a pluriatividade constatada em parte dos jovens rurais entrevistados, observou-se que quando há mais de uma atividade fora da unidade da produção,

---

<sup>30</sup> Agricultores consolidados seriam capazes de garantir a reprodução da família e acumular algum excedente; os agricultores em transição seriam os que conseguiriam garantir apenas sua reprodução sem acumular excedente e os agricultores em exclusão seriam os que não conseguem garantir sua reprodução com base nas atividades agropecuárias de sua própria unidade de produção (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 57).

aos poucos, se esta for bem remunerada, a atividade externa vai tomando lugar das atividades realizadas em família, de maneira que este processo pode indicar uma autonomia obtida fora da propriedade familiar. Há também os jovens rurais que se dividem entre os estudos na cidade e as atividades da propriedade. Um dos principais dilemas enfrentados neste cenário é a conciliação de atividades simultâneas. Muitas vezes para o jovem o resultado é muito desgastante, e aparece no abandono precoce dos estudos ou das atividades agrícolas.

No que se refere à educação, observa-se que as famílias rurais preconizam a busca de escolarização dos filhos, sobretudo dos sucessores da propriedade, mesmo que esta envolva uma migração temporária. Mais que isso, o acesso a uma educação de qualidade é hoje uma demanda freqüente.

No sentido do êxodo rural juvenil, a falta de novas alternativas de trabalho, ensino ou propriedade, faz com que a sucessão fique bastante comprometida. Existem algumas exceções, no caso da sucessão ser realizada por algum dos parentes, e em outros casos não há sucessor.

Quando perguntado aos jovens se eles desejam residir distante da família a resposta é sempre unânime. Não há o desejo de abandonar a família, mas também não há o desejo de prosseguir apenas na atividade agrícola. Daí o dilema.

Há também um discurso muito arraigado, não apenas observado no Alto da Serra de São Pedro, como também em áreas de reforma agrária em experiências anteriores, em torno das dificuldades da vida rural quando comparada as “facilidades” da vida urbana. Entre os aspectos negativos, destaca-se a irregularidade de trabalho, como também a monotonia das horas livres, relatada por grande parte desses jovens. Além disso, os jovens consideram que a atividade agrícola submete os trabalhadores à ambientes tidos como insalubres com rendimentos são aleatórios. Por outro lado, um aspecto positivo do trabalho como agricultor está justamente na “relativa” autonomia, por não depender de um patrão, fato não valorizado pela grande maioria dos jovens entrevistados.

Para 48% dos 26 jovens entrevistados, o ideal seria se a região de moradia fornecesse o atendimento das necessidades de educação e de novos empregos rurais. Esta decisão também é afetada, no entanto, pelos processos de industrialização nas regiões onde predominam pequenas cidades, pouco diversificadas economicamente, com possibilidades de formação bastante reduzidas. Por isso, cada vez mais se observa o êxodo rural juvenil, tornando necessário programar um desenvolvimento endógeno, mesmo que relacionado ao setor de serviços.



Neste sentido, recentemente a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) criou uma linha de ação denominada “Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural”. Em um primeiro momento, percebe-se que o termo “autonomia” encontra-se evidência nas discussões correntes sobre a agricultura familiar.

O termo autonomia relaciona-se com a independência, liberdade e auto-suficiência. Nas ciências políticas, a autonomia de uma região pressupõe a elaboração de suas próprias leis e regras sem interferência de um governo central nas tomadas de decisões<sup>31</sup>. Observa-se que a alocação deste termo é bastante contraditória no debate sobre a juventude, no sentido da conquista de “autonomia”, uma vez que esta muitas vezes depende de ações governamentais ou de investimentos familiares no jovens, nem sempre possíveis.

Nesta abordagem, também no intuito de refrear o êxodo rural juvenil, cabe destacar que há grande esforço por parte de alguns educadores para inclusão de atividades rurais nas escolas, principalmente aquelas vinculadas às propostas agroecológicas. Tais propostas têm apresentado ampla adesão e bons resultados nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo.

Existem também diferentes pedagogias voltadas para uma educação específica no campo, mas que ainda não são legitimadas por uma gama de secretarias de ensino no Estado de São Paulo. Alguns pedagogos condenam esta postura, atestando que esta visão fragmenta e particulariza a educação, de forma que as famílias rurais educam filhos também para as cidades e que, sobretudo, esses têm direito à uma cultura universal. O que é bastante controverso.

Ainda no viés educacional, uma nova organização espacial pode favorecer os ensejos desta categoria. Em outras palavras, existe a alternativa de apropriação do potencial turístico existente no território por meio da educação ambiental, embora tal reflexão ainda seja pouco difundida entre os educadores e jovens rurais, como uma maior apropriação dos recursos ecológicos vinculados aos programas de conservação da biodiversidade.

Partindo do pressuposto que o desenvolvimento regional está intrinsecamente relacionado aos fatores sociais, ambientais e culturais da formação do território, o reconhecimento destes fatores é de fundamental importância, uma vez que o desenvolvimento local está condicionado à organização social e às relações cívicas, ou seja, quanto maior o civismo, e a qualidade das iniciativas locais, maior é o desenvolvimento social.

Segundo Oliveira et al (2007), a premissa é que cada território gere internamente o capital social e capital humano, incluindo as reivindicações por melhores equipamentos

---

<sup>31</sup> Significado de autonomia. Disponível em: <http://www.significados.com.br/autonomia/>. Acessado em: 27/03/2013.

educacionais. Moraes (2003) ressalta a importância da participação da população em frentes variadas de desenvolvimento endógeno. A governança, neste sentido, remete a cooperação entre os agricultores, profissionais autônomos e empresas, de forma a ampliar sua capacidade de agregação de valor aos produtos, como exemplo, dos produtos agrícolas da agricultura familiar a outros valores como tipicidade, singularidade e identidade territorial.

#### **4.2 Os efeitos da globalização na juventude da pós-modernidade**

O processo de modernização transbordou para outras esferas da vida além da econômica, atingindo os padrões sociais de comportamento, principalmente da juventude. Pretende-se aqui discutir alguns desses efeitos, como os modos de pensar e as práticas sociais dos jovens rurais, entre outros aspectos, analisar a parcela de contribuição da globalização e seus desdobramentos no processo de migração juvenil no Alto da Serra de São Pedro, como os novos sistemas de trocas e de conexão entre pessoas e lugares.

Acerca dos movimentos migratórios, especificamente no que diz respeito as novas trocas entre pessoas e lugares, Forbes (2007) levanta um ponto muito interessante, que explica a expressão “Tá ligado?” mencionada pelos jovens entrevistados após suas intervenções. Analisando esta interrogação, nota-se que o que está sendo perguntado nada mais é do que: “isso que eu disse faz sentido para mim, mas faz sentido para você?”, ou seja, “isso que eu falei ressoa em você?”. Observa-se que no mundo globalizado tornou-se necessário perguntar.

Tal expressão se assenta na constatação que jovens que compartilham os mesmos espaços geográficos, lugares, origens etc., na atualidade, podem não compartilhar um mesmo universo, cultural e social. Portanto, cabe sempre a pergunta, “isso que faz parte da minha representação de mundo é representativo para você?” Antigamente, havia uma maior homogeneidade de situações comportamentais, gostos, tendências, até mesmo os produtos e serviços eram direcionados para o grande público, para o geral, pouco se destinava ao singular, ao particular, ao individual, ou seja, havia também um menor respeito às diferenças (FORBES, 2007).

No momento atual, não só há maior diversidade entre os comportamentos juvenis, e até em uma internacionalização de vários tipos de “tribos” estilos e culturas, como também o respeito à diferença é mais aquilatado. Ou seja, a pós-modernidade juvenil fundou-se em momentos de globalização nos quais as especificidades dos lugares emergem para que haja manutenção das identidades (SANTOS, 2000).

Neste âmbito, pode-se observar uma série de transformações no que tange a escolha profissional dos jovens rurais. Percebe-se que os planos de futuro são plurais, e podem não

estar mais vinculados às atividades agrícolas, mas às tendências globais. O que se observa é que o jovem atual busca além da educação escolar e familiar, outras formas de pensar, sentir e agir, principalmente, contemple a totalidade de experiências culturais que existem na contemporaneidade, nem sempre encontradas no mundo rural.

Observou-se que pelo menos 70% dos entrevistados do grupo estudado no Alto da Serra de São Pedro, fazem uso constante da internet e participam de redes sociais. Com isso, pensa-se que tal realidade pode ser considerada positiva, ou seja, a conexão desses jovens com o mundo foi estabelecida, abrindo seus horizontes. Entretanto, existe um lado negativo da globalização que envolve a “Era da internet”. Frequentemente no relato dos pais ou parentes de outras gerações, os jovens se isolam na frente das telas dos seus computadores ou similares, e se excluem dos ambientes de socialização, como a família e os acontecimentos cotidianos do território rural. Enfim, essa realidade é um tanto contraditória na mentalidade da categoria jovem, uma vez que as redes sociais podem prover a conexão entre o jovem rural e milhares de pessoas do mundo, produzindo a impressão que isolada é comunidade rural em que ele vive, na qual se tem contado cotidiano com um ou dois vizinhos.

Explorando um pouco mais os efeitos da globalização sobre a juventude, nota-se que este processo maximizou os detalhes, o singular, de maneira que o global deve se adaptar ao indivíduo, e não mais o indivíduo adaptar-se ao coletivo. O que não favorece a organização comunitária, antes fundamental na aquisição de infra-estruturas e serviços neste território rural. Observa-se que esta forma de individualidade pairou sobre os jovens na ideia de que os indivíduos além de autônomos devem ser autênticos. O que também pode ser muito duvidoso, visto que nesta etapa da vida existe grande necessidade de pertencer a algum grupo ou ser aceito por um grupo.

Observou-se no Alto da Serra de São Pedro, que nesta lógica de grupo, se a grande maioria dos jovens rurais está migrando para as cidades em busca de melhores escolas e oportunidades, aquele que permanece no campo, na racionalidade do jovem atual, é considerado como o que “ficou para trás”. Isto denota sair do esperado, em termos do seu progresso e desenvolvimento pessoal, afastando o jovem do grupo, marginalizando-o ou até excluindo-o. Observou-se que para romper com um comportamento de grupo juvenil, é necessário ter coragem. Portanto, é necessário ter coragem para migrar e desbravar as situações desconhecidas, do mesmo modo para muitos jovens é necessário ter coragem para “ficar” no campo.

### 4.3 Juventude rural, periférica ou urbana?

Dado que as fronteiras entre o rural e o urbano estão cada vez mais próximas, e diferentes universos culturais se entrelaçam, as dificuldades inerentes à juventude que transita entre estes dois universos aumentam, com as diferenças explicitadas pelos padrões socioeconômicos globais, que configuram um quadro complexo no qual a condição de ser jovem assume desdobramentos conflitantes (IPEA, 2009).

A periferia urbana, considerada como a área da cidade que em termos de localização situa-se nos arredores do espaço urbano, como uma faixa periférica suburbana ou uma periferia-rural-urbana, por sua vez, já foi uma área plenamente rural (SPAROVEK; LEONELLI; BARRETTO; 2004). Com a intensificação do êxodo rural após 1960 principalmente, muitas propriedades rurais foram loteadas a serviço do capital imobiliário, que se apropriou de certas parcelas periféricas para fins especulativos ou industriais.

Quando se discute sobre este tema, remete-se a vida dos jovens rurais, vizinhos dos jovens da “periferia” das cidades, balizada por diversas tentativas de controle das tradições. Segundo Elias (1994), as situações de tensão entre as gerações mais velhas atingem a dimensão individual (jovem e sua família) e a dimensão social (território rural). Neste viés, o conflito toma uma dimensão social quando os jovens rompem com os padrões familiares tradicionais, e buscam em outros comportamentos, localidades, em outros grupos, novas formas de pensamento e de representação de mundo, que nem sempre está relacionada com sua cultura de origem.

Tais aspectos comportamentais, que se incluem no fluxo dos jovens rurais entre a cidade e o campo, comumente são tidos como libertários ou marginais pelas famílias, embora fundamentais aos jovens para seu desenvolvimento enquanto sujeitos “livres”, na busca de autonomia. Perante este fenômeno, a maioria das famílias manifesta grande preocupação nesta transição (campo-cidade), por trazer a sensação de perda de controle sobre os filhos.

Na difícil distinção contemporânea entre quem são os jovens rurais e os periféricos, não são raras as afirmações negativas sobre este grande grupo de convivência. É inegável que os processos de modernização trouxeram também para o mundo rural uma gama de transformações de idéias e comportamentos. Esta é a mudança na balança das relações “nós-eu”<sup>32</sup>, como destaca Elias (1994).

---

<sup>32</sup> Norbert Elias tenta explicar essa relação indivíduo e sociedade a partir de um processo de desenvolvimento da humanidade, desde a era primitiva, medieval, até o período contemporâneo. Os conceitos foram se aprimorando de acordo com o tempo, a relação entre indivíduo e sociedade, modifica-se de modo característico. Cada indivíduo possui sua identidade – eu, e sua identidade – nós, em algumas sociedades e dependendo do tempo, uma prevalece mais que a outra.

Nos anos 1990, o coletivismo interno da família foi um dos fatores de permanência do campesinato através da história. Supondo a subordinação do destino individual à coletividade, pode se tornar ou já ser tornou uma das fontes de crise do campesinato (WOORTMANN, 1990).

Portando, se a família deixa de ser dominante na aquisição de valores, comportamentos e cultura dos jovens, a questão geracional passa a ser uma questão social de diferenciação associada às formas de renovação da sociedade. Os jovens que se diferenciam de seu grupo social de origem, freqüentemente ocupando as bordas, vão propositadamente à busca de trajetórias discordantes de seu grupo familiar, talvez no desejo de viver a experiência de acessar os dois mundos (rural-urbano) (WANDERLEY, 2007; CASTRO, 2013).

Neste aspecto, um pequeno município do interior pode reunir dois mundos diferenciados. Paradoxalmente, a liberdade ou o sentimento de falta de liberdade podem emergir tanto das experiências na cidade, quanto das experiências no sítio. Uma noção primária de liberdade está associada à mobilidade espacial. Estar livre é exercer o poder de transcender a condição presente, e uma das formas mais simples de transcendência é a locomoção (TUAN, 1983).

Para algumas pessoas, a cidade grande pode ser vivenciada com um sentimento de medo, que tolhe, aprisiona, tira a liberdade. Para outros, é o sítio que aprisiona que controla a vida através dos mexericos e fofocas, que não oferece oportunidades de transcendência para os moradores saírem do cotidiano. Por isso, uns jovens vão buscar no campo o seu espaço de liberdade, outros vão buscar na cidade. Não é o tamanho, a dimensão ou a densidade demográfica que produz a sensação de liberdade, e sim a experiência no lugar: quanto mais movimento o espaço permite, maior a sensação de liberdade. O lugar existe em escalas diferentes (TUAN, 1983 p.165).

Em síntese, relativizar uma definição sobre as denominações: jovens rurais, urbanos e periféricos é muito difícil. Pois por um lado, se tem o jovem que mora na zona rural e realiza todas as suas atividades cotidianas nas cidades, buscando por cultura, lazer, educação e trabalho. Por outro lado, o jovem da periferia, que também se utiliza de áreas rurais com os mesmos fins, inclusive é muito comum esta reunião em torno dos “campeonatos de futebol”, e reunião familiar. Como colocado por Graziano (2003) chega-se aqui a uma concordância que esses jovens são “rurbanos”.

Neste nível, a pluralidade e a sensação de pertencimento da juventude não se condiciona somente ao lugar, a origem ou ao arsenal simbólico contido no âmbito familiar, em termos até geográficos. Esses elementos passam a ser constituídos nas experiências

multifacetadas com pessoas (amigos, parentes, colegas de trabalho) e situações, que caracterizam as relações entre as pessoas da cidade, do campo, da periferia, de forma global.

#### **4.4 As perspectivas de continuidade do território agroalimentar do Alto da Serra**

Atualmente o trabalho rural vem ressurgindo como alternativa para desempregados na Europa e isso já é percebido em países como Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha. Jovens que saíram das regiões agrícolas para cursar universidade e seguir carreira profissional nos grandes centros estão retornando ao campo e apostando em seu potencial produtor.

Especialmente nas regiões de Porto e Alentejo há uma série de novos investimentos de jovens produtores no cultivo de cogumelos, azeitona e kiwi. Mesmo com formações distintas das relacionadas ao campo, muitos deles estão retomando a agricultura para driblar os efeitos da crise econômica que assola o país há mais de cinco anos. O fator associado a esta volta também está relacionado à valorização dos produtos alimentícios, segundo os dados do Globo Rural (junho de 2013).

No Brasil também se constata nos últimos anos uma alta nos preços dos alimentos, inclusive na aquisição de produtos de mesa em mercados informais, como feiras orgânicas e regionais. Segundo o Dieese (2013) com alta nos preços dos alimentos, o Índice do Custo de Vida (ICV), calculado do município de São Paulo, variou 0,64% em outubro, acima do mês anterior (0,24%). A taxa está acumulada em 5,11% no ano e em 6,16% nos últimos 12 meses. Três grupos foram responsáveis por esta alta; a alimentação (alta de 1,33%), habitação (0,52%) e o transporte (0,48%), resultando em 0,60 pontos percentuais. Entre os alimentos, subiram, entre outros, os preços de aves e ovos (4,84%), frutas (4,03%) e carnes (3,93%).

Com esta alta nos preços<sup>33</sup>, pode-se também ambicionar que assim como a juventude europeia, a juventude rural brasileira também vislumbre vantagem financeira na produção de alimentos e volte ao campo nos próximos anos, embora se pautando nas reflexões levantadas na área de estudo, uma suposta reagrarização do interior paulista está mais próxima a perspectiva de desemprego nas cidades do que motivada às futuras oportunidades agrícolas.

Em outros aspectos, no contexto dos subsídios governamentais para a produção de alimentos, o caso europeu muito difere do caso brasileiro. No momento, a política agrícola europeia está passando por reformas estruturais que devem levar a uma nova abordagem a partir de 2014, embora ainda a cada sete anos, são destinados 350 bilhões de Euros às

---

<sup>33</sup> Considerando que o preço pago pelos consumidores seja o mesmo pago na venda direta pelo agricultor. Ou seja, fora das redes de distribuição, supermercados e intermediários.

empresas agrícolas da UE. A Comissão Europeia propôs recentemente que, a partir de 2014, 30% dos pagamentos diretos aos agricultores dependerão da implementação de normas ambientais. A Comissão também solicitou aos agricultores a plantação de pelo menos três tipos de cultivos em suas propriedades, de forma a erradicar o monocultivo destrutivo, e reservar cerca de 7% da superfície agrícola para uma área ecológica, segundo os dados dos documentos da Comissão Europeia de 2013.

Em 2013 no Brasil foi lançado também o programa Brasil Agroecológico, baseado nas diretrizes estabelecidas no Decreto 7.794/2012, que tem como principal missão articular políticas e ações de incentivo ao cultivo de alimentos orgânicos e de base agroecológica. O investimento inicial foi de R\$ 8,8 bilhões, divididos em três anos.

Na visão de alguns economistas, em vista dos rendimentos aleatórios dos produtos da agricultura familiar, outro modo de gerar rendimentos a estes agricultores seria o que se considera hoje de implementação agroturística. Na região do Alto da Serra de São Pedro, já acontece a visitação à cachoeiras em propriedades familiares, que pode fornecer pistas sobre um início de multifuncionalidade.

Há também o Pagamento pelos Serviços Ambientais (PSA) para aqueles que se prontificam em recuperar e conservar os recursos ecológicos territoriais caracteriza-se como negócio promissor nesta região de diversos pontos sensíveis sob o ponto de vista ambiental.

Outra alternativa, que não se assenta nem totalmente sobre o turismo, nem completamente sobre a transição agroecológica, configura-se como os serviços ecossistêmicos, já em funcionamento em algumas regiões, por meio da recuperação de áreas de proteção permanente, reflorestamento com espécies nativas e recomposição de áreas degradadas.

Outra opção é o “Produtor de Água”<sup>34</sup>, que tem como objetivo minimizar o assoreamento dos mananciais, causados principalmente pela poluição difusa resultante da

---

<sup>34</sup> O Produtor de Água é uma iniciativa da Agência Nacional de Águas, que tem como objetivo a redução da erosão e assoreamento dos mananciais nas áreas rurais. O programa, de adesão voluntária, prevê o apoio técnico e financeiro à execução de ações de conservação da água e do solo, como, por exemplo, a construção de terraços e bacias de infiltração, a readequação de estradas vicinais, a recuperação e proteção de nascentes, o reflorestamento de áreas de proteção permanente e reserva legal, o saneamento ambiental, etc. Prevê também o pagamento de incentivos (ou uma espécie de compensação financeira) aos produtores rurais que, comprovadamente contribuem para a proteção e recuperação de mananciais, gerando benefícios para a bacia e a população. A concessão dos incentivos ocorre somente após a implantação, parcial ou total, das ações e práticas conservacionistas previamente contratadas e os valores a serem pagos são calculados de acordo com os resultados: abatimento da erosão e da sedimentação, redução da poluição difusa e aumento da infiltração de água no solo. (Agência Nacional de Águas, 2013. Disponível em <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/ProgramaProdutorAgua.aspx>> Acessado em: 21 jan 2014).

erosão das áreas rurais, com ações de conservação da água e do solo, por meio de medidas conservacionistas de manejo do solo (construção de terraços e bacias de infiltração, readequação de estradas vicinais) e de recuperação e proteção de nascentes por reflorestamento de áreas de proteção permanente e reserva legal, saneamento ambiental entre outras atividades.

Desse modo, a compensação financeira aos produtores rurais que se prontificam a executar determinadas práticas de conservação gera benefícios também externos a propriedade. Na área de estudo, por exemplo, a bacia do Rio Jacaré-Pepira é utilizada por uma grande população. Portanto, uma gama de serviços pára - agrícolas podem ser facilmente adaptados ao território, lembrando que o sucesso de tais atividades depende principalmente da qualidade das iniciativas locais. Tal como sugerido por programas afins, essas ampliam de certa forma o sentido que anteriormente lhe era atribuído, como emprego múltiplo ou atividade agrícola em tempo parcial.

Nesta perspectiva, o PSA associado à unidade familiar de produção também pode gerar uma renda extra em detrimento aos arrendamentos de cana-de-açúcar ou eucalipto, ecologicamente mais impactantes. Desta forma trabalha-se com outros valores simbólicos, construídos a partir de externalidades ecológicas, como a ampliação do convívio social e das dinâmicas territoriais em torno da apropriação dos recursos naturais, o que pode favorecer uma nova rede socioambiental, profundamente integrada à aplicação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

#### **4.5 A Juventude como frente de resistência das agriculturas familiares?**

Observou-se que até o momento a sucessão familiar no Alto da Serra de São Pedro é algo complexo. Principalmente no sentido da transferência das responsabilidades e do poder de decisão entre as gerações, uma vez que os jovens entrevistados, embora ambicionem continuar nas atividades agrícolas, tem a ciência que continuarão por um longo período trabalhando sob a tutela da família, o que na visão da juventude não configura “autonomia”.

Aprofundando a discussão sobre a juventude rural como frente de resistência dessas agriculturas, analisa-se que as motivações migracionais dos jovens do Alto da Serra de São Pedro são bastante similares e confirmam aquelas investigadas nas produções sociológicas sobre juventude no campo de Carneiro (1998) e Abramovay (1998), sobretudo no que se refere a elevação da escolaridade e a busca por cursos superiores.

---



Observa-se portanto que este comportamento migratório é recente e vem ocorrendo cada vez mais precocemente. Tanto nas estimativas do IBGE, como nos trabalhos de Abramovay (1998) é destacada a precocidade das migrações juvenis associadas a busca de perspectivas sócio-profissionais, de forma que as novas gerações não desejam ficar excluídas do ensino superior, como historicamente acontecia com as populações do campo.

Outro fator preponderante na migração dos jovens está relacionado ao aspecto financeiro. A busca de melhores salários, rendimentos ou poder de barganha. Ou seja, na percepção das novas gerações a agricultura familiar está em “crise”, assim como a vida no campo é sinal de “pobreza” e não de prosperidade econômica. No relato dos jovens pesquisados, a agricultura familiar não gera mais renda suficiente para suprimento das necessidades dos jovens, com isto a realização de um curso superior como oportunidade de ascensão no mercado de trabalho é também almejada como forma a obter melhores oportunidades de remuneração ou *status* social.

Pode-se ainda considerar que o fácil acesso às interações midiáticas da atualidade influenciam intensamente os planos de futuro dos jovens, e conseqüentemente as migrações em busca de um ideal de vida urbana. A internet e a televisão, invariavelmente transformam a representação de mundo destes jovens de forma a supervalorizar o espaço urbano, como a propagação de hábitos, costumes, formas de viver e consumir, alterando todo o universo simbólico vivenciado no campo.

Em síntese, o resultado é uma juventude rural profundamente entusiasmada pelos valores urbanos, pouco comprometida com a sucessão das unidades familiares, com algumas exceções, o que torna o grupo dos jovens rurais mais intrincado também em termos de seu reconhecimento político e social. Justamente, por estes migrarem entre vários sistemas de valores, em meios onde as culturas se misturam, tais jovens acabam assumindo identidades mutáveis, como já visto nos efeitos do fluxo campo-periferia-cidade globalizada.

Com isto, torna-se imprescindível destacar aqui a heterogeneidade das formas de “juventudes” e dos planos de futuro elaborados por diversificados grupos rurais, sejam vinculados às novas necessidades socioculturais, às limitações do espaço físico ou aos novos comportamentos observados na esfera globalizada, na qual observa-se que cada vez mais as situações sociais divergem de uma padronização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de investigação interdisciplinar buscou contribuir no âmbito da Ecologia Humana para a construção do conhecimento sobre a agricultura familiar, de forma a aproximar a temática juventude rural ao processo de globalização corrente e seus desdobramentos. Partindo da compreensão dos dilemas e desafios dos jovens rurais da atualidade, procurou-se evidenciar os fatores intervenientes nos processos de êxodo rural juvenil no Alto da Serra de São Pedro, e relacioná-los a temas como a perspectiva de conservação dos territórios rurais paulistas.

A luz destas questões observou-se que a sucessão familiar das pequenas unidades de produção no Estado de São Paulo, assim como verificado na área de estudo, mesmo inseridas na região considerada mais abastada no sentido da captação de recursos financeiros, é bastante preocupante.

Desta forma nota-se a aspiração da juventude rural por novas alternativas de trabalho nas áreas agrícolas, incluindo a consolidação de atividade não-agrícolas, e equipamentos sociais e de serviços públicos para o atendimento das demandas das novas gerações destes territórios.

Por meio da análise das perspectivas de futuro dos jovens rurais observou-se motivações migratórias orientadas pelos seguintes fatores:

- A falta de oportunidades educacionais (ensino médio, capacitações, cursos técnicos) e dos setores de serviços nas áreas rurais, que resulta na migração da juventude rural para os centros urbanos na busca de oportunidades;
- A complexidade da sucessão familiar das unidades produtivas, no sentido da transferência tardia das responsabilidades e do poder de decisão entre as gerações;
- A constante busca por autonomia financeira (busca por fontes de renda) dos jovens fora da unidade familiar, em empregos urbanos, o que também estimula o êxodo rural;
- A protelação da entrada da juventude atual na vida adulta, em termos de sua “preparação” educacional, buscando cursos superiores e especialização fora da região de origem, o que também pode resultar em um êxodo permanente;
- A desvalorização das potencialidades territoriais locais (dos recursos naturais, culturais, históricos, ecológicos e turísticos) por parte dos jovens, como

alternativa de trabalho no setor de serviços; buscando fora do território outras oportunidades;

- A tendência da juventude rural atual em considerar o espaço rural ainda um local de atraso e pobreza quando comparado às “facilidades” da vida urbana;
- A construção juvenil de planos de futuro mais plurais, menos vinculados às atividades agrícolas e mais associados às tendências mercadológicas globais;
- A família, que na atualidade é menos dominante na aquisição de valores pela juventude, que adota comportamentos e culturas mais universalizadas de inserção na sociedade, com trajetórias discordantes de seu grupo familiar na experiência de acessar os dois mundos (rural-urbano); e
- A falta de reconhecimento e inevitavelmente de compensação financeira das funções que os agricultores familiares desempenham pela sociedade.

Como vimos até o momento, pensar na juventude rural como frente de resistência das agriculturas familiares, é algo bastante controverso, visto que o êxodo rural, não apenas o verificado na área de estudo, atinge na contemporaneidade, sobretudo, a categoria jovem cada vez mais precocemente em termos etários.

A migração juvenil pode ser considerada precoce quando ocorre nos limites inferiores da faixa etária considerada como juventude (15 aos 29 anos) segundo a classificação do IBGE. O presente estudo confirmou migrações no Alto da Serra de São Pedro em pleno curso e antes dos 29 anos, diferentemente das faixas etárias dos trabalhadores rurais constatadas entre as décadas de 50 e 60, em torno de 39 e 55 anos. A partir dos anos 1990, as migrações registradas pelo IBGE e nas pesquisas de Abramovay et al. (1998), ocorrem predominantemente na faixa etária entre 20 e 24 anos. A idade migracional média entre 2012 e 2013 constatada na área de estudo foi entre 14 e 20 anos, portanto, confirmam-se as hipóteses anteriores e ainda constata-se um êxodo rural juvenil ainda mais precoce nesta região.

Cabe destacar, que este tipo de migração ocasiona, dentre outros fatores, na perda do contexto familiar em que vivem os jovens rurais. O contexto familiar além de ser parte fundamental do processo de formação e educação dos jovens, é responsável, essencialmente, pela transmissão de conhecimentos entre os entes familiares mais velhos e os mais novos, uma vez que o princípio da aprendizagem dos indivíduos se dá entre as gerações, nos exemplos por estas transmitidos.

No entanto, como observado na área de estudo, a instituição familiar na atualidade vem se tornando menos importante na aquisição de valores pela juventude, por esta também dispor de uma maior liberdade de escolha quando comparada aos modos de vida de seus antepassados. Assim os jovens buscam outras fontes de educação e aquisição de cultura, fora do contexto familiar, adotando comportamentos globais de inserção na sociedade.

Neste viés, concluiu-se que a pluralidade e as sensações de pertencimento da juventude rural, não se condicionam mais somente ao lugar de residência, a origem ou ao simbólico. Esses elementos passaram a ser instituídos nas experiências multifacetadas com pessoas (amigos, parentes, colegas de trabalho) e situações, entre as pessoas da cidade, do campo, da periferia, de forma global.

Quanto às motivações migratórias associadas à busca de novas oportunidades educacionais, nota-se que quanto mais se adentra as regiões interioranas e pequenos territórios, mais os indicadores sociais, que avaliam a educação, vão se tornando diminutos, denunciando assim certa vulnerabilidade dos direitos dos jovens que habitam o rural. Uma consideração importante sobre esse aspecto é que uma educação satisfatória no campo é necessária para impulsionar uma transformação da sociedade, de forma a não comprometer o próprio exercício de cidadania, uma vez que se comprova que os jovens rurais da atualidade ainda não tem garantido o acesso a maioria dos direitos legalmente constituídos, como por exemplo, a opção de residir e estudar no mesmo local (rural).

Uma alternativa para refrear a motivação migratória em torno da busca de oportunidades de escolarização, são as escolas rurais de Alternância. Neste tipo de pedagogia é priorizada a evolução do jovem e conseqüentemente, do ambiente em que vive, por meio da conscientização do papel primordial das áreas rurais e da agricultura familiar. A inclusão deste tipo de sistema de ensino muito pode contribuir para minimizar o êxodo rural, incentivando a reflexão sobre novas alternativas rurais para a juventude em situação de migração.

Entretanto, tais alternativas educacionais não configuram o quadro de prioridade do poder público, que incentiva a implantação de novas escolas nucleadas nas periferias, levando os estudantes das escolas rurais para cidade. A falta de conhecimento e a visão reducionista acerca das potencialidades das áreas rurais, por certa parcela das populações urbanas e pelos governos, também configuram um agravante para o êxodo rural juvenil. Principalmente no que diz respeito aos crescentes investimentos em infra-estruturas urbanas em detrimento das áreas rurais, além da desvalorização dos ofícios rurais perante a sociedade.

No Alto da Serra de São Pedro também se observou além dos aspectos educacionais motivadores das migrações, outros aspectos igualmente importantes relacionados ao não-reconhecimento das potencialidades territoriais, ou seja, a falta de interesse por parte da juventude na apropriação dos recursos naturais, ecológicos e turísticos locais, como uma alternativa de trabalho no setor de serviços no Alto da Serra de São Pedro.

Tendo em vista todos esses fatores motivadores do êxodo rural juvenil, e considerando que o modelo de agricultura estudado exige a continuidade do caráter familiar do trabalho, sob risco de inviabilidade econômica, no sentido da continuidade do território agroalimentar, pode-se ponderar em médio prazo a perspectiva de uma abrupta diminuição na oferta de alimentos em âmbito regional, como o aumento dos preços dos itens alimentícios, afetando o auto-consumo, a segurança alimentar e a reprodução social destas famílias.

Outro efeito, que também pode ser projetado em médio prazo, se não tomadas medidas na contra vertente desta realidade migracional, está relacionado a mudança de aptidão técnico-produtiva do território, por meio da venda ou arrendamento das propriedades, perante a indisponibilidade de mão-de-obra familiar ou ativos, assim como de recursos financeiros para tal. O território agroalimentar se destinará, então, a produção de bicomustíveis ou commodities, como já vem ocorrendo em algumas parcelas das propriedades do Alto da Serra de São Pedro.

Ou seja, pode haver futuramente uma mudança de matriz técnico-produtiva, na qual também se perderão as práticas manuais de produção, como a produção artesanal de produtos territoriais, como também o manejo agroecológico dos solos e dos recursos naturais das propriedades familiares, realizado por diversos agricultores, com insumos locais.

Em vista das alternativas de fomento à sucessão familiar, no caso dos jovens, muito se tem discutido a respeito da destinação desta categoria às atividades de estímulo da multifuncionalidade da agricultura, como a divulgação da gastronomia local, a comercialização de produtos regionais e a implementação de infra-estrutura para o turismo rural. Neste quadro, cabe ressaltar que nem sempre as famílias rurais têm vocação ou capital inicial para novas instalações ou para atendimento ao público, visto que a maior parte do turismo do Alto da Serra é comandada por investidores urbanos ou do ramo imobiliário.

Quanto à pluriatividade, vimos também que a aproximação do rural com o urbano, gerou importantes desdobramentos nas últimas décadas, como as novas identidades juvenis, calcadas nos “rurbanos”, trazendo pistas sobre outras formas de inclusão da juventude rural na sociedade. Também se observou que na realidade rural paulista existe o fenômeno crescente da procura de trabalhos não-agrícolas e urbanos, em caráter de migração temporária, como

maneira de angariar investimentos para a unidade de produção, de forma a manter a propriedade rural e evitar que esta seja fragmentada, vendida ou arrendada como forma de saldar as dívidas.

Assim, mediante as considerações aqui colocadas e em resposta às hipóteses da pesquisa, confirmou-se que a juventude rural do Alto da Serra de São Pedro encontra-se em pleno processo de êxodo rural, constatando que há orientação migratória frequente dos jovens à área urbana de São Pedro e às cidades próximas.

No âmbito dos planos profissionais dos jovens, as migrações pretendidas são predominantemente interiorano-intermunicipais, embora este território apresente antecedente migracional do tipo “rural-rural”, ou seja, a migração das outras categorias de trabalhadores rurais se deu em outras ocasiões entre áreas agrícolas rurais, o que não é considerado êxodo. Evidenciou-se que o êxodo rural em curso (historicamente iniciado no sentido litoral-oeste paulista, e a partir da década de 1950 no sentido interior-capital) agora tem fluxos migratórios com destinos bem pulverizados.

Ainda em resposta às hipóteses, as migrações juvenis, dentre outros fatores, são impulsionadas pelo processo globalizador recente. Um dos pontos importantes a salientar no debate sobre a agricultura familiar no contexto da globalização, com base nos dados sobre as novas gerações do presente estudo, é que as intervenções realizadas neste terreno nos últimos 30 anos, mais substancialmente após a década de 1990, não modificaram significativamente o estado de marginalização dos trabalhadores das áreas rurais por meio de novos mercados ou oportunidades globais. Tão pouco se assentou à democracia nas relações sociais e agrárias.

Verifica-se ainda no Brasil que os grandes proprietários mantêm sólida posição privilegiada, inclusive no âmbito de uma maior internacionalização do capital, apoiada continuamente por sucessivos governos que incentivam a produção de *commodities* agrícolas.

Nesta lógica, há uma disparidade histórica marcante acerca dos processos de organização agrária dos países europeus e latino-americanos, considerando que no Brasil houve uma das maiores concentrações de terras do mundo e uma reforma agrária truncada e tardia. Este cenário continua impulsionando o movimento migratório de trabalhadores rurais, notadamente da juventude, de forma intensa, contínua e multidirecional.

Portanto, não é novidade que os níveis de crescimento econômico atuais foram atingidos sem alterar os direitos sociais de diversas categorias, especificamente dos trabalhadores rurais, nas interfaces desses novos mercados. Dentre essas, a juventude rural, que supostamente deveria representar a nova geração de agricultores, continua sendo disfarçadamente “apoiada” por programas de baixíssimos investimentos em equipamentos

sociais, por créditos agrícolas de difícil acesso individual e pela desregulamentação do setor agrícola para grande maioria dos produtos das pequenas agriculturas, em termos das exigências impostas na comercialização.

Nos últimos anos, cabe ressaltar também que os agricultores familiares paulistas, já bastante endividados pelas fontes de financiamento governamentais, devido às flutuações nos preços dos produtos agroalimentares, e privados do acesso a novos créditos, passaram a acessar fontes particulares de empréstimos em bancos regionais, com taxas de juros muito mais altas, o que aumentou os endividamentos e reduziu as margens de lucro.

Por outro lado, confirma-se que a grande agricultura conseguiu altas taxas de crescimento por meio de mecanismos específicos de exportação de produtos agrícolas e políticas de crédito e de preços mínimos para setores específicos, como açúcar e álcool, por exemplo.

Todas essas ações, como os programas de subsídios agrícolas, as intensas privatizações dos recursos dos territórios rurais, a abertura da economia aos mercados estrangeiros e das fronteiras comerciais, não supriram as necessidades de mercado das agriculturas familiares e nem o campo das novas oportunidades da juventude rural, que busca no ensino superior e na migração permanente, seus planos de futuro.

Outro ponto relevante é que a globalização na última década acelerou as trocas comerciais e aumentou competitividade entre os produtos dos territórios agroalimentares e diversas outras cadeias produtoras de alimentos industrializados, o que restringiu ainda mais o contato direto entre consumidores e produtores em países em desenvolvimento como o Brasil. Tal fenômeno já se encontra enfraquecido em países europeus, que em tempos de crise econômica, voltaram ao meio rural para aquisição de alimentos com maior qualidade e preços mais justos, caso da Espanha e Itália, objeto de documentários e reportagens apresentadas na mídia em geral.

Além disso, o centralismo do *agribusiness* brasileiro acarretou a obediência às políticas das agências internacionais, que resultou na redução de custos e à desmobilização de trabalhadores rurais. Este processo de desemprego de mão-de-obra foi significativo tanto no âmbito dos serviços como nas áreas agrícolas e se abateu sobre diversas ramificações das famílias agrícolas, sobretudo aquelas em pluriatividade como estas que estudamos.

Confirma-se assim, que a migração massiva em direção às capitais ou cidades do interior, continua ainda ocorrendo devido à falta de empregos ou oportunidades produtivas em áreas rurais, apenas com a modificação na faixa etária de tais migrantes. No período de 1960 a 1980, cujo centro de atração dos trabalhadores rurais era a indústria dos distritos periféricos e

das metrópoles, constatava-se uma série de subempregos, que variavam dos serviços domésticos à construção civil, nos quais os trabalhadores migrantes se sujeitavam até a condição de quase escravidão.

Em um segundo momento, as indústrias, por uma série de razões (logísticas, altas taxas e impostos nas capitais, encarecimento da mão-de-obra) se deslocou para o interior paulista, sob a justificativa também de desenvolvimento de novas regiões e arrefecimento do fluxo de trabalhadores para a capital. A partir destas transformações, constatou-se que o êxodo rural do Alto da Serra de São Pedro, na mesorregião de Piracicaba, sofreu um abrandamento pautado na carência de qualificação profissional exigida para contratação desses trabalhadores rurais. Como consequência disso, constata-se que na atualidade, as novas gerações adentram mais tardiamente no mercado de trabalho, com vistas a uma “preparação” mais específica, em vista, dentre outros fatores, da grande competitividade de mercado e dos concorridos processos de seleção destas empresas.

Por fim, o esvaziamento dos espaços rurais não é recente e continua crescente no âmbito juvenil. Torna-se mais que necessário, portanto, uma ampla redefinição das políticas de ordenamento territorial, de forma a permitir uma aplicação particularizada nos diversos contextos regionais, além de instrumentos que se ajustem às demandas sociais diversificadas desses espaços e grupos sociais relativamente distintos.

Nesta esfera, visto que o enfoque territorial prioriza o desenvolvimento endógeno e a autogestão, para que essas políticas públicas sejam eficazes, o empoderamento dos agricultores deve se dar em vias mais democráticas de governança, em detrimento ao controle social realizado pelo Estado, pelos municípios e pelas relações viciosas entre o Estado e a sociedade, o que implica uma revisão dos deveres e dos papéis de todos.

Á guisa de conclusão, é importante pensar em outros arranjos de trabalhos na agricultura familiar, muitos deles, extra-agrícolas como alternativa de complementação de renda, como a atividade turística, sem deixar de lado a agropecuária, ou seja, fortalecer a pluriatividade e a multifuncionalidade da paisagem como principal atributo.

É fundamental dizer também que a continuidade dos territórios agroalimentares está intrinsecamente relacionada ao reconhecimento da função que os agricultores desempenham na sociedade, aos processos de desarticulação das formas tradicionais de produção e às suas transformações recentes com novos modos de articulações. Ou seja, para manutenção desses territórios rurais é igualmente importante desenvolver outras formas compensatórias, como o investimento em infra-estruturas (educação, saúde, serviços, cultura e lazer), não apenas no que tange a concessão de recursos financeiros para a atividade agrícola ou uma “urbanização



do campo”, mas na conservação e valorização das particularidades e diversidades das formas de agricultura familiar e das futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, E. **Jóvenes, educación y empleo en América Latina**. Uruguai: Cinterfor, OIT, 2002. p. 224-238.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992. 276p.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista Reforma Agrária**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

\_\_\_\_\_. **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Brasília, IPEA, Projeto BRA/97/013, mimeo (primeiro relatório de pesquisa), 1999. p. 1-28.

AB' SÁBER, A. N. **Conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o quaternário**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1969. p. 1 -18,

ALBERGONI, L. e PELAEZ, V. Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, Paraná v. 33, n. 1, p. 31-53 2007.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, p. 1-18, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar**. 2003. 233p. Tese de (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.

ALTIERI, M. A.; SILVA, E. N.; NICHOLLS, C. I. **O papel da biodiversidade no manejo de pragas**. Ribeirão Preto: Holos, 2003. 226p.

ALVARENGA, S. R.; SOUZA, M. P. Análise das águas de proteção ambiental (APAs) como instrumento para manutenção da qualidade dos recursos hídricos: o caso da APA Corumbáí – SP. **Secretaria do Meio Ambiente**, São Paulo, v. 10, p. 12, 2000.

ALVES, E. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 80-88, 2011.

ALVES, J. D; CAVENAGHI, S. Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais. **Pap Poblac**, México, v. 43, p. 31-105, 2012.

AMORIM, G. M.; EBERT, H. D.; HORST, R. Integração de Informações Geológicas para o Geoturismo, na Bacia do Rio Corumbataí e sua divulgação na web Mapserver. **Revista Geociências**, Rio Claro, v. 24, n. 3, p. 221-238, 2005.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Monitoramento Hidrológico do Brasil**. Disponível em: < <http://www2.ana.gov.br/Paginas/acessoainformacao/acoeseprogramas.aspx> > Acesso em: 04 fev 2014.

ARANHA-SILVA, E.; SILVA, C. H. R. A. Recente Industrialização e o Ordenamento Territorial urbano em Três Lagoas - MS. In: ENANPEGE - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 9., 2011. Três Lagoas, **Anais...** Local:UFG, 2011. v. 1. p. 1-7,

ARIAS NETO, J. M. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. v. 1: **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 448p.

ARRANZ, A. V.; ESTRADA, E. M.; ANJOS, F. S. Contratos territoriais de estabelecimento na França: rumo a um novo pacto social na agricultura? **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.11., n.2, p.219-235, 2008.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: CMU/Unicamp, 1996. 138p.

BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: ed Zahar, 1998. 272p.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001. 258p.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2007. 119p.

\_\_\_\_\_. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2008. 103p.

BALSAN, R. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3ª. ed., São Paulo: Annablume/Hucitec, 1995.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 385p.

BERNSTEIN, T. **Up to the Mountain and Down to the Villages — The transfer of youth from urban to rural China**. New Haven / London: Yale University Press, 1977. 371p.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Biblioteca eletrônica de revistas científicas. Disponível em: <[www.bibliotecavirtual.sp.gov.br](http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br)> Acesso em: 15 jan 2014.

BIRMAN, J. Íntegra: **Juventude hoje**. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/2009/12/01/integra-juventude-hoje-joel-birman/>> Acesso em: 23 jun 2013.

BITZER, V.; GLASBERGEN, P.; LEROY, P. Partnerships of a feather flock together? An analysis of the emergence of networks of partnerships in the global cocoa sector. **Global Networks**, Wageningen, Holand, v. 12, n. 3, p. 355-374, 2012.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). *Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.

BRANNSTROM, C. ; OLIVEIRA A.M.S. Human modification of stream valleys in the Western Plateau of São Paulo, Brazil: implications for environmental narratives and management. **Land Degradation & Development**, Online Library, p.535-548, 2000.

BLUMER, H. The methodological position of symbolic interactionism. Symbolic interactionism: **Perspective and method**. Califórnia: University of California Press, 1969. p. 1-60.

BONDARIK, R. Especial 35 anos de Geada Negra. Artigo publicado na FOLHA DE LONDRINA em 2005 e republicado no blog **Revista do Agronegócio do Café**. Disponível em: < <http://robertobondarik.blogspot.com/2008/07/geada-negra-de-1975-erradicao-da.html> > em: 17 jul 2010. Acesso em: 17 jan. 2014.

BOURDIEU, P. A 'juventude' é apenas uma palavra. In: \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marca Zero, 1983. p. 121.

\_\_\_\_\_. Entrevistado por Maria Andréa Loyola. **Rio de Janeiro: EdUERJ**, 2002.

\_\_\_\_\_. 15 The Forms of Capital. *Readings in economic sociology*, Reino Unido, v. 4, p. 280, 2008.

BRANNSTROM, C. **After the Forest: Environment, Labor, and Agro-Commodity Production in Southeastern Brazil**. 1998. 154p. Tese (Doutorado na área de Agronomia) University of Wisconsin, Madison, 1998.

BRANNSTROM, C. & OLIVEIRA A.M.S. Human modification of stream valleys in the Western Plateau of São Paulo, Brazil: implications for environmental narratives and management. **Land Degradation & Development** v.11, p. 535-548, 2000.

BRASIL. Decreto Estadual nº 20.960, de 8 de Junho de 1983. Declara área de proteção ambiental a regiões situadas em diversos municípios, dentre os quais Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, Seção 08, Volume 93, p.10, 1983. CESESB. **Data de publicação no Diário Oficial**: 09/06/83.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.794/2012, de 20 de Agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Data de publicação no Diário Oficial 22/08/2012** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)> Acesso em: 23 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), nº 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424. **Data de Publicação no Diário Oficial 26/12/1996**, Brasília. Disponível em: <<http://qese.edunet.sp.gov.br/fundef>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326/2006, de 24 de julho de 2004. Estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei nº 11.326/2006. **Data de publicação no Diário Oficial** 28/08/2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em: 07 out 2013.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (PNATER). Brasília: MDA, 2004. p. 1-10.

\_\_\_\_\_. **Programa de Fortalecimento dos Territórios Rurais**. Brasília: MDA, 2013. 12-35. (Série Documentos Institucionais,3).

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, 1996. Portaria Nº 18, de 10 de Junho de 2013. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/pronaf.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html)> Acesso em: 15 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Referências para Apoio ao Desenvolvimento Territorial**. Brasília: MDA, 2005. p. 1-11. ( Série Documentos Institucionais, 1).

BRUMER, A. DUQUE, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M.N.B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional - uma realidade multiforme**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 179-234,

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 1 -23. (**Textos Para Discussão.**)

CAMARGO, A. **A revolução de 30**: Seminário realizado pelo R454 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro; Ed. (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. 1980. p. 17-22.

CANHOLI, P. F. **Pecuária leiteira**: estudo de caso de transição agroecológica na Agrovila V do Assentamento Pirituba II Itapeva (SP). 2010. 205p. Dissertação de (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural), Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2010.

CANUTO, J .C. A pesquisa e os desafios da transição agroecológica. **Revista Ciência & ambiente**, Santa Maria, v. 27, p. 133-140, 2003.

\_\_\_\_\_. **Camponeses agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998a. 228p.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A; PAULUS, G. Agroecologia. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2006. p. 1-26.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 1998a.

\_\_\_\_\_. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998b. p. 95-118.

\_\_\_\_\_. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. **Juventude em Perspectiva**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2007. p. 53-56.

\_\_\_\_\_. DE CASTRO, E. G. Juventude rural: em perspectiva. Mauad Editora Ltda, 2007.

CASTAÑEDA, M. Tópicos Especiais em Movimentos Sociais – Representação social e Relações de Hierarquia (Gênero, geração, classe – caminhos analíticos). 2010. 135p. Dissertação de (Mestrado em Sociologia) - CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

CASTELLS, M. A. Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. 5.ed. v. 1: A Sociedade em Rede. São Paulo: **Paz e Terra**, 1999. p. 497. v. 1: A Sociedade em Rede.

CASTRO, C. Percepção ambiental e diagnóstico da paisagem: instrumentos para a caracterização de potencial turístico. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2008. Porto Alegre. **Anais...**, ENG, 2008. p. 1-9.

CATANI, A. M. **O Que é Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 117p.

COMISSÃO ECONOMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Nações Unidas. Brasília DF – Brasil. Disponível em: < <http://www.eclac.cl/brasil/>> Acesso em: 21 jul 2013.

CHAYANOV, A. V. **La organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342p.

\_\_\_\_\_. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CIRCOLO ITALIANO. **Acervo de Fotografias Históricas**. Disponível em: < <http://www.oriundi.net/site/oriundi.php?menu=categdet&id=4377>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CLAVAL, P.O Território na Transição da Pós-Modernidade. In: **Revista Géographies et Cultures**, Paris, n. 20, p. 7 -26, 1996.

CNS-III. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1999. Estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, Piracicaba. **Resolução nº 196**, de 10 de outubro de 1996. Disponível em < [http://www.esalq.usp.br/etica\\_em\\_humanos/resolucoes.htm](http://www.esalq.usp.br/etica_em_humanos/resolucoes.htm)>. Acesso em: 13 jun 2013.

COMISSÃO EUROPÉIA. (CEU). **Dados sobre a política agrícola europeia 2012**. Disponível em < [http://ec.europa.eu/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/index_pt.htm)> Acesso em: 12 jun. 2013.

COMMUNAUTE EUROPEENNE. **Perspectives de la politique agricole commune. Le libre vert de la commission**. Paris, CEU, 1985. 62p. (Notes rapides de l'Europe Verte, 330).

CORVALÁN, S. B.; GARCIA, G. J. Avaliação Ambiental da APA do Corumbataí Segundo os Critérios de Erodibilidade do Solo e Cobertura Vegetal. **Revista Geociências**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 269-283, 2011.

COSTA, M. B.B ; SAMPAIO, O. B. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade Universitária de Glória de Dourados. **Portaria UEMS nº066/2009** e publicada no Diário Oficial nº7340, página 15, em 17 de novembro de 2008. Dourados, 2008.

COURTNEY, P.; BRYDEN, J.; ATTERTON, J.; HART, K.; MUNRO, G. ; TIMM, A. "Dynamics of Rural Areas: Local Responses to Globalization". In: RGS-IBG CONFERENCE – GLOBALISATION AND THE RURAL, 2001. Plymouth. **Proceedings...** Plymouth. ,2001 p.2-5.

COVAS, A. O Decálogo dos Bens de Mérito e Reputação. **Revista BMR**, Algarve,v.11, n.2, Mar.-Abril, p. 84, 2011.

CRUZ, O. A revolução industrial. Arquivo Digital. Disponível em <http://historiaotavio.blogspot.com.br/2009/03/revolucao-industrial.html>. Acesso em jan 2013.

DA SILVA, A. L. G.; LAPLANE, M. F. Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo (1994). **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, 2002.

DASGUPTA, P. **Human Well-being and the Natural Environment**. London: Oxford University Press, 2001. 52p.

DE ALMEIDA, J. F. Sobre a monografia rural. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 13, n. 52 p. 789-803, 1977.

DE ALMEIDA, J. R. M. **Globalização: a nova retórica do velho imperialismo**. 2009. 433p. Tese de (Doutorado em Ciências Sociais) . Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, 2009.

DE FARIA, P. V. L. **Espaço e Território, Paisagem e Lugar: relações dialéticas, representações (Geo) Gráficas e Políticas Publicas**. Texto apresentado como trabalho final da disciplina “O tempo, o espaço e o território: uma questão de método”. Programa de Pós graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Presidente Prudente. 2007. p. 1-8.

DE FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; DE AZEVEDO MARQUES, V. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília:Edição NEAD/ MDA, 2009. 100p.

DE LUCAS, A.; MARQUES, P. E. M.; SARMENTO, G. Trajetórias da Agricultura Familiar e o Papel da Extensão Rural: Estudo do Caso do Alto da Serra de São Pedro, 2010. **Ponencia apresentada no VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural**, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1801.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

DE MELO FARIA, A. M. A. Não Consolidação das Previsões Clássicas do Fim do Campeinato sob o Capitalismo. Uma Resenha. **Revista de Estudos Sociais**, UFMT, Mato Grosso, v. 3, n. 6, p. 46 - 58, 2011.

DEMARTIS, L. Grupos e Organizações *Compêndio de Sociologia*, Lisboa, p. 77-87, 2006. (**Edições,70**).

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/> Acesso em: 21 jan 2014.

DOS SANTOS, R. R. A Territorialização do capital e as relações camponesas de produção. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 2, n. 3, 2007.

DUFUMIER, M. Agricultura e Desenvolvimento Sustentável (1996). In: **Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade: diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação em ciências agrárias e florestais**, Piracicaba, EDUSP. 2010, 200p.

DURSTON, J. Juventud rural en América Latina: Reduciendo la invisibilidad. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 21.,1997.São Paulo. **Anais...** São Paulo:Editora, 1997. p. 1.

DURSTON, J. **Juventude Rural, Modernidade e Democracia: desafio para os noventa**. Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano. Venezuela: IICA, 1994. p. 13-23.

EISENSTADT, S.N. **De geração a geração**, São Paulo: Perspectiva, 1976. 322p. (Coleção Estudos 41).

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 201p.

ESTEVAM, D. O. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância**. Florianópolis: Insular, 2003. 232p.

ETCHEBEHERE, M. L.C; SAAD, A. R.; FULFARO, V. J. Análise de bacia aplicada à prospecção de água subterrânea no Planalto Ocidental Paulista. UNESP, **Revista Geociências**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 229-247, 2007.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294p. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Presidente Prudente, 2002.

FALEIROS, R. N. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. São Paulo: FAPESP, 2010. 506p.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. Artigo Digital. São Paulo: UNESP, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo\\_bernardo.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2008.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios In: SAQUET, Marco Aurélio e SPO-



SITO, Eliseu Sáverio (orgs). **Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos.**São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, R. Q. O Êxodo rural e o Desenvolvimento das Áreas Urbanas do País. **Revista Brasileira dos Municípios**, São Paulo, n° 39/40, s/p. v.10,, Jul.-Dez. 1957.

FERRAZ, J. M. G. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. In: MARQUES, J. F.; SKORUPA, L A.; FERRAZ, J. M. G. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas.** Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. p.17-33.

FLORES, M. A construção social de territórios e a globalização. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v.1, n. 1, p. 87-108, ago./dez. 2003.

FOLKE, C. Resilience: The emergence of a perspective for social–ecological systems analyses. **Global Environmental Change** 16: 253–267, 2006.

FORBES, J; REALE JUNIOR, M.;FERRAZ JUNIOR, T. S. (ORGS.). **A invenção do futuro:** um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade. São Paulo: Manole, 2005. 160p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade:** a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. 252p.

\_\_\_\_\_. **Las palabras y las cosas.** Una Arqueologia de Las Ciências Humanas. Madrid:Ed. Planeta-De Agostini, 1985. 375p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1970. 96p.

\_\_\_\_\_.**Extensão ou comunicação.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1983. 136p.

FREITAS, E. de; DE ALMEIDA, J. F.; CABRAL, M. V. Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal. **Revista Análise Social**, Lisboa. vol. 11, .n. 1, p. 41-63, 1976.

FROUWS, J. "The Contested Redefinition of the Countryside. An Analysis of Rural Discourses in The Netherlands". **Sociologia Ruralis**, Holand, v. 38, n. 1, p. 54-68, 1998.

FULLER, A.M. Part-time farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. (Ed.). **Research in rural sociology and development.** Connecticut: Jai Press, 1984. v. 1 p. 1 – 10.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil** (1958). 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999. 352p.

GARCIA, G. J.;ESPINDOLA, C. R. Estudo da interdependência entre vegetação de cerrado e respectivos solos através de imagens de radar e de satélite [Fotointerpretação; Brasil]. **Revista Ecosistema**, cidade, v. 6, p. 1- 12, 1981.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. The farm family business. **Cab. International Magazine**, Wallingford, p. 1-41, 1993.

GIMONET, J-C. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes, 2007. 167p.

GOMES, M.F.; DE ASSIS, L.F. Pluriactivity and environmental impacts in the rural area of Meruoca–Ceará. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral-CE, v. 14, n. 1, p. 100-109, 2012.

GÓMEZ, J.; FREITAS, O.; CALLEJAS, G. Educação e Desenvolvimento Comunitário: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade. 2007. Lisboa: **Revista Interuniversitaria [On-line]** 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=135012677017>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

GLOBO RURAL. **Tendência de volta ao campo na Europa**. Matéria publicada pelo jornal O Globo em G1 de 18 de julho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/07/globo-rural-mostra-tendencia-de-volta-ao-campo-na-europa.html>> Acesso em: 21 jan 2014.

GOUVEIA, C. N. **Avaliação do impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na qualidade de vida de jovens agricultores familiares paraibanos**. 2010. 207p. Tese (Doutorado em Psicologia). Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

GRAZIANO DA SILVA. **A modernização dolorosa. Estrutura Agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996. 217p.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, Brasília, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

\_\_\_\_\_.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002.

GUANZIROLI, C. E. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar: versão preliminar**. Brasília: Ed. FAO/INCRA, 1994. 98p.

\_\_\_\_\_. BUAINAIN, A.M; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil:(1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

GUIMARÃES, R. P. **Tierra de sombras: desafíos de la sustentabilidad y del desarrollo territorial y local ante la globalización corporativa**. Santiago do Chile: Ed. CEPAL, 2003 62p. (Medio Ambiente y Desarrollo, 67).

HAENEN, P. **A estação da Raiz da Serra da Estrada de Ferro Santos-Jundiá de 1910**.

Coleção Joaquim Müller Carioba, de São Paulo. Disponível em:  
<http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/cfoto020b.htm>> Acesso em: 16 jan. 2014.

IBGE. **Censo Populacional de 1996-2006**. Conceituação das características divulgadas na contagem da população de 1996. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br> >. Acesso em: 20 dez. 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1970, 1985 e 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br> >. Acesso em: 20 dez. 2012.

IGC. INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Mapa das Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação. Disponível em: < <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/ugrhi.html> > Acesso em: 17 jan. 2014.

ITESP. Instituto de Terras de São Paulo. "JOSÉ GOMES DA SILVA". **Retrato da terra: perfil sócio-econômico dos assentamentos do estado de São Paulo**, São Paulo, 1998. p. 96-97.

JAY GOULD, S. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 369p.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 588p.

KAYSER, B. **La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990. 316p.

KEEBLE, D.; TYLER, P. Enterprising Behaviour and the Urban-rural Shift. *Urban Studies*, Cambridge, v. 32, n. 6, p. 975-997, 1995.

KITAMURA, P. C. Agricultura Sustentável no Brasil. *Avanços e Perspectivas. Ciência & Ambiente*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 7-28, 2003.

LAMARCHE, H. A agricultura familiar: comparação internacional. Unicamp, 1993. do mito à realidade, de Hugues Lamarche (coord.) **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, v.2 n. 12, p. 161-167, jun. 1999.

\_\_\_\_\_. As Lógicas Produtivas. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura Familiar: Comparação Internacional – Do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v. 2, 1998. p. 61-88.

LAZZARATO, M. As revoluções do capitalismo. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2006. 272p.

\_\_\_\_\_.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial. Formas de vida e produção de subjetividades**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001. 128p.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana (1970). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 178p.

LEFF, E. **Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: PNUMA e Ed. Vozes, 2002. 343p.

LENCIONI, S. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.14, n. 331, p. 69, 2010.

\_\_\_\_\_. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Belém, n. 120, p. 133-148, 2011.

LÊNIN, V. I. **O Programa agrário da social-democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. 214p.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, D.; CHAMPAGNE, P. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 234p.

LEROI-GOURHAN, A. **Evolution et techniques: Milieu et techniques**. Albin Michel, 1945. 512 p.

LIMONCIC, F. **Os inventores do New Deal. Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 288p.

MAHL, M. L. **Ecologias em terra paulista (1894-1950): as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado na área) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007. 216p.– Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2007.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, , 1984. 436p.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, p. 66-88, 1996.

MARÉCHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**, Dijon: Educagri édition, 2008. 213p.

MARINI, E. **Nucleação de comunidades escolares tradicionais no município de Nova Petrópolis**. Dissertação de mestrado. 2009. 161p. Centro Universitário La Salle – Unilasalle, Canoas, 2009.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979. 157p.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.

MARTINS, L. A revolução de 1930 e seu significado político. In: CPDOC/FGV. **A REVOLUÇÃO DE 1930: SEMINÁRIO INTERNACIONAL**. 1983. Brasília. **Anais...**Brasília: Ed. UnB, 1983. p. 669-689.

MARTINS, M. JUVENTUDE E REFORMA AGRÁRIA: HIERARQUIAS, PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO. **Revista de Geografia** (Recife), v. 28, n. 2, p. 18-33, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro 1** (1867). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 253-285.

MATTEI, L. Impactos do PRONAF: Análise de Indicadores. **Série Estudos**.NEAD. MDA, Brasília, 2005. 136p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histoire des agricultures du monde**. Paris: Seuil, 1997. 568p.

MEAD, G.H. **Mind, Self and Society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1934. 303p.

\_\_\_\_\_. **The philosophy of the act**. University of Chicago, 1938. 696p.

MELO, A. I. Distritos Industriais Marshallianos: o caso de águeda. Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra. **Portuguese Review of Regional Studies**, Coimbra, n. 12, p. 29-51, 2006.

MENDONÇA, F.M de. **O processo de integração agro-industrial avícola na Zona da Mata mineira – um estudo de caso**. 1997. 109p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de viçosa, 1997. Viçosa 1997.

MEMÓRIAS DE IMIGRANTES GALEGOS. **Acervo fotográfico**. Disponível em:<<http://www.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2013/04/30/uma-festa-espanhola-na-bahia/>. Acesso em: 12 jun 2013.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros Ensaios**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. 84p.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, Polis, 1984. 392p.

MORAES, M.D.C. Novas Dinâmicas Territoriais no Nordeste: o novo Nordeste dos cerrados. In: SABOURIN, E. ; TEIXEIRA, O. (Org.). **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2003. p. 53-90.

MORUZZI MARQUES, P. E.; LUCAS, A. de; SARMENTO, G. Estratégias dos agricultores familiares de São Pedro/SP: perspectivas de consolidação de um sistema agroalimentar localizado?" In:ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010.Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010. p. 3-15.

MUCHNIK, J CAÑADA, J. S. ; SALCIDO, G. T. Introduction: Les Systèmes agroalimentaires localisés (SYAL). Économies et Sociétés – **Série Systèmes agroalimentares**, Paris, n. 29, p.1.465-84, 2007.

\_\_\_\_\_.; “Systèmes agroalimentaires localisés: état des recherches et perspectives”, **Cahiers Agricultures**, Montrouge, v. 16, n 6, p. 513-525, 2008.

NEGRI, A.; VERCELLONE, C. Le rapport capital/travail dans le capitalisme cognitif. **Multitudes**, Paris, n. 1, p. 39-50, 2008.

NOGUEIRA, A. R. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista 1908-1922**. São Paulo: Instituto de estudos brasileiros da Univ. de São Paulo, 1973. 247p.

NUNES, S.; PAGLIOSA, H.; CAMPOS, C. Políticas Públicas Descentralizadas Como Estratégia De Gestão E Monitoramento Social: O Caso do Pronaf Infra-Estrutura. In: CONGRESSO DA SOBER, 17., 2004. Cuiabá. **Anais...**, Cuiabá: SOBER, 2004. p. 2-18.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. As metrópoles no Censo 2010: novas tendências. **Boletim do Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro, n. 167, p. 1-9, 2011.

OLIVEIRA, A. M. S.; QUEIROZ NETO. Depósitos tecnogênicos induzidos pela erosão acelerada no Planalto Ocidental paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo n.73, p.91-124, 1994.

OLIVEIRA, A. M. M. de; PINTO, S. A. F.; NETO, F. L. Caracterização de indicadores da erosão do solo em bacias hidrográficas com o suporte de geotecnologias e modelo predictivo. **Estudos Geográficos**, cidade, v. 5, n. 1, p. 63-86, 2007.

OLIVEIRA, R.; D'ABREU, A. C.; SANTOS, J. C. **Que multifuncionalidade? Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem**. **Anais... III Congresso de Estudos Rurais (III CER)**, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 -SPER / UAlg, 2008, CD-ROM.

PACHECO, L. M. D., & GRABOWSKI, A. P. N. A pedagogia da alternância e o enfrentamento das situações problemas no meio rural: A visão do egresso da casa familiar rural de Frederico Westphalen. **Anais do Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul**, Frederico Westphalen, 2012, p. 1-15.

PALMA, G. M. **O interaccionismo nas investigações linguísticas: características e procedimentos**. **Intervenção na Mesa Redonda Inicial do II Seminário Internacional de Pesquisas e Estudos Qualitativos realizado na Universidade Sagrado Coração–Bauru/SP**, 2004.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos avançados**, Brasília, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. **Textos para discussão**: Escola Nacional de Ciências Estatística, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-45, 2003.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. ; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p.61-105.

PEREIRA, J. D. C.; CRUZ, A.; BRITO, C.; de SOUZA, J. L.; ZANCHIM, W. X. V. **As Lembranças de um Lugar Esquecido** (2008). Documento virtual sobre o filme. Disponível em: < <http://professorronaldo.files.wordpress.com/2008/11/xv3.pdf>> Acesso em: 17 jan 2014.

PETRINI, C.; PADOVANI, G. **Slow food revolution: A new culture for dining & living**. Rizzoli Intl Pubns, 2006. 312p.

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”: a assistência técnica nos assentamentos rurais**. 2007. 141p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PINHEIRO, D. P. N. Resilience in discussion. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75, 2004.

PIRES, M. L. L. S. A (re)significação da Extensão Rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: LIMA, J. R. T. de. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Recife: Bagaço, 2005. p. 45-69.

**PLOEG, J. D. V. D. Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997. Brasília, EMBRAPA, 1997, 222p.

POLI, O. L. Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70 (1999). **Cadernos do Comércio**: Chapecó, SC, v. 16, n. 15, p. 107-175, 2002.

PONÇANO, W. L.; PRANDINI, F. L. Boçorocas no Estado de São Paulo: uma revisão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE CONTROLE DE EROSÃO, 1987. Marília. **Anais...** v. 4, n. 1987, p. 149-177, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo**. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Divisão de Minas e Geologia Aplicada, São Paulo, 1981.p. 41-56.

PRADO JUNIOR., C. **A Revolução Brasileira** (1966). São Paulo: Brasiliense, 1978. 332p.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 364p.

RACIONAIS MC'S. Rap no Brasil. **Anais do Jalla Brasil**, v. 1, 2010.

RENER, J. **1929: a crise que mudou o mundo**. São Paulo: Ática, 1996. 48p.

REY, F. L. G. **Pesquisa qualitativa em Psicologia-caminhos e desafios**. São Paulo:Cengage Learning Editores,2002. 188p.

RICCOMINI, C. Considerações sobre a posição estratigráfica e tectonismo deformador da Formação Itaqueri na porção centro-leste do Estado de São Paulo. **Revista do Instituto Geológico**, São Paulo, v. 18, n. 1/2, p. 41-48, 1997.

RODRIGUES A. B. Geografia e turismo – notas introdutórias. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 6, p. 71-82, 1992.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, 1998. 272p.

RUFFATO, L. **Duras críticas ao Brasil na abertura em Frankfurt**. Matéria publicada no Jornal O Globo. Caderno B. São Paulo. 08 de out. 2013.

SABOURIN, E. Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997. 120p.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, v. 174, p. 25, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 392p.

SANTOS, S. A. dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2009. 554p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2009.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-202, 2009.

SASSEN, S. **As cidades na Economia Mundial** (1994). São Paulo: Studio Nobel, 1998. 190p.

SCHELSTRAETE, T. Agrarian diagnostic of Serra de São Pedro region, COOPAMSP's (family farmers' cooperative) activity area. **Trabalho De Conclusão Do Curso De Agronomia**. 2011. Piracicaba, 2011. 54p.

SCHNEIDER, S. Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **REVISTA ENSAIOS FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 298-323, 1996.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. 256p.

\_\_\_\_\_. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, F.; MEDINA, J. (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SCHOUTEN, G.; GLASBERGEN, P. Creating legitimacy in global private governance: The case of the Roundtable on Sustainable Palm Oil. **Ecological Economics**, Utrecht. 70, n. 11, p. 1891-1899, 2011.

SECCO, L. **Caio Prado Júnior: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 256p.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e Território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista - 1950-2005**. Campinas: Editora Alínea, 2009. 482p. SERVA, M.; JAIME JÚNIOR, P. Observação participante pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 64-79, 1995.



SILVA, N. de D. V.; KASSOUF, A. L.. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 2, 2002.

SILVEIRA, M. A.; FERRAZ, J. M.. **Sustentabilidade, Pesquisa Interdisciplinar e Agricultura Familiar**: uma discussão crítica. Jaguariúna : EMBRAPA MEIO AMBIENTE., SP, 2003. Disponível em:  
<[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT01/miguel\\_silveira.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT01/miguel_silveira.pdf)> Acesso em: 16 jan 2014.

SOUZA, A. Geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, Calgary, v. 34, p. 147-176, 2010.

SOUZA, J. (Org.) **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 484p.

SOUZA, J. G. de. Limites do território. *Revista Agrária*. São Paulo, v. 10, p. 99-130, 2009.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande, Porto Alegre, 2008.

SPAROVEK, G., LEONELLI, G., BARRETTO, A. A linha imaginária. *Cadernos Pólis*, 8 - **Anais do Seminário “O município e o solo rural”**; São Paulo: Instituto Polis, 2004.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16 – 39, 2006.

STÉDILE, J. P.; LOCONTE, W. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 1997. p. 11-13.

\_\_\_\_\_. **A Questão Agrária**: programas de reforma agrária (1946-2003). São Paulo: Expressão Popular, 2005. 236p.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares do Ouro/SC. 2002. 201p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TAYLOR, F.W. **The principles of scientific management**. New York, v. 202, 144p., 1911.

TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE. “Estudos sobre Pedagogia da Alternância”. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture**: le paysan polonais. Paris: A. Colin, 1973. 251p.

TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N.; TEODORO, R. S. Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/ 1890-1914. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 61, p. 1-22, 2007.

TUAN, Y-F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Belo Horizonte: Biblioteca digital da UFMG, , 1983. 23p.

UNION EUROPÉENNE, CONSEIL EUROPÉEN. **L'Union européenne en quête d'institutions légitimes et efficaces: rapport du groupe de réflexion sur la réforme des institutions européennes**. La Documentation française. 1999. Disponível em: [http://europa.eu/publications/official-documents/index\\_fr.htm](http://europa.eu/publications/official-documents/index_fr.htm). Acesso em: 02 fev. 2014.

VALE, A. R. e GERARDI, L. H. "CRESCIMENTO URBANO E TEORIAS SOBRE O ESPAÇO PERIURBANO: ANALISANDO O CASO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)." In **Geografia: ações e reflexões** - UNESP - Rio Claro, 2006, p.232-244.

VASQUEZ, P. **O Brasil na fotografia oitocentista**. São Paulo: Metalivos, 2003. 295p.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

\_\_\_\_\_.; EHLERS, E. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. Economia do meio ambiente: teoria e prática. In: MAY, P. (Org) **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. RJ: Elsevier/Campus, 2010, p. 289-308. □

VILELA, S. L. O. Qual política para o campo brasileiro? In: Congresso da SOBER, 35., 1997. Natal/RN. **Anais...** Natal, 1997, p.35-61.

WANDERLEY, M. N. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13 - 78, jan./abr. 1985.

\_\_\_\_\_. **Uma categoria rural esquecida**: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. Uma homenagem a Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ, 5., 1994. Marília, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Marília, 1994. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996. Caxambu. **Anais...** GT 17. **PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS**, CAXAMBU., Out., v. 21, p. 2, 1996.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Agricultura familiar: realidades e perspectivas, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Campinas, v. 3, p. 21-55, 1999.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos sociedade e Agricultura**, Campinas, v. 21, p. 42-61, 2003.

\_\_\_\_\_. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. p. 1-20 ( Informe final de Investigacion)

\_\_\_\_\_. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro?** Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Tese de doutorado. 2009. 331p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2009.

WOODS, M. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. **Progress in Human Geography**. v.4 n.31, p. 485-507, 2007.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguecia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 87 p.11-73, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda.** Tese de Doutorado, Programa de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

ZAINE, M. F. **Patrimônios Naturais da Região de Rio Claro, Ipeúna e Serra dos Padres. Análise da Compatibilidade com a ocupação atual e considerações sobre sua exploração e conservação.** Rio Claro: CNPq-CEAPLA-IGCE-UNESP, 1996.(Relatório de Pós-Doutorado)

ZAVATINI, J. A.; CANO, H. Variações do ritmo pluvial na bacia do Rio Corumbataí. Rio Claro. **Boletim de Geografia Teorética**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 215-241, 1993.

ZIMMERMANN, T. J. **Os trabalhadores e a crise na indústria do calçado.** Porto Alegre: Documento da FASE (PTU/POA) e Federação Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado do Rio Grande do Sul. 1994. p. 32-41.

ZWEIG, S. **Brasil: país do futuro** (1941). Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Disponível em:< [www.jahr.org](http://www.jahr.org)>. Acesso em: 19 jan. 2014.

## APÊNDICES



**APENDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM OS JOVENS RURAIS DO ALTO DA SERRA DE SÃO PEDRO**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CAMPU S DE PIRA CIC ABA  
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"  
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Formulário de Entrevista**

Pesquisador (a) responsável: Patricia Fracarolli Canholi e

Profa.Dra. Odaléia Telles Queiroz

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**1. IDENTIFICAÇÃO:**

1.1 Sexo ( ) a. Masculino ( ) b. Feminino

1.2 Qual a sua idade? \_\_\_\_\_ Qual série/ciclo você está?

1.3 Onde você nasceu?

1.4 Você estudou em outra escola anteriormente? Qual?

1.5 Atualmente onde você mora?

**2.HISTÓRICO DE MIGRAÇÃO FAMILIAR**

2.1 Seu pai ou sua mãe trabalham ou já trabalharam na agricultura, criação de animais, horta ou outras atividades no campo ?

( ) Sim ( ) Não

2.2 Você ou/e sua família já mudaram de local de moradia?

( ) Sim ( ) Não

2.3 Se SIM, quantas vezes?

2.4 Se SIM, esta(s) mudança(s) foram por que motivo?

2.5 Se SIM, Assinale como foi esta mudança:

( ) do campo para cidade – Nome da cidade:

da cidade para o campo – Nome da região ou bairro rural:

permaneceram no campo – Onde ?

mudança de local na cidade mesmo – Nome do bairro:

2.6 Como você avalia a sua escola?

a. Muito insuficiente  b. Insuficiente  c. Razoável  d. Boa  e. Muito boa  
 f. Excelente

2.7 Na sua opinião o que falta na sua escola ?

2.8 Você trabalha?  Sim  Não - Se SIM, em que ?

ajudando seus pais e familiares

outros

Onde ?

No campo  Na cidade

2.9 Qual carreira pretende seguir quando terminar o 2º grau ?

2.10 O local que você mora atualmente pode contribuir com a sua carreira?

Se SIM, como ?

2.11 Você tem algum projeto profissional futuro relacionado ao local que você vive?

2.12 Pretende seguir com as atividades/trabalho de seus pais?

Sim  Não

2.13 Pretende fazer faculdade na cidade onde mora ?

Sim  Não

2.14 Pretende fazer faculdade fora da cidade onde mora ?

Sim  Não

Você sabe onde ?

Se SIM, você acredita que irá voltar ao seu local de origem/moradia para trabalhar?

Sim  Não

Justifique:

### 3. DADOS FAMILIARES

3.1 Sua família possui religião?

( ) Sim ( ) Não

Qual?

3.2 Você acha que o campo é um bom lugar para os jovens morarem hoje em dia?

a. ( ) sim; b. ( ) não

Explique:

3.3 Você gostaria de morar longe de sua família?

a. ( ) sim; b. ( ) não

Por que ?

3.4 Você concorda com as decisões/admistração que sua família faz da renda ou salário que recebem ?

a. ( ) sim; b. ( ) não

Por que ?

3.5 Quais mudanças você faria no lugar onde mora para prover maior lazer, cultura e educação?

3.6 Tem internet em casa? ou faz uso freqüente ?

( ) Sim ( ) Não

3.7 Participa de alguma rede social (Facebook, etc, e-mail, profissional, blog )?

( ) Sim ( ) Não

3.8 Que tipo de musica você ouve?

3.9 Que livros já leu? Qual mais gostou ?

( ) Sim ( ) Não

3.11 Você já foi ao teatro?

( ) Sim ( ) Não

3.12 Acredita o local onde você mora tem atividades turísticas?

( ) Sim ( ) Não



Quais ?

3.13 Você acredita que o turismo ou o ecoturismo podem desenvolver novas formas de trabalho e emprego dos jovens na região onde mora?

Sim  Não

Quais formas de trabalho?

## APÊNDICE B– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
 CAMPUS DE PIRACICABA  
 Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz"  
 Centro de Energia Nuclear na Agricultura

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a) da pesquisa **“Desafios e Dilemas da Juventude Rural: Um olhar sobre o Alto da Serra de São Pedro – São Paulo”** pelas pesquisadoras responsáveis Msc. Patricia Fracarolli Canholi e Profa. Dra. Odaléia Marcondes de Queiróz da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ /USP– Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada – Linha temática: Ambiente Agricultura e Sociedade.

#### 1 – justificativa

Nos últimos anos, o “Alto da Serra” foi densamente analisado em suas múltiplas atribuições sócio produtivas. Porém, um fenômeno recorrente chamou a atenção para estes pequenos produtores rurais: o êxodo rural da população jovem para os centros urbanos, com maior frequência das mulheres. A partir desta constatação, foi lançado um olhar crítico sobre as motivações da juventude em torno das migrações e do êxodo rural. Buscou-se então, entender porque é tão ínfima a parcela de jovens que se destinam as atividades agroalimentares e/ou agroturísticas na atualidade nesta região.

#### 2- objetivos

O objetivo aqui é analisar os principais dilemas (dificuldades enfrentadas no presente) e desafios da juventude rural do Alto da Serra de São Pedro, sobre o ponto de vista dos jovens, que residem e tem suas atividades rotineiras em área rural, a fim de descobrir os fatores intervenientes/causadores dos processos migratórios (permanentes e temporários).

#### 3– Procedimentos

*Atividades em sala de aula (jovens de até 14, desenvolvidas em grupos)*

- ✓ Leitura e identificação de temas referentes à “juventude” em material jornalístico, revista, etc. dados de forma a confeccionar e elaborar graficamente um “cartaz” com colagens de figuras e conteúdos extraídos do material midiático, que melhor representem para os grupos o universo jovem da atualidade. Apresentação das idéias para os demais grupos e discussão de temas de interesse sobre a juventude (2h30min)
- ✓ Posteriormente será discutida a possibilidade de cada aluno elaborar individualmente, dentro dos conteúdos discutidos, um plano de futuro que inclua seus desejos, anseios, projetos profissionais, trabalhos, e o caminho ou como pretendem realizá-los. Os planos serão discutidos com toda a classe de forma que os alunos apresentem suas perspectivas de futuro e do local onde residem (1h30min)

#### *Atividade extraclasse*

- ✓ Aplicação de formulário de dados sobre a família do jovem e histórico de migrações realizado com os pais. Este pode ser aplicado em entrevista pessoal ou endereçado a família do aluno para preenchimento no lar

#### **4- Monitoramento**

Eu Patricia Fracarolli Canholi, RG 32.858.284-0 serei responsável pelo seu atendimento durante o período da pesquisa no email [patriciacanholi@usp.br](mailto:patriciacanholi@usp.br) ou no telefone 0XX11 9 76568576 e me coloco à disposição para prestar eventuais informações em qualquer eventualidade da pesquisa. Os voluntários têm a garantia de receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento a qualquer dúvida acerca de assuntos relacionados com este tema.

#### **5- Liberdade de recusar ou retirar o consentimento**

Você pode recusar ou retirar seu consentimento em qualquer fase desta pesquisa, basta informar nos contatos dados ou na Associação de Produtores Agropecuários do Alto da Serra de São Pedro ou na escola que estuda.

#### **6- Confidencialidade e privacidade**

Todos os materiais aqui aplicados, formulários de entrevistas, atividades em aula, discussões em grupos serão mantidas em sigilo, em caráter confidencial das informações, zelando pela privacidade do voluntário e garantindo que sua identificação não será exposta nas conclusões ou publicações. Os dados obtidos a partir dos voluntários não serão usados para outros fins que não os previstos no protocolo e/ou no consentimento.

#### **7 -Uso de imagem**

Caso seja necessário utilizar imagens dos voluntários, estas serão previamente solicitadas aos mesmos através do preenchimento da Autorização do Uso de Imagem, na qual constará a forma e a utilização destas imagens.

#### **8 -Participantes analfabetos**

O seu representante legal ou similar deverá ler e preencher o Termo de Consentimento, na frente de uma testemunha imparcial, sem qualquer envolvimento na pesquisa. Esta pessoa deverá assinar o documento certificando que todas as informações foram dadas ao voluntário, ou ao seu representante legal, e que as perguntas suscitadas pelos mesmos foram amplamente esclarecidas pelo pesquisador. No TCLE você deverá colocar a sua impressão digital.

#### **9 -Crianças e adolescentes**

Se você se enquadra nesta categoria (menor de 18 anos) o Termo de Consentimento deverá ser assinado por seus representantes, pais ou representantes legais, garantindo a sua participação no processo.

**ANEXOS**



## ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA NA PESQUISA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”



Av. Pádua Dias, 11 • Caixa Postal 9 • Cep 13418-900 • Piracicaba, SP - Brasil  
Fone (19) 3429-4100 • Fax (19) 3422-5925  
<http://www.esalq.usp.br>

COET/0179  
Piracicaba, 11 de dezembro de 2013

Ilma. Sr<sup>a</sup>.

Doutoranda Patrícia Fracarolli Canholi

Departamento de Economia, Administração e Sociologia

ESALQ/USP

Prezada Pesquisadora:

Comunico que o Projeto de Pesquisa, com o Protocolo nº 130, intitulado “Dilemas e Desafios da Juventude Rural: um olhar sobre o Alto da Serra de São Pedro/SP”, foi aprovado inicialmente pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ESALQ, em reunião de 11 de dezembro de 2013, estando a pesquisadora ciente da necessidade de apresentar relatórios semestrais e relatório final para finalizar o processo.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Ernani Porto

Coordenador do CEP/ESALQ

